



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

RELATÓRIO GERENCIAL

1º TRIMESTRE DE 2017

Brasília-DF, julho de 2017

SUMÁRIO

1	COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS	7
1.1	ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:	7
1.1.1	CENÁRIO ECONÔMICO	7
1.1.2	DESTAQUES INTERNACIONAIS	9
1.2	COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:	10
1.2.1	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA – SELIC	10
1.2.2	TAXA REAL DE JURO – 2017	11
1.2.3	TAXAS DE INFLAÇÃO	12
1.2.4	TAXA DE CÂMBIO	13
1.2.5	INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS – 2017	14
1.3	PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – 1995 A 2016 – CONSOLIDADO	15
1.3.1	ATIVO TOTAL SOB GESTÃO DA SÃO FRANCISCO	18
1.3.1.1	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL CONSOLIDADO	18
1.3.2	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR LOCALIDADES E POR PLANO DE BENEFÍCIO	19
2	PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD	19
2.1	PREVIDENCIAL	19
2.1.1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	23
2.1.2	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	28
2.2	ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS	29
2.2.1	PERFORMANCE DO PLANO I – BD – DESCONTADA DA META ATUARIAL – 1994 AO 1º TRIMESTRE/2017	29
2.2.2	ENQUADRAMENTO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO	30
2.2.3	RENTABILIDADE	31
2.2.3.1	SEGMENTO DE RENDA FIXA	32
2.2.3.2	SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	33
2.2.3.3	SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	33
2.2.3.4	SEGMENTO DE IMÓVEIS	33
2.2.3.5	SEGMENTO DE OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES	33
2.2.4	DETALHAMENTO POR SEGMENTO	34
2.2.4.1	RENDA FIXA	34
2.2.4.2	RENDA VARIÁVEL	37
2.2.4.3	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES - FIA'S	38
2.2.4.4	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	45
2.2.4.5	IMÓVEIS	48
2.2.4.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - EMPRÉSTIMOS	50
2.2.5	CONTROLE DE AVALIAÇÃO DE RISCOS	53
2.2.5.1	AVALIAÇÃO DE RISCO - DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	53
2.2.5.2	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE IMÓVEIS	54
2.2.5.3	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	54
2.2.5.4	JUSTIFICATIVA SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	55
2.2.6	OPERAÇÕES CURSADAS NO EXERCÍCIO DE 2017:	56
2.2.7	DURATION DO PLANO	57
2.2.8	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO:	59
2.3	CONTÁBIL	61
3	PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV	66
3.1	PREVIDENCIAL	66
3.1.1	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)	68
3.2	INVESTIMENTO	68
3.2.1	RENTABILIDADE	70
3.2.2	OPERAÇÕES CURSADAS	71
3.2.3	DURATION	72
3.2.4	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	73
3.3	CONTÁBIL	74
4	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA	78
4.1	ADMINISTRAÇÃO	78
4.2	INVESTIMENTO	84
4.2.1	ENQUADRAMENTO	84
4.2.2	RENTABILIDADE	85
4.2.3	OPERAÇÕES CURSADAS	86
4.2.4	DURATION	86
4.2.5	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	87
4.3	CONTÁBIL	88
4.3.1	ENQUADRAMENTO	88

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.	INDICADORES INDUSTRIAIS – MARÇO DE 2017	8
TABELA 2.	INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017	14
TABELA 3.	RENTABILIDADE X META ATUARIAL DOS FUNDOS DE PENSÃO - ACUMULADA - PERÍODO: 1995 A 2016 - CONSOLIDADO	16
TABELA 4.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO X PERCENTUAL DO PIB.....	17
TABELA 5.	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA	30
TABELA 6.	ENQUADRAMENTO LEGAL	31
TABELA 7.	RENTABILIDADE.....	32
TABELA 8.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	34
TABELA 9.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	37
TABELA 10.	RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:	38
TABELA 11.	FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA	42
TABELA 12.	CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE	43
TABELA 13.	CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR	44
TABELA 14.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS 2017	45
TABELA 15.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO	46
TABELA 16.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS.....	48
TABELA 17.	TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS	49
TABELA 18.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES 2017	50
TABELA 19.	CONCESSÕES	50
TABELA 20.	SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS	51
TABELA 21.	COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS.....	51
TABELA 22.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO	52
TABELA 23.	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP	54
TABELA 24.	OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS	57
TABELA 25.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	59
TABELA 26.	ENQUADRAMENTO LEGAL	69
TABELA 27.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	70
TABELA 28.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	71
TABELA 29.	OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017	72
TABELA 30.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS.....	73
TABELA 31.	EVOLUÇÃO DA COTA	77
TABELA 32.	ALOCAÇÃO DE RECURSOS	84
TABELA 33.	ENQUADRAMENTO LEGAL	85
TABELA 34.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	86
TABELA 35.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	61
QUADRO 2.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	62
QUADRO 3.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	63
QUADRO 4.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS.....	64
QUADRO 5.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	65
QUADRO 6.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	74
QUADRO 7.	DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	74
QUADRO 8.	DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO.....	75
QUADRO 9.	DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS.....	76
QUADRO 10.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	76
QUADRO 11.	ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO.....	79
QUADRO 12.	CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS	82
QUADRO 13.	ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO.....	83
QUADRO 14.	BALANÇO PATRIMONIAL.....	88
QUADRO 15.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD.....	89
QUADRO 16.	DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.	PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA – MARÇO DE 2017	8
GRÁFICO 2.	COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	9
GRÁFICO 3.	TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017	11
GRÁFICO 4.	TAXA DE JURO REAL	12
GRÁFICO 5.	ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017	13
GRÁFICO 6.	COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017	14
GRÁFICO 7.	RENTABILIDADE X META ATUARIAL	15
GRÁFICO 8.	RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO SOBRE A META ATUARIAL X PLANO BD - PERÍODO: 1995 A 2016	15
GRÁFICO 9.	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC'S COM RELAÇÃO PIB – CONSOLIDADO - PERÍODO: 1995 A 2016	17
GRÁFICO 10.	EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL	18
GRÁFICO 11.	PARTICIPANTES POR LOCALIDADE	19
GRÁFICO 12.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	19
GRÁFICO 13.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	20
GRÁFICO 14.	SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS	20
GRÁFICO 15.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	21
GRÁFICO 16.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS	21
GRÁFICO 17.	ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA	22
GRÁFICO 18.	ASSISTIDOS POR LOCALIDADE	22
GRÁFICO 19.	PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL	23
GRÁFICO 20.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS TOTAIS – EM MIL REAIS	23
GRÁFICO 21.	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS CONTRATADAS – EM MIL REAIS	24
GRÁFICO 22.	CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS	24
GRÁFICO 23.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS	25
GRÁFICO 24.	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS	25
GRÁFICO 25.	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	26
GRÁFICO 26.	COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS	26
GRÁFICO 27.	COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS	27
GRÁFICO 28.	COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	27
GRÁFICO 29.	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO	28
GRÁFICO 30.	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	28
GRÁFICO 31.	RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS	29
GRÁFICO 32.	DESEMPENHO ACUMULADO	30
GRÁFICO 33.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	31
GRÁFICO 34.	RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO	32
GRÁFICO 35.	RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA	35
GRÁFICO 36.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	37
GRÁFICO 37.	DISPERÇÃO RISCO X RETORNO	39
GRÁFICO 38.	DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS	39
GRÁFICO 39.	DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL	40
GRÁFICO 40.	TRACKING ERROR X RETORNO	40
GRÁFICO 41.	DESEMPENHO FIA SAGA SF	41
GRÁFICO 42.	DESEMPENHO MAPFRE SF	41
GRÁFICO 43.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	45
GRÁFICO 44.	PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO	46
GRÁFICO 45.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS	48
GRÁFICO 46.	ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS	49
GRÁFICO 47.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO	51
GRÁFICO 48.	DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE	52
GRÁFICO 49.	RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	52
GRÁFICO 50.	EVOLUÇÃO DA DURATION	57
GRÁFICO 51.	RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO	60
GRÁFICO 52.	CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO	60
GRÁFICO 53.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	66
GRÁFICO 54.	SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES	66
GRÁFICO 55.	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES	67
GRÁFICO 56.	CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS	67
GRÁFICO 57.	ADESÃO	68
GRÁFICO 58.	ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO	68
GRÁFICO 59.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	71
GRÁFICO 60.	EVOLUÇÃO DA DURATION	72
GRÁFICO 61.	DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA	77
GRÁFICO 62.	RECURSOS RECEBIDOS	78



FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL – SÃO FRANCISCO

GRÁFICO 63.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS	78
GRÁFICO 64.	DESPESAS REALIZADAS	79
GRÁFICO 65.	DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA	79
GRÁFICO 66.	INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO	80
GRÁFICO 67.	TAXA DE CARREGAMENTO	81
GRÁFICO 68.	OUTROS INDICADORES.....	81
GRÁFICO 69.	PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS.....	82
GRÁFICO 70.	ENQUADRAMENTO LEGAL	85
GRÁFICO 71.	RENTABILIDADE POR SEGMENTO	86
GRÁFICO 72.	EVOLUÇÃO DA DURATION	86

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Gerencial apresenta as informações acumuladas relativas ao 1º Trimestre de 2017. Foi elaborado por determinação da Diretoria Executiva com dados produzidos pelas áreas administrativas gerenciais da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, subordinadas diretamente a cada Diretoria. Objetiva dar conhecimento aos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre as atividades desenvolvidas, e ainda, apresentar os resultados acumulados até o trimestre, comparando-os com os relativos a outros exercícios nos mesmos períodos de tempos. Há também a análise e apresentação dos indicadores projetados, de forma linear, para o encerramento do exercício, cotejados com as expectativas levantadas nas peças orçamentárias.

Os relatórios gerenciais trimestrais são os veículos destinados a atender os determinantes da Resolução CGPC Nº 13, de 01/10/04, em especial os seguintes:

***Art. 7º:** A estrutura organizacional deve permitir o fluxo das informações entre os vários níveis de gestão e adequado nível de supervisão.*

***Parágrafo único.** A EFPC deve manter estrutura suficiente para administrar seus planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.*

***Art. 16.** Observado o disposto em normas específicas, as políticas de investimento, as premissas e hipóteses atuariais estabelecidas para períodos de tempo determinados devem ser divulgadas aos patrocinadores, instituidores e empregados da EFPC e aos participantes e assistidos dos planos de benefícios, de modo a propiciar o empenho de todos para a realização dos objetivos estabelecidos.*

***§ 1º** O orçamento da EFPC, segregado por plano de benefícios, deve ser elaborado considerando as especificidades de cada plano.*

***Art. 17.** Sem prejuízo do disposto em normas específicas, a comunicação com os participantes e assistidos deve ser em linguagem clara e acessível, utilizando-se de meios apropriados, com informações circunstanciadas sobre a saúde financeira e atuarial do plano, os custos incorridos e os objetivos traçados, bem como, sempre que solicitado pelos interessados, sobre a situação individual perante o plano de benefícios de que participam.*

***Parágrafo único.** A divulgação dos custos a que se refere o caput deve abranger os gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes.*

O material dele constante permite aos Conselhos o acompanhamento periódico das atividades e resultados produzidos pela gestão da entidade, dos Planos de Benefícios sob a gestão da Fundação, e assim também o confronto com as projeções orçamentárias. Fornecendo subsídios para conhecimento e avaliação dos riscos assumidos, dos resultados alcançados vis-à-vis o que foi planejado, e também, demonstra o comportamento atual comparativamente aos trimestres de iguais períodos dos exercícios anteriores.

A estrutura do relatório está ajustada a incluir o Plano de Benefício Saldado, assim que ele for colocado em funcionamento, o que representará um novo plano sob a gestão da São Francisco. Dessa forma a sua estrutura segue a seguinte ordem: **(i)** Apresentação; **(ii)** Aspectos gerais; **(iii)** Os Planos de Benefícios BD e CODEPREV; e, **(iv)** PGA - Plano de Gestão Administrativo.

1 COMPORTAMENTO ECONÔMICO E VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

1.1 ASPECTOS GERAIS DE MERCADO:

1.1.1 Cenário Econômico

Após vivenciar forte processo político ao longo de 2016, incluindo-se aí o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff com acesso ao Palácio do Planalto do Vice-Presidente Michel Temer, o Brasil encerrou o **1º Trimestre de 2017** presenciando elevada “gangorra” nos aspectos políticos e econômicos. No decorrer dos três primeiros meses do ano, apesar de branda, houve breve parada no acirramento da crise econômica, no entanto, continuou elevado o grau da instabilidade política, marcado também pelos fundamentos macroeconômicos e o destemido combate a corrupção empreendida pela Operação Lava-Jato.

Na economia, o governo manteve esforços para aprovar junto ao legislativo, as reformas estruturais (Reforma Trabalhista e Previdenciária), objetivando fazer com que a economia voltasse a crescer e, devolvendo ao país as melhores condições para geração de emprego e os principais setores voltem a melhorar os seus indicadores produtivos.

Os números a seguir apontam sistematicamente uma economia doméstica em recuperação lenta e passível de retrocessos, dependente fundamentalmente da aprovação no Congresso Nacional das reformas estruturais encaminhadas. Chamam a atenção os comportamentos verificados pelos indicadores a seguir: **(a) Inflação** - o comportamento dos preços no primeiro trimestre de 2017 surpreendeu positivamente todas as expectativas do mercado, pressionando a Autoridade Monetária (BACEN) a acelerar o processo de queda da Taxa Básica de Juros - Selic. A queda da inflação no 1º trimestre, medida pelo IPCA, registrou variação de 0,96% - contra 2,68% registrada no mesmo período de 2016; **(b) Taxa de Desemprego** - segundo o IBGE, encerrado o 1º trimestre de 2017 a taxa de desemprego manteve-se em alta e encerrou os três primeiros meses do ano com 14,2 milhões de desempregados, ou seja, a taxa de desocupação fechou março em 13,7% - alta de 1,7 ponto percentual frente ao trimestre outubro/dezembro de 2016; **(c) Política** - no ambiente político a atenção do mercado esteve focada para as negociações das reformas propostas pelo Governo: Reforma Trabalhista e Previdenciária, e **(d) Mercado Financeiro e de Capitais** - **(i)** Dado às condições macro, a taxa Básica de Juros-Selic caiu, saindo de 13,25% a.a. em dezembro/16 para 12,25% a.a. registrando 1,0 ponto percentual de queda no trimestre e **(ii)** Manutenção do canal de alta da Bolsa de Valores, medida pelo IBOVSPA - com alta de 7,90% no 1º trimestre/17, contra alta de 15,47% no mesmo período de 2016.

O importante das movimentações do Governo residiu na observação dos investidores, quando começaram a verbalizar que, a economia do país parou de “piorar”, sinalizando assim que, o processo recessivo encontrou o fundo do poço.

Esta assertiva encontra-se estampada nos números publicados pela **Confederação Nacional da Indústria - CNI**, relativos ao “**Faturamento em Recuperação**” - “**Indicadores Industriais**” (Tabela abaixo apresentada) - onde os dados de março dos indicadores industriais mostram aumento do faturamento industrial, da massa salarial e do rendimento, além de queda da ociosidade do Parque Industrial. Por outro lado, revelam novo recuo do emprego e das horas trabalhadas na produção. Com isso, manteve-se a dinâmica observada nos últimos meses: os dados da indústria alternam variações positivas e negativas, sem caracterizar ainda uma tendência de retomada da atividade. A comparação dos indicadores do primeiro trimestre 2017 com o mesmo período de 2016 segue registrando queda significativa tanto dos índices de atividades como dos relacionados ao mercado de trabalho.

TABELA 1. INDICADORES INDUSTRIAIS – MARÇO DE 2017

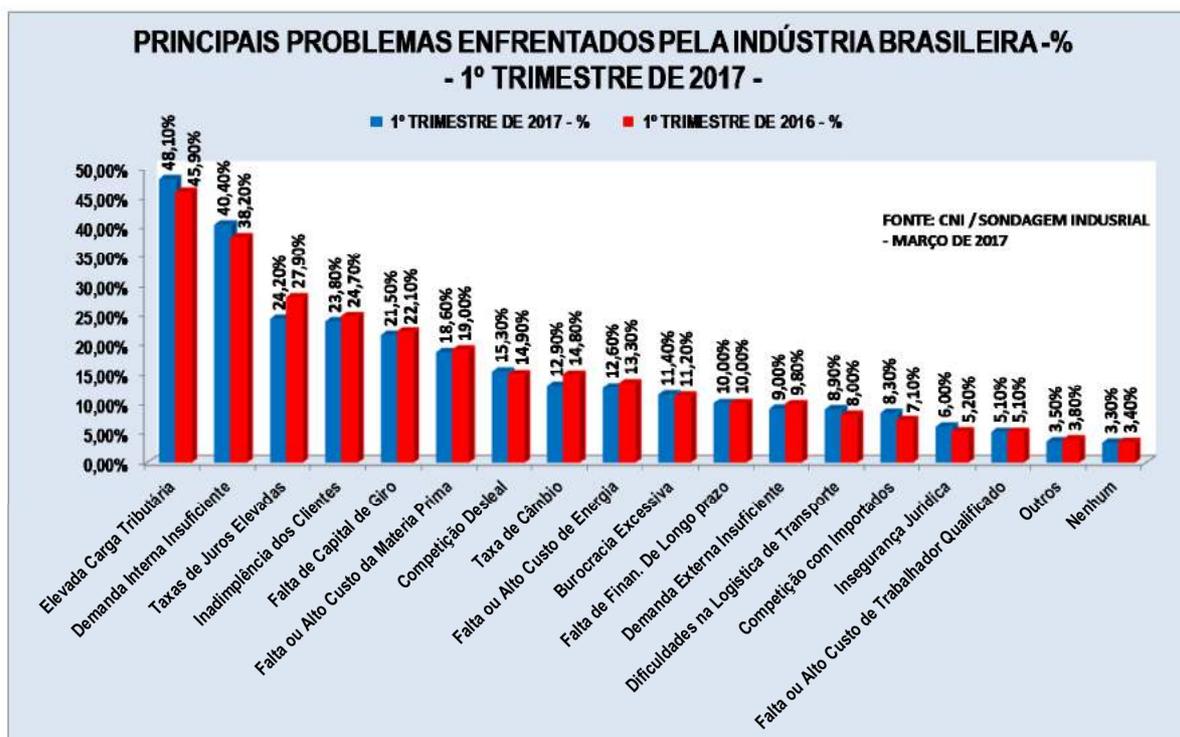
INDICADORES INDUSTRIAIS – MARÇO DE 2017		
• Faturamento Real	↑	Aumento de: 2,4%
• Horas Trabalhadas na Produção.	↓	Queda de: 0,7%
• Utilização da Capacidade Instalada	↑	Aumento de: 0,4 p.p
• Emprego	↓	Queda de: 0,2%
• Massa Salarial Real	↑	Aumento de: 0,4%
• Rendimento Médio Real	↑	Aumento de: 1,2%
FONTE: CNI - INDICADORES INDUSTRIAIS - MARÇO/2017		

Segundo a Confederação Nacional da Indústria – CNI:

Os indicadores de atividade industrial em 2016 mostraram expressivas quedas na comparação com 2015. No 1º trimestre de 2017, a **Ociosidade do Parque Industrial** reduziu - a utilização da capacidade instalada, em termos dessazonalizados, ficou em 77,1%. Isto é trata-se de aumento de 0,4 ponto percentual frente ao indicador de fevereiro. A utilização média do primeiro trimestre é 0,7 ponto percentual inferior à registrada em igual período de 2016. Porém, o ranking de principais problemas manteve-se inalterado na comparação entre o 1º trimestre de 2017 e o anterior. A elevada carga tributária segue como o principal problema enfrentado pela indústria. O problema ganhou importância neste início de ano, passando a ser apontado por 48,1% das empresas - 2,2 pontos percentuais a mais do que o 4º trimestre de 2016". (Fonte: CNI)

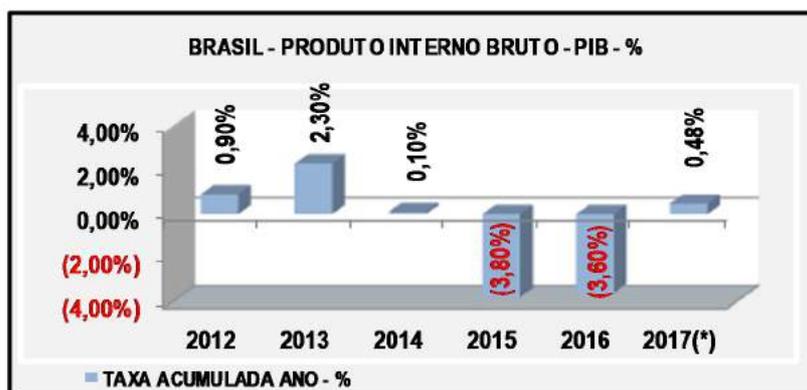
A seguir o Gráfico dos Problemas Enfrentados Pela Indústria no 1º Trimestre de 2017.

GRÁFICO 1. PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA INDÚSTRIA BRASILEIRA – MARÇO DE 2017



Segundo o Banco Central do Brasil - BACEN, conforme Relatório Focus divulgado em 17.03.2017, a estimativa é que o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em 2017 será de apenas 0,48%, essa expectativa está baseada na recuperação dos investimentos e na estabilização do consumo, além das reformas propostas nas áreas trabalhistas, previdenciária com a implementação do teto de gastos para o setor público.

GRÁFICO 2. COMPORTAMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB



- (*) Projeção 2017 -

Os números acima apontam que o Brasil encerrou o **1º trimestre de 2017** com um cenário “Político” ainda desfavorável às pretensões do governo federal, cujo objetivo é a aprovação das reformas propostas e o “Econômico” favorável aos objetivos do governo: queda nos índices de inflação e juros, onde se vislumbra a reversão no processo de recuperação da economia brasileira no médio prazo. Porém, espera-se um tratamento especial para os indicadores que ainda preocupam o Executivo e toda a população, com vistas a reverter o processo de queda das atividades produtivas do país. Destacam-se sinteticamente os principais pontos de preocupação interna, não só do Poder Executivo, mas, também, dos empresários que representam os setores produtivos do país: Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária.

Brasil - Perspectivas 2017:

No Brasil, aos olhos do mercado, a recuperação do emprego ainda é morosa. Deve passar por um processo de renovação tecnológica, por meio de investimentos e melhoria na mão de obra ofertada. Portanto, a retomada do emprego no país não será rápida.

O Banco Central sinalizou por meio do **Relatório Trimestral de Inflação (RTI)** o recuo nas projeções de inflação, confirmando possíveis cortes na Taxa Básica de Juros – Selic nas próximas reuniões do COPOM. O Banco Central afirmou no RTI que aumentou a possibilidade de intensificar, de maneira moderada, o ritmo de flexibilização da política monetária. O cenário descrito pelo BACEN projeta uma inflação em 3,93% no final do ano e 4,18% em 2018, todos abaixo do centro da meta. No cenário publicado pela pesquisa Focus, a taxa Selic alçaria o patamar de 9% a.a. em 2017 e 8,50% a.a. em 2018.

O mercado trabalha com expectativas positivas para o PIB a partir do 2º trimestre. O balanço de riscos para a economia brasileira está mais favorável, segundo as Agências Classificadoras de Riscos. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br.) que mede a atividade econômica cresceu 1,12% no 1º Trimestre de 2017 em relação aos três últimos meses de 2016, segundo os dados divulgados pelo BACEN. Porém, em março, o indicador caiu 0,44% em comparação a fevereiro.

1.1.2 Destaques Internacionais

- **Estados Unidos:** nos Estados Unidos o FED elevou a taxa de juros em **0,25 pontos percentuais e sinalizou novas altas no ano**. Com a alta, a taxa básica de juros ficou entre 0,75% e 1,00% ao ano. O FED considerou que o balanço de risco permanece equilibrado, sugerindo apropriado novas elevações no ano para cumprir o seu mandato. Consideramos que os riscos para o FED advêm das incertezas quanto à política fiscal do governo Donald Trump e de uma aceleração inesperada da inflação decorrente das pressões do mercado de trabalho. Nesse sentido, o ritmo de geração de empregos continuou forte em fevereiro, com a criação de 235 mil vagas, acima da expectativa (200 mil), contribuindo para a queda da taxa de

desemprego de 4,8% para 4,7%. Com o ambiente de mercado de trabalho aquecido, os salários subiram 2,8% em termos nominais, o que recoloca o seu ritmo de alta em patamar próximo ao máximo recente de 2,9% observado em dezembro. Com relação à inflação (CPI), o CPI recuou para alta anual de 2,2% frente 2,3% no mês anterior, permanecendo ligeiramente acima da meta do FED. Esperamos que o FED eleve a taxa de juros mais duas vezes no ano, em linha com expectativa dos membros do FOMC. Por fim, na questão política, a retirada da Reforma de Saúde da pauta de votação no Congresso mostrou que o governo americano ainda não encontrou consenso a respeito do tema dentro do próprio partido republicano. **(Fonte: Informe BRAM – Março de 2017).**

- **China:** Na Ásia, as principais atenções voltam-se para os “relacionamentos” da China e do Japão com os EUA. Este último já se encontrou com o Presidente Americano com resultados bastante satisfatórios, porém a situação mais delicada é com a China diante dos inúmeros ataques e acusações feitas durante a campanha de Donald Trump. China e EUA respondem por aproximadamente 40% da economia global, e o desentendimento desses dois países pode desencadear não somente problemas econômicos com impactos literalmente globais, mas também outros de natureza bélica como no caso da Coreia do Norte. Os Estados Unidos “ditam” o rumo de boa parte das vidas no planeta, para o bem ou para o mal...mudanças importantes estão em curso. **(Fonte: Planner Redwood - Asset Management - Comentário Mensal da Gestão – Março 2017).**

A China tem como meta o crescimento do seu Produto Interno Bruto – PIB em cerca de 6,50% em 2017. A meta de 2017 se compara ao crescimento de 6,70% em 2016, o menor ritmo de crescimento nos últimos 26 anos.

- **Zona do Euro:** A exceção do Reino Unido, que por conta do momento especial do “BREXIT” enfrenta turbulências pontuais, vários países europeus e a própria Zona do Euro tem emitido sinais positivos. Destaques vão, em certa medida, para a inflação, o PMI Industrial em alta e a taxa de desemprego em queda (menor taxa desde maio de 2009) – longe ainda de uma situação confortável, mas um alento. Se por um lado apresenta algum alívio (o Euro e a própria “integração” europeia continuam em cheque), por outro a Europa prossegue com as agruras do terrorismo, a imigração desenfreada de povos e a eterna situação de desarranjo fiscal entre as nações. A tendência crescente de uma “direita populista” na Europa sofreu seu primeiro revés nas eleições da Holanda ao não eleger Geert Wilders (liderava as pesquisas) com posições que pareciam se alinhar com anti-imigração, anti-islã e anti-União Européia (UE). Mas também não elegeu o candidato do Partido Trabalhista (amargou derrota histórica) e consagrou como vencedor das eleições parlamentares o premiê conservador Mark Rutte – um liberal, duro na questão migratória e pró-UE. Os próximos grandes eventos dessa natureza agora serão na França e Alemanha, em abril e setembro, respectivamente, que poderão definir o tom e rumo político para o bloco europeu. **(Fonte: Planner Redwood - Asset Management - Comentário Mensal da Gestão - Março 2017).**

1.2 COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS INTERNAS:

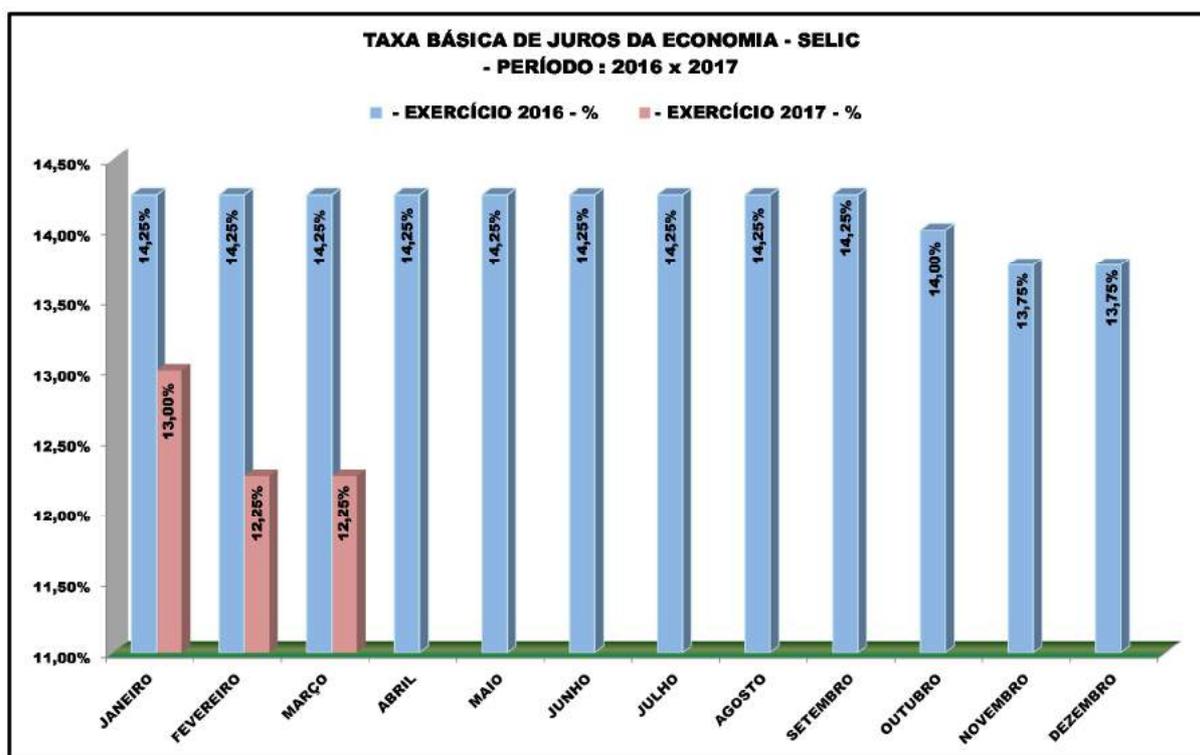
1.2.1 Taxa Básica de Juros da Economia – SELIC

O Comitê de Política Monetária - COPOM, em sua última reunião, realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2017, a segunda do ano, sem surpresas, decidiu cortar a Taxa Básica de Juros da Economia - Selic em 0,75 p.p, de 13% a.a. para 12,25% ao ano, sem viés. Este foi o menor nível desde o começo de 2015 (22/1 e 4/3, quando os juros estavam em 12,25% a.a.). A decisão do COPOM foi unânime e veio dentro do esperado. A maioria dos economistas consultados pelo BACEN no Boletim Focus e pela Agência de Notícias Reuters esperavam corte de 0,75 p.p na Selic. A decisão da Autoridade Monetária levou alguns dos principais bancos do país também anunciarem redução dos juros em suas linhas de crédito. Vale ressaltar,

que esta foi à quarta baixa seguida. A redução dos juros começou no fim de 2016, com dois cortes de 0,25 p.p., derrubando a taxa de 14,15% a.a. para 13,75% a.a. - Na reunião, em janeiro, o BACEN acelerou o ritmo e fez o maior corte em quase cinco anos: de 0,75 p.p. uma decisão que surpreendeu o mercado. Os juros são usados pelo Banco Central para tentar controlar a inflação. De modo geral, quando a inflação encontra-se alta, o BACEN sobe os juros para reduzir o consumo e forçar os preços a caírem. Quando a inflação está baixa, o BC derruba os juros para estimular o consumo.

O comunicado divulgado após a decisão apresentou importantes mudanças e indicou que o Comitê poderá discutir uma aceleração no ritmo de corte de juros em suas próximas reuniões. O Comitê entende que a retomada da atividade econômica em 2017 será gradual e que os sinais desde a última reunião foram mistos, mas compatíveis com uma estabilização. O cenário externo segue sendo avaliado como incerto, porém, os diretores ponderaram que os efeitos das revisões de políticas econômicas nas economias centrais sobre a economia brasileira estão sendo mitigado pelo impacto da atividade global mais forte sobre os preços das commodities. A inflação segue favorável, com um processo mais difundida e retomada da desinflação de alimentos.

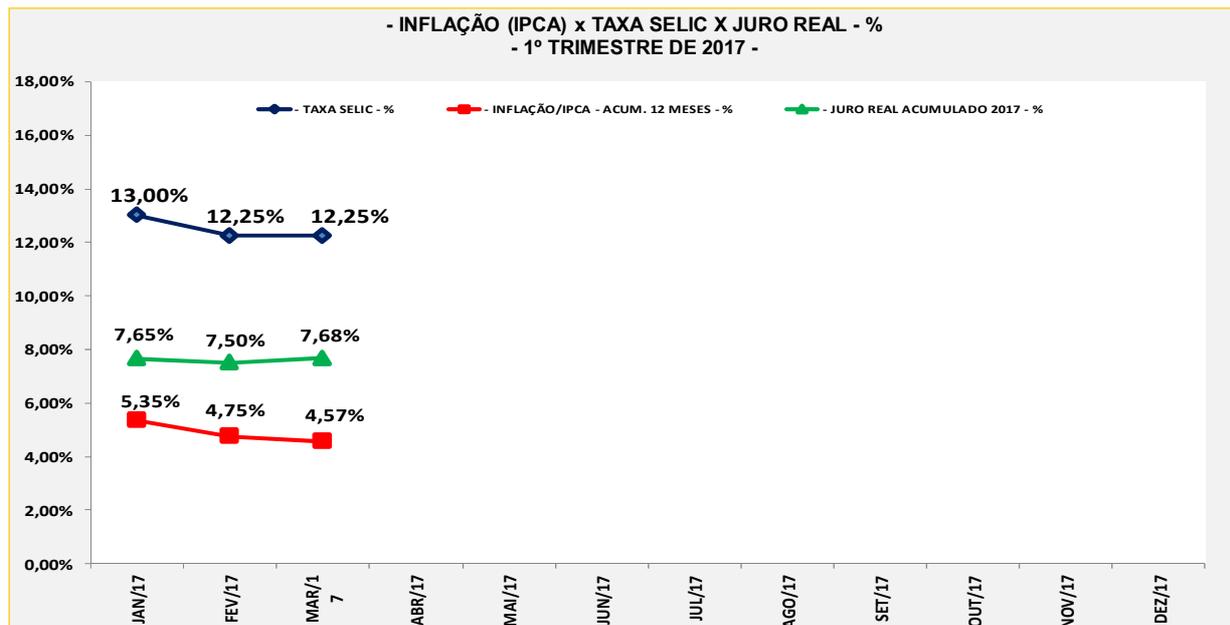
GRÁFICO 3. TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA - SELIC - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.2 Taxa Real de Juro – 2017

Com a decisão do Comitê de Política Monetária - COPOM em sua reunião realizada nos dias 21 e 22 de fevereiro, proporcionou corte de 0,75% ponto percentual na Taxa Básica de Juros da Economia - Selic, reduzindo-a para 12,25% a.a. Mesmo com a redução o Brasil continua sendo o país com juros reais mais altos do mundo. Os juros reais (descontada a inflação) se situaram em 7,68%, contra 7,46% a.a. em dezembro de 2016.

GRÁFICO 4. TAXA DE JURO REAL



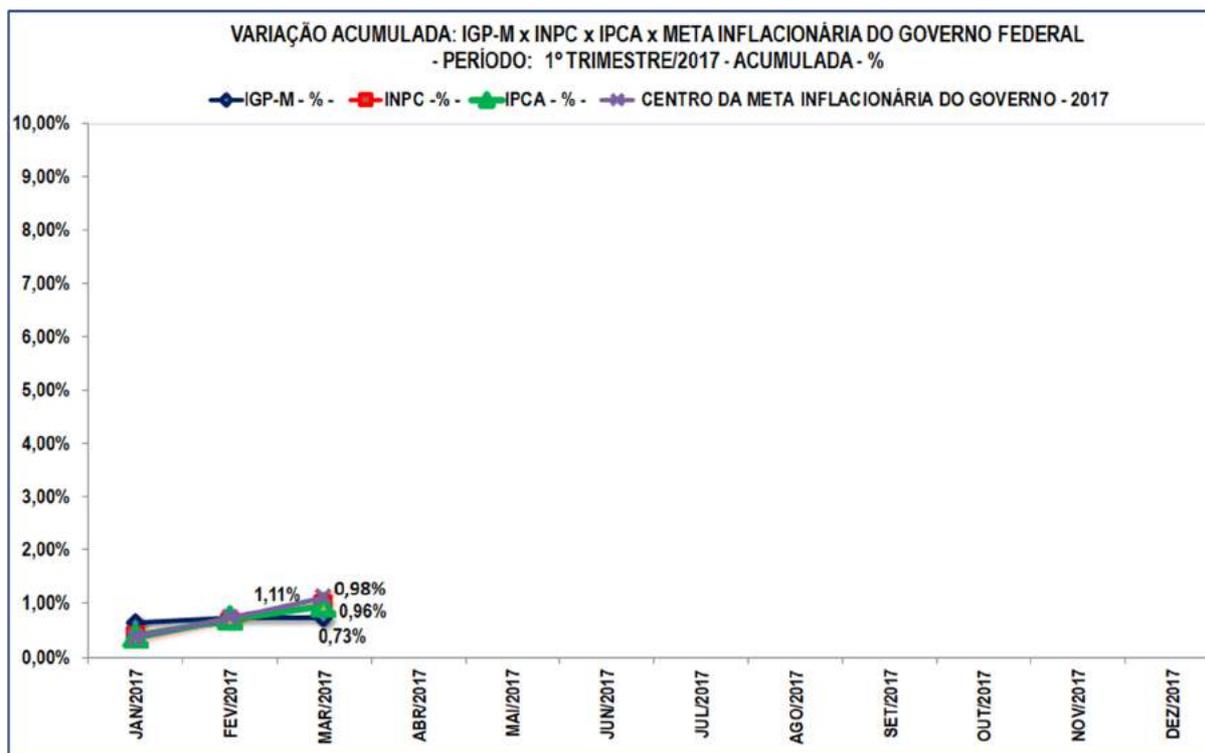
1.2.3 Taxas de Inflação

Segundo publicação do IBGE, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA** (índice oficial de inflação do Governo Federal), em março de 2017 fechou em 0,25%, com queda de 0,8%. em relação ao percentual de (0,33%) registrado em fevereiro e a menor taxa já registrada para os meses de março desde 2012, quando atingiu 0,21%.

Com o resultado, a inflação acumulada no primeiro trimestre de 2017 ficou em 0,96%, a menor taxa de toda a série histórica (não se levando em conta as mudanças na moeda). No primeiro trimestre de 2016, o IPCA acumulou uma alta de 2,62%. A inflação oficial dos últimos 12 meses atingiu 4,57%. (Fonte: IBGE).

De acordo com as previsões do BACEN (Focus - Relatório de Mercado – 28.04.2017), a inflação deve perder força em já em 2017, com expectativas de alta nos preços de 4,03%, abaixo, portanto, do centro da meta (4,50% a.a.) e do teto da meta (6,50% a.a.) estabelecido pelo Governo. Por outro lado, o mercado tem plena convicção de que, a queda observada no IPCA em 2016 não foi fruto de um ambiente interno organizado. A projeção da queda do índice de 6,29% em 2016 para 4,03% em 2017 deveu-se, ainda, pelo aprofundamento da recessão e do desemprego.

GRÁFICO 5. ÍNDICES DE PREÇOS ACUMULADOS – 2017



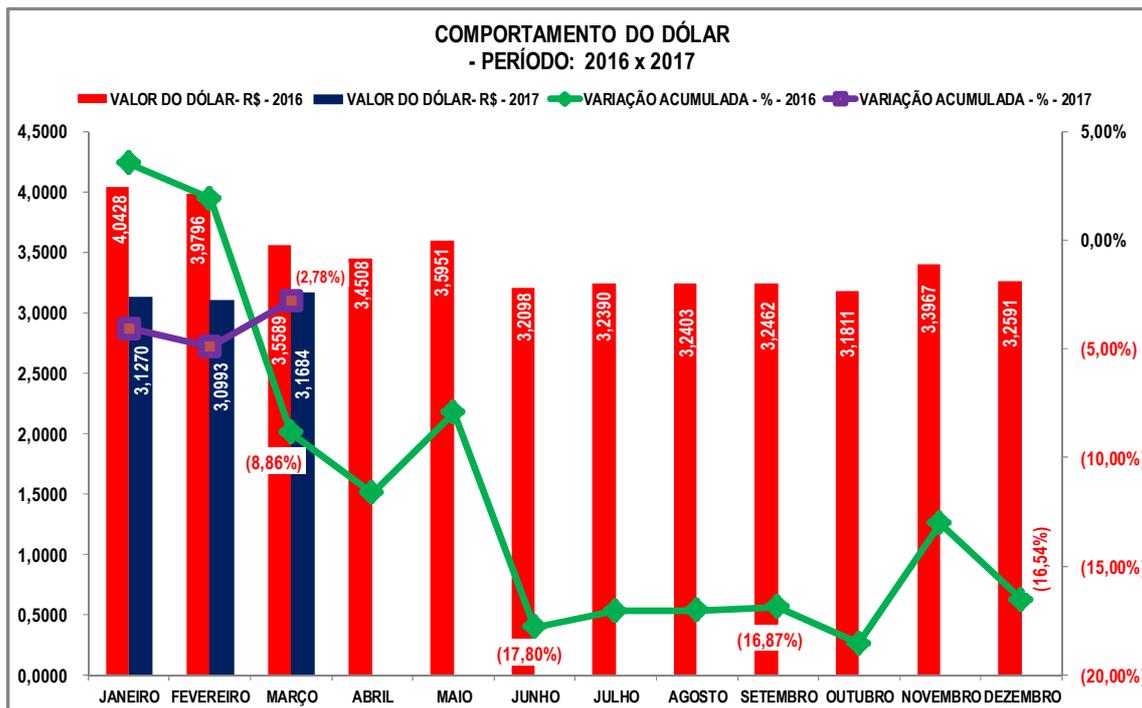
Observa-se que no decorrer do exercício de 2017, persiste o descolamento entre as variações dos índices INPC (utilizado para ajustar os valores das aposentadorias) e o IPCA (utilizado na apuração dos valores das NTN-B), em patamar acima dos historicamente observados até 2014. Como se observa no gráfico, as variações dos índices, no encerramento do 1º trimestre de 2017, deixam visível ser necessário que os investimentos atrelados em IPCA utilizem dos juros reais de 0,02% para empatar com a variação do INPC.

1.2.4 Taxa de Câmbio

O preço do dólar (ptax) no mercado brasileiro fechou o 1º trimestre de 2017 valendo R\$ 3,1684 contra R\$ 3,2591 no 4º trimestre 2016, registrando uma queda de 2,78% no trimestre. Com este resultado, a moeda americana registrou uma queda acumulada no ano de 2,78%, ante uma desvalorização de 8,84% no mesmo período de 2016, resultando numa pequena valorização do real no período considerado.

Encerrado o 1º trimestre de 2017, toda a expectativa que o mercado temia em relação ao Presidente Donald Trump, não se confirmou: **(i) forte arrancada da moeda americana, pressionando a inflação e (ii) incertezas no cenário externo, afetando as exportações e os investimentos.** Num primeiro momento, isso veio acontecer, porém, o discurso conciliador do Presidente trouxe forte alívio para o mercado. No decorrer dos três primeiros meses do ano, a queda de 2,78% da moeda americana, contribuiu diretamente com a queda da inflação e as decisões de redução da taxa Básica de Juros da Economia – Selic, indicando, inclusive, novas reduções nas próximas reuniões do COPOM.

GRÁFICO 6. COMPORTAMENTO DO DÓLAR - PERÍODO: 2016 X 2017



1.2.5 Indicadores Econômicos Financeiros – 2017

TABELA 2. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – 2017

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS - 2017					
ATIVOS DE MERCADO	ACUMULADO 2016	VARIÇÕES NOMINAIS - 2017			NOMINAL NO ANO
		jan/16	fev/16	mar/16	
IBOVESPA	38,91%	7,38%	3,08%	(2,52%)	7,90%
IBrX-50	36,82%	7,12%	2,84%	(2,16%)	7,78%
US\$ (PTAX) %	(16,54%)	(4,05%)	(0,89%)	2,23%	(2,78%)
CDI	13,99%	1,08%	0,86%	1,05%	3,02%
TAXA SELIC	14,03%	1,09%	0,87%	1,05%	3,04%
POUPANÇA	8,30%	0,67%	0,53%	0,65%	1,87%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO		VARIÇÕES NOMINAIS - 2017			
IGP-M (FGV)	7,19%	0,64%	0,08%	0,01%	0,73%
IGP-DI (FGV)	7,15%	0,42%	0,06%	(0,38%)	0,10%
INPC (IBGE)	6,58%	0,42%	0,24%	0,32%	0,98%
IPC-SP (FIPE)	6,55%	0,32%	-0,08%	0,14%	0,38%
IPCA (IBGE)	6,29%	0,38%	0,33%	0,25%	0,96%
META ATUARIAL (*)	13,30%	0,57%	0,85%	0,67%	2,10%
TAXA INDICATIVA (**)	10,31%	0,71%	0,53%	0,61%	1,86%
REFERÊNCIA (***)	12,44%	0,85%	0,67%	0,75%	2,29%
DOLAR PTAX (VENDA) US\$	3,2591	3,1270	3,0993	3,1684	-

(*) INPC (com defasagem) + 5,26% a.a.
(**) INPC+3,5% a.a.
(***) INPC (sem defasagem) +5,26% a.a.

Chama a atenção a contínua recuperação do mercado acionário, com alta de 7,90% e 7,78%, medido pelos índices IBOVESPA e IBrX-50, respectivamente, bem como a valorização do real ante o dólar, com a cotação da moeda caindo 2,78%.

1.3 PERFORMANCE DA INDÚSTRIA DE FUNDOS DE PENSÃO – 1995 a 2016 – CONSOLIDADO

GRÁFICO 7. RENTABILIDADE X META ATUARIAL

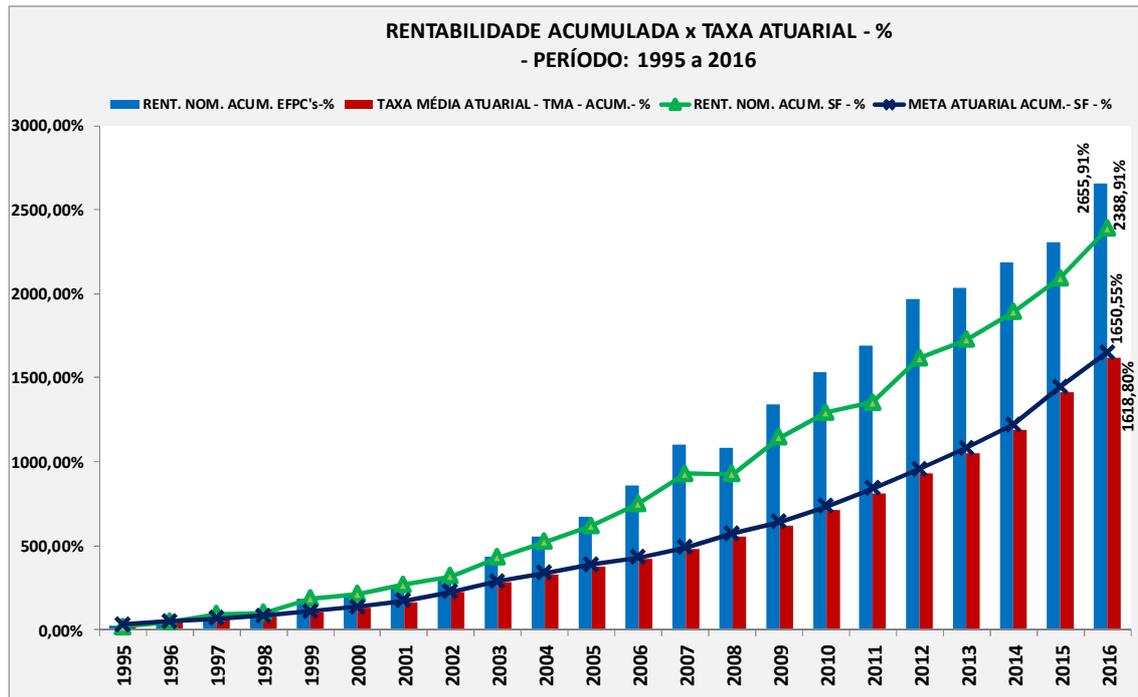


GRÁFICO 8. RENTAB. DOS FUNDOS DE PENSÃO SOBRE A META ATUARIAL X PLANO BD - PERÍODO: 1995 A 2016

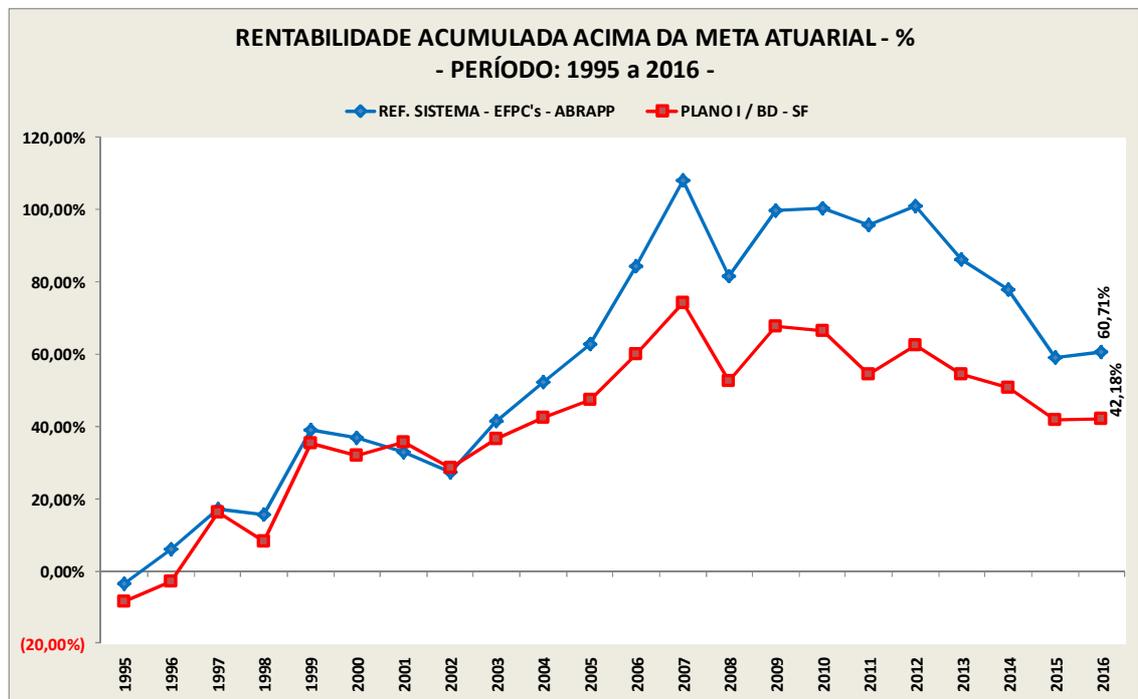


TABELA 3. RENTABILIDADE X META ATUARIAL DOS FUNDOS DE PENSÃO - ACUMULADA - PERÍODO: 1995 A 2016 - CONSOLIDADO

ANO	RENT. NOMINAL DOS FUNDOS DE PENSÃO - ANUAL	RENT. NOMINAL ACUM.	META ATUARIAL EFPC's - ANUAL	META ATUARIAL EFPC's - ACUM.	RENTAB. ACIMA DA META DAS EFPC's	RENTAB. ACIMA DA META DAS EFPC's/ACUM.	RENT. NOMINAL - SÃO FRANCISCO PLANO BD - ANUAL	RENTAB. ACUM.	META ATUARIAL S. FRANCISCO- ANUAL	META ATUARIAL S.FRANC. ACUM.	RENTAB. REAL S.FRANC. ANUAL	RENTAB.ACIMA DA META S.FRANC./ACUM.
1995	24,92%	24,92%	29,30%	29,30%	(3,39%)	(3,39%)	18,35%	18,35%	29,36%	29,36%	(8,51%)	(8,51%)
1996	26,81%	58,41%	15,67%	49,56%	9,63%	5,92%	24,43%	47,26%	17,11%	51,49%	6,25%	-2,79%
1997	22,20%	93,58%	10,60%	65,41%	10,49%	17,03%	32,06%	94,48%	10,35%	67,17%	19,67%	16,33%
1998	7,30%	107,71%	8,64%	79,71%	(1,23%)	15,58%	2,39%	99,12%	10,19%	84,21%	(7,08%)	8,10%
1999	38,29%	187,24%	14,94%	106,55%	20,31%	39,06%	43,39%	185,52%	14,57%	111,05%	25,15%	35,29%
2000	9,75%	215,25%	11,59%	130,49%	(1,65%)	36,77%	9,12%	211,56%	11,80%	135,95%	(2,40%)	32,05%
2001	12,63%	255,06%	16,01%	167,40%	(2,91%)	32,79%	18,81%	270,17%	15,78%	173,18%	2,62%	35,50%
2002	16,60%	314,00%	21,62%	225,21%	(4,13%)	27,30%	13,25%	319,21%	19,31%	225,94%	(5,08%)	28,62%
2003	30,01%	438,25%	17,01%	280,53%	11,11%	41,45%	26,87%	431,86%	19,48%	289,43%	6,19%	36,57%
2004	21,07%	551,65%	12,50%	328,09%	7,62%	52,22%	16,93%	521,90%	12,14%	336,70%	4,27%	42,41%
2005	19,05%	675,80%	11,35%	376,68%	6,92%	62,75%	15,79%	620,10%	11,98%	389,02%	3,40%	47,25%
2006	23,45%	857,72%	8,98%	419,49%	13,28%	84,36%	18,25%	751,52%	8,84%	432,25%	8,65%	59,98%
2007	25,88%	1105,58%	11,47%	479,07%	12,93%	108,19%	20,94%	929,83%	11,08%	491,22%	8,88%	74,19%
2008	(1,62%)	1086,05%	12,87%	553,60%	(12,84%)	81,46%	(0,44%)	925,29%	13,64%	571,87%	(12,39%)	52,60%
2009	21,50%	1341,05%	10,36%	621,31%	10,09%	99,78%	21,38%	1144,50%	10,42%	641,88%	9,93%	67,75%
2010	13,26%	1532,13%	12,85%	714,00%	0,36%	100,51%	11,93%	1292,97%	12,73%	736,32%	(0,71%)	66,56%
2011	9,80%	1692,08%	12,44%	815,26%	(2,35%)	95,80%	4,29%	1352,73%	12,56%	841,36%	(7,35%)	54,32%
2012	15,37%	1967,52%	12,57%	930,31%	2,72%	101,13%	18,25%	1617,85%	12,31%	957,24%	5,29%	62,48%
2013	3,28%	2035,33%	11,63%	1050,13%	(7,48%)	86,09%	6,37%	1727,28%	11,92%	1083,26%	(4,96%)	54,43%
2014	7,07%	2186,30%	12,07%	1188,95%	(4,46%)	77,79%	8,96%	1891,00%	11,65%	1221,11%	(2,41%)	50,71%
2015	5,22%	2305,65%	17,55%	1415,16%	(10,49%)	59,14%	10,11%	2092,30%	16,91%	1444,51%	(5,82%)	41,94%
2016	14,56%	2655,91%	13,44%	1618,80%	0,99%	60,71%	13,53%	2388,91%	13,34%	1650,55%	0,17%	42,18%

GRÁFICO 9. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DAS EFPC'S COM RELAÇÃO PIB – CONSOLIDADO - PERÍODO: 1995 A 2016

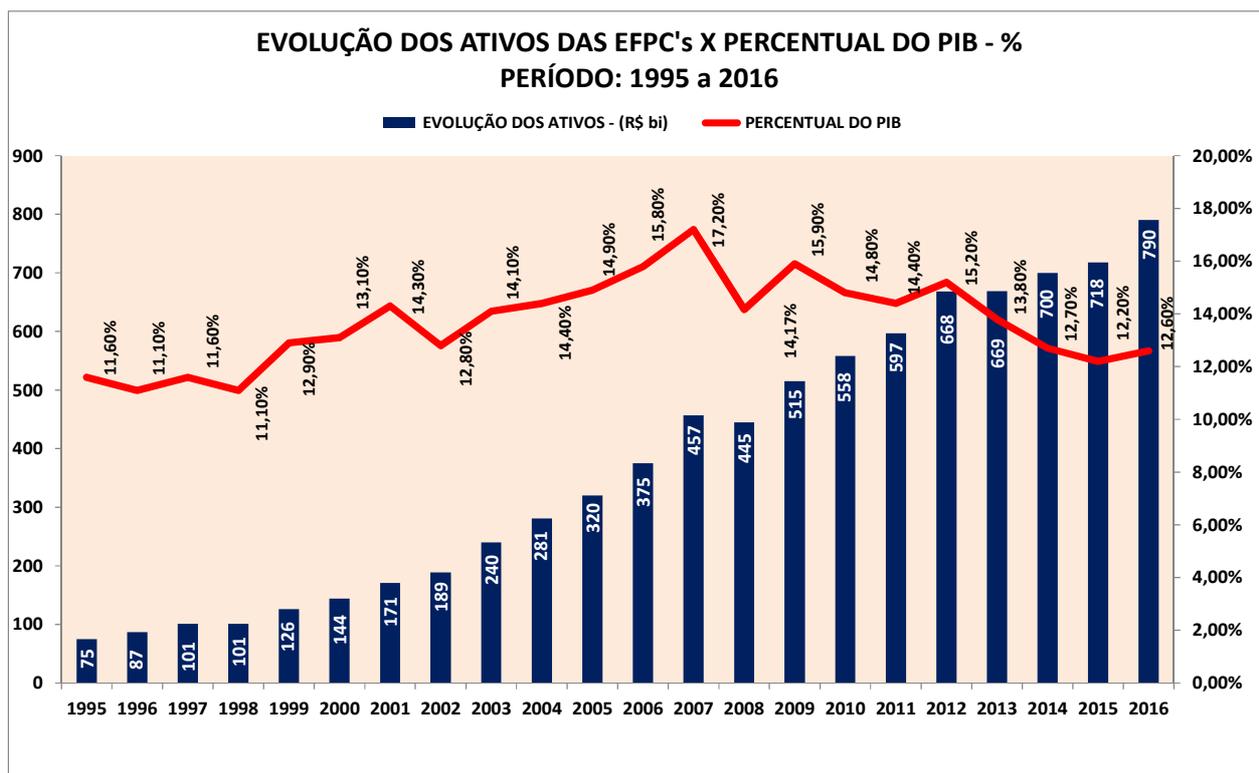


TABELA 4. EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO X PERCENTUAL DO PIB

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS DOS FUNDOS DE PENSÃO x PERCENTUAL DO PIB				
PERÍODO: 1995 a 2016 - FONTE: ABRAPP				
ANO	EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FUNDOS DE PENSÃO - (R\$ - bi) -	ATIVOS EFPC's/PIB NO ANO - % -	CRESCIMENTO NO ANO - %	CRESCIMENTO ACUMULADO NO PERÍODO EFPC's - % -
1994	73			
1995	75	11,60%	2,74%	2,74%
1996	87	11,10%	16,00%	19,18%
1997	101	11,60%	16,09%	38,36%
1998	101	11,10%	0,00%	38,36%
1999	126	12,90%	24,75%	72,60%
2000	144	13,10%	14,29%	97,26%
2001	171	14,30%	18,75%	134,25%
2002	189	12,80%	10,53%	158,90%
2003	240	14,10%	26,98%	228,77%
2004	281	14,40%	17,08%	284,93%
2005	320	14,90%	13,88%	338,36%
2006	375	15,80%	17,19%	413,70%
2007	457	17,20%	21,87%	526,03%
2008	445	14,17%	(2,63%)	509,59%
2009	515	15,90%	15,73%	605,48%
2010	558	14,80%	8,35%	664,38%
2011	597	14,40%	6,99%	717,81%
2012	668	15,20%	11,89%	815,07%
2013	669	13,80%	0,15%	816,44%
2014	700	12,70%	4,63%	858,90%
2015	718	12,20%	2,57%	883,56%
2016	790	12,60%	10,03%	982,19%

Os índices de desempenho dos Fundos de Pensão consolidados estatisticamente publicado pela ABRAPP, identificando a desempenho da indústria de Fundos no período de 1995 a 2016, destaca-se a Rentabilidade Acima da Meta Atuarial das EFPC's no período considerado. Noutro aspecto, foi destacado a "Evolução dos Ativos" no período de 1995 a 2016, com destaque para o percentual de participação sobre o PIB brasileiro.

A São Francisco visando permitir que os *Stakeholder*, principalmente, participantes, Conselheiros e Colaboradores, comparem, com base no mesmo período, os resultados dos planos geridos pela Fundação com as congêneres, tendo como fonte de dados as publicações da ABRAPP, apresenta a “Rentabilidade Média Acima da Meta Atuarial dos Fundos de Pensão” em comparação a Rentabilidade do plano BD I, dado ser esse o único existente ao longo de todo o período da amostra.

O comportamento acumulado permite extrair a conclusão de que apesar das condições conjunturais adversas, registradas no mercado financeiro e de capitais no período de 1995 a 2016, especificamente no interregno de 2008 e 2013, os investimentos obtiveram desempenho real de 42,18%, contra 60,71% do sistema, variação menor em somente 11,53% no período, ou 0,52% a.a. Em verdade reflete uma estratégia conservadora de alocação de recursos, com pequena exposição ao risco de crédito, haja vista no decurso do tempo somente 3 ativos terem sido lançados como provisão de perda.

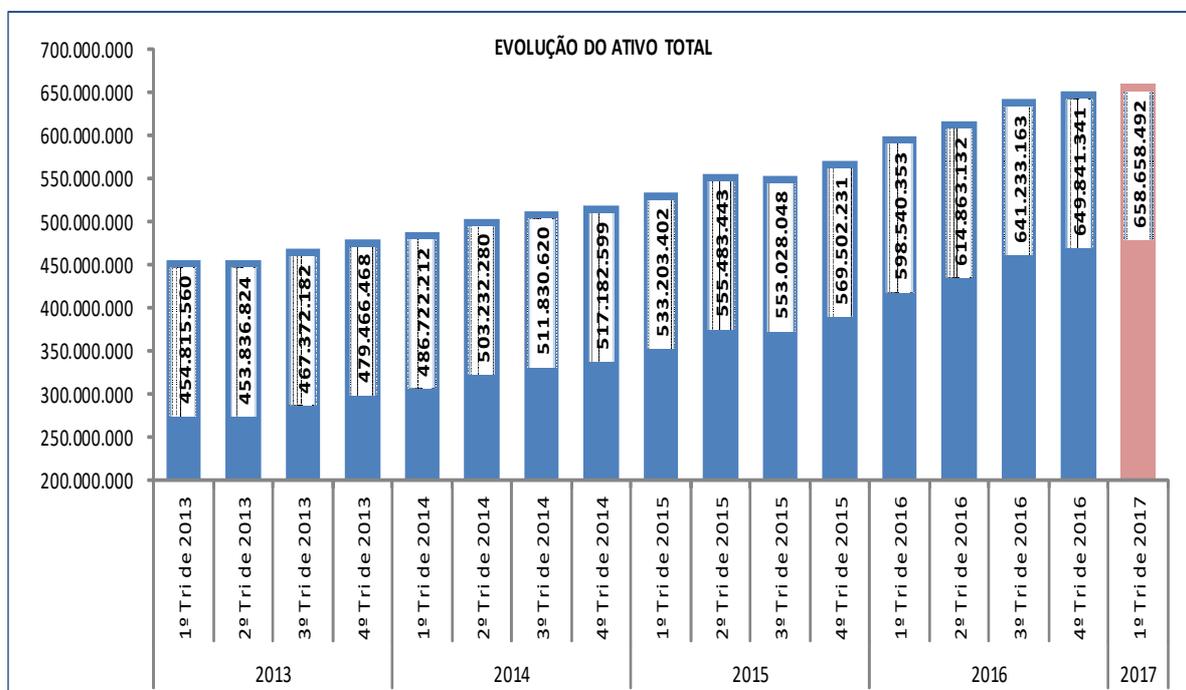
Nos últimos 21 (vinte e um) anos os Fundos de Pensão brasileiros alcançaram uma rentabilidade nominal de 2.655,91% nominal, contra uma necessidade atuarial média de 1.618,80% nominal, sendo daí o registro quanto ao ganho maior que a meta em 60,71%, contra 42,18% obtido pelo Plano BD I.

1.3.1 Ativo Total sob Gestão da SÃO FRANCISCO

1.3.1.1 Evolução do Ativo Total Consolidado

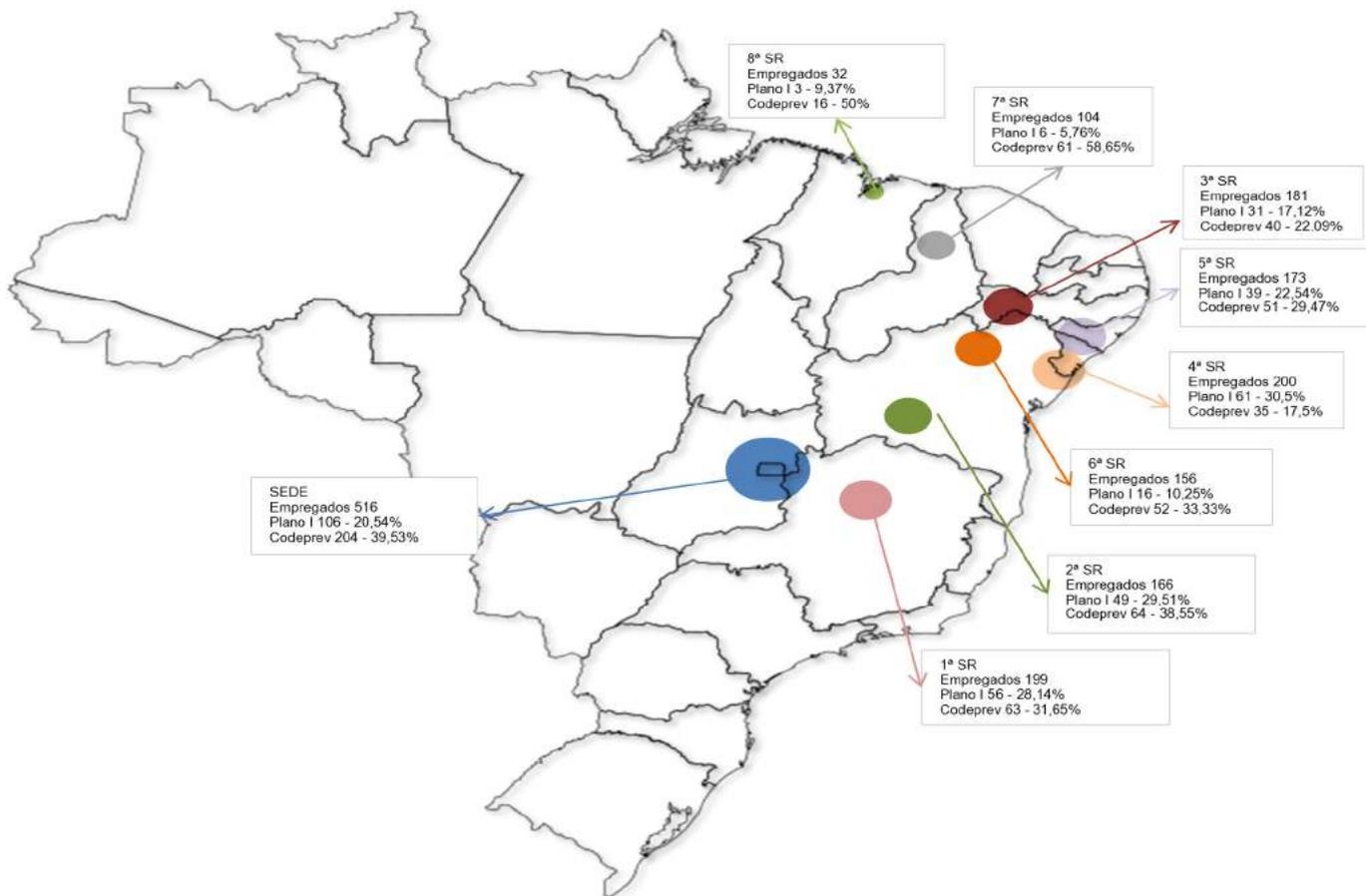
Encerrado o 1º trimestre de 2017, o Ativo Total Consolidado atingiu o montante de R\$ 658,6 milhões, contra R\$ 649,8 milhões ao fim do 4º trimestre de 2016, representando crescimento de 1,36%, contra 5,10% alcançado no mesmo período de 2016.

GRÁFICO 10. EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL



1.3.2 Distribuição dos Empregados Por Localidades e Por Plano de Benefício

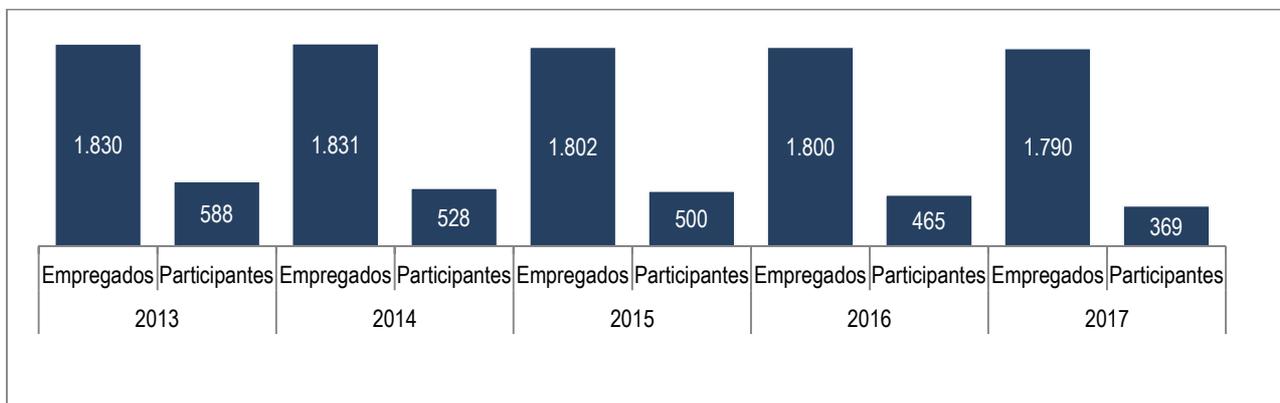
GRÁFICO 11. PARTICIPANTES POR LOCALIDADE



2 PLANO DE BENEFÍCIOS I – BENEFÍCIO DEFINIDO – BD

2.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 12. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 1º trimestre do ano anterior, 96 participantes ativos foram desligados do Plano, sendo: 87 cancelamentos a pedido e 5 falecimentos e 4 concessões de aposentadorias programadas.

GRÁFICO 13. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

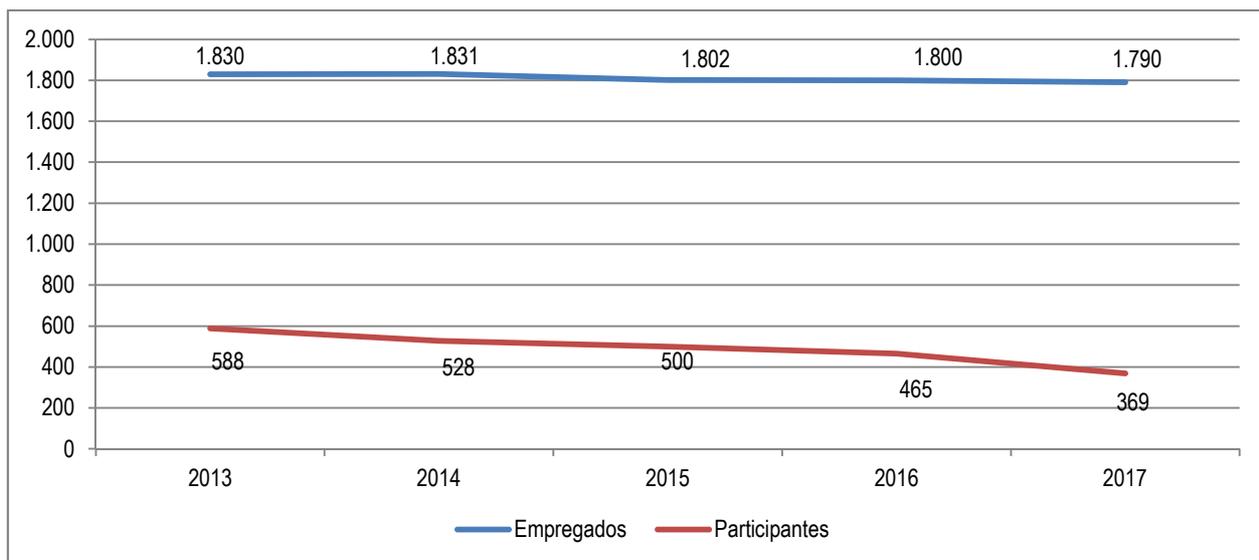


GRÁFICO 14. SEGREGAÇÃO POR SEXO – PARTICIPANTES ATIVOS

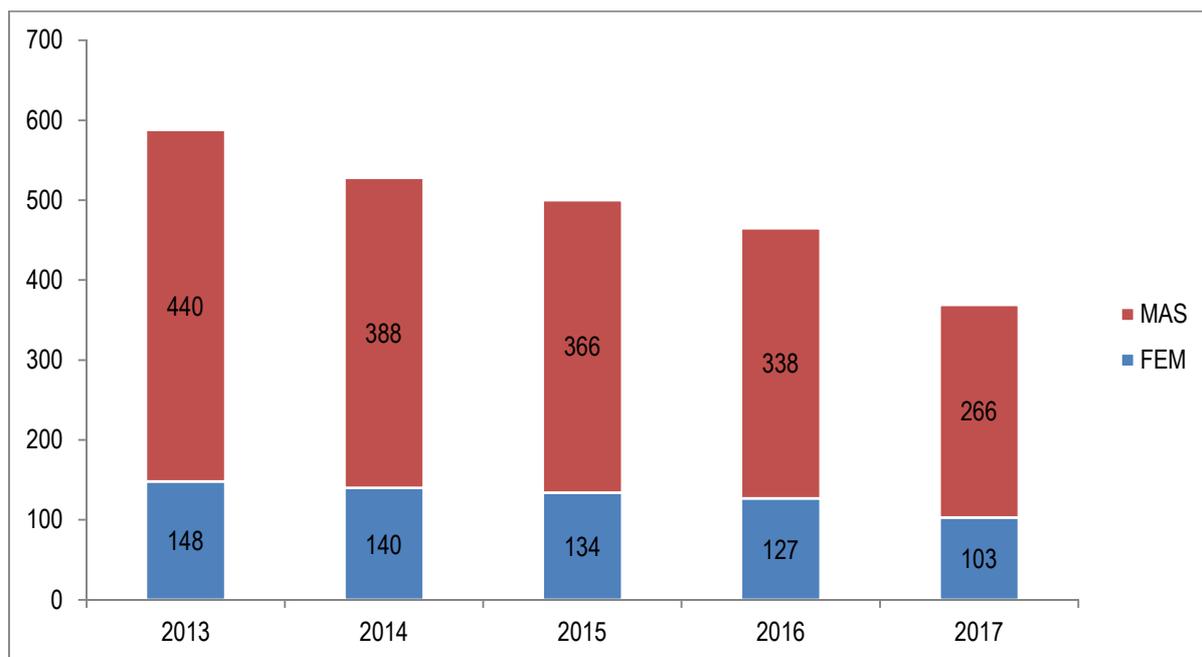
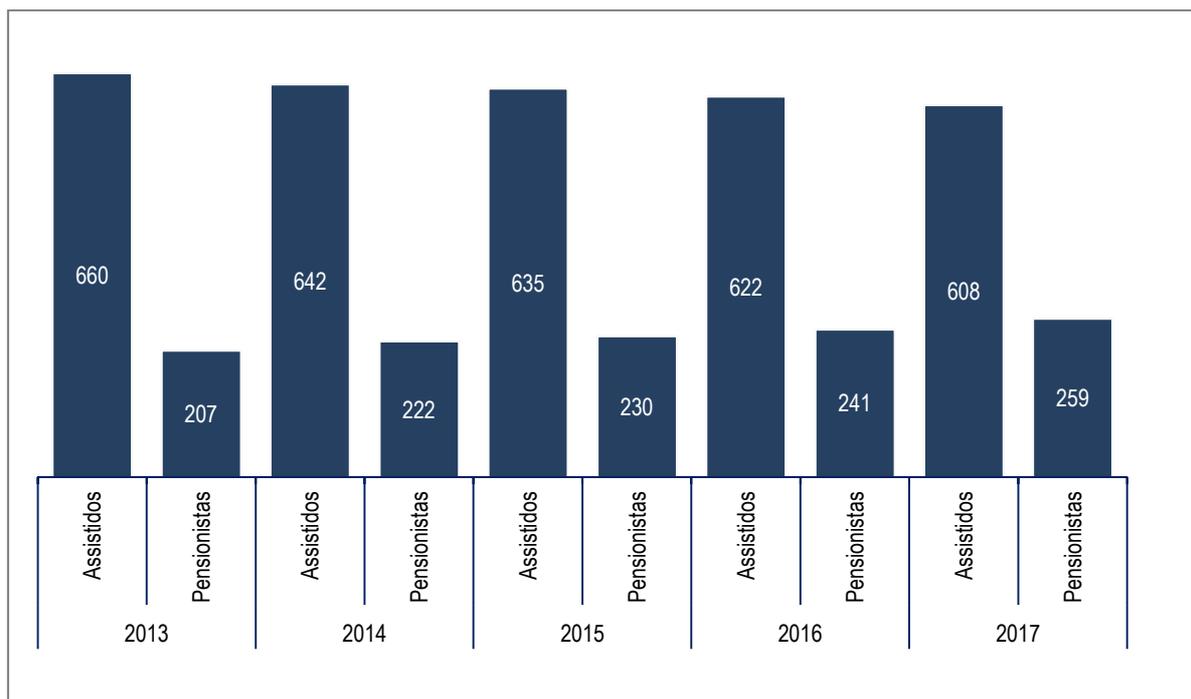


GRÁFICO 15. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS



No período compreendido entre o 1º trimestre/2016 e o 1º trimestre/2017 ocorreram os seguintes eventos: 1) 4 concessões de aposentadoria e 18 encerramentos; 2) 19 concessões de pensão, sendo 4 por morte de participante ativo e 15 por morte de assistido; 3) 1 encerramento de pensão por morte”.

GRÁFICO 16. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS

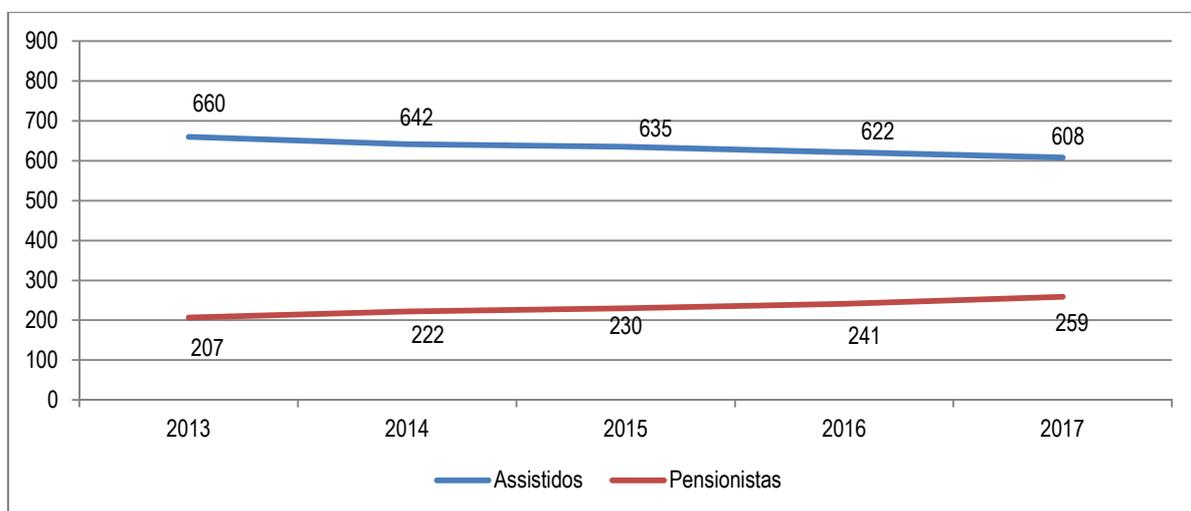


GRÁFICO 17. ASSISTIDOS E PENSIONISTAS – FAIXA ETÁRIA

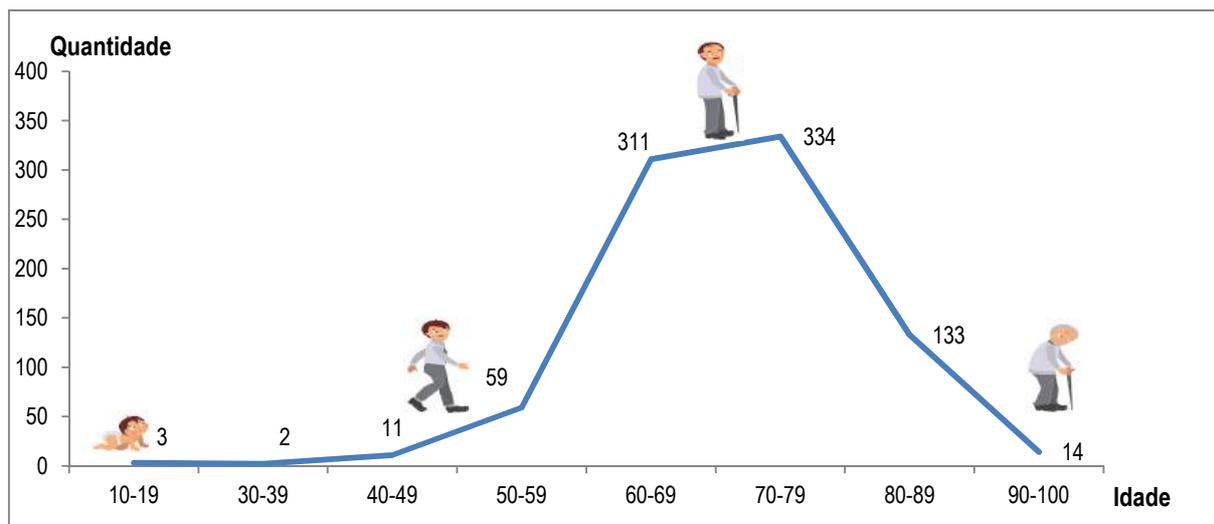


GRÁFICO 18. ASSISTIDOS POR LOCALIDADE

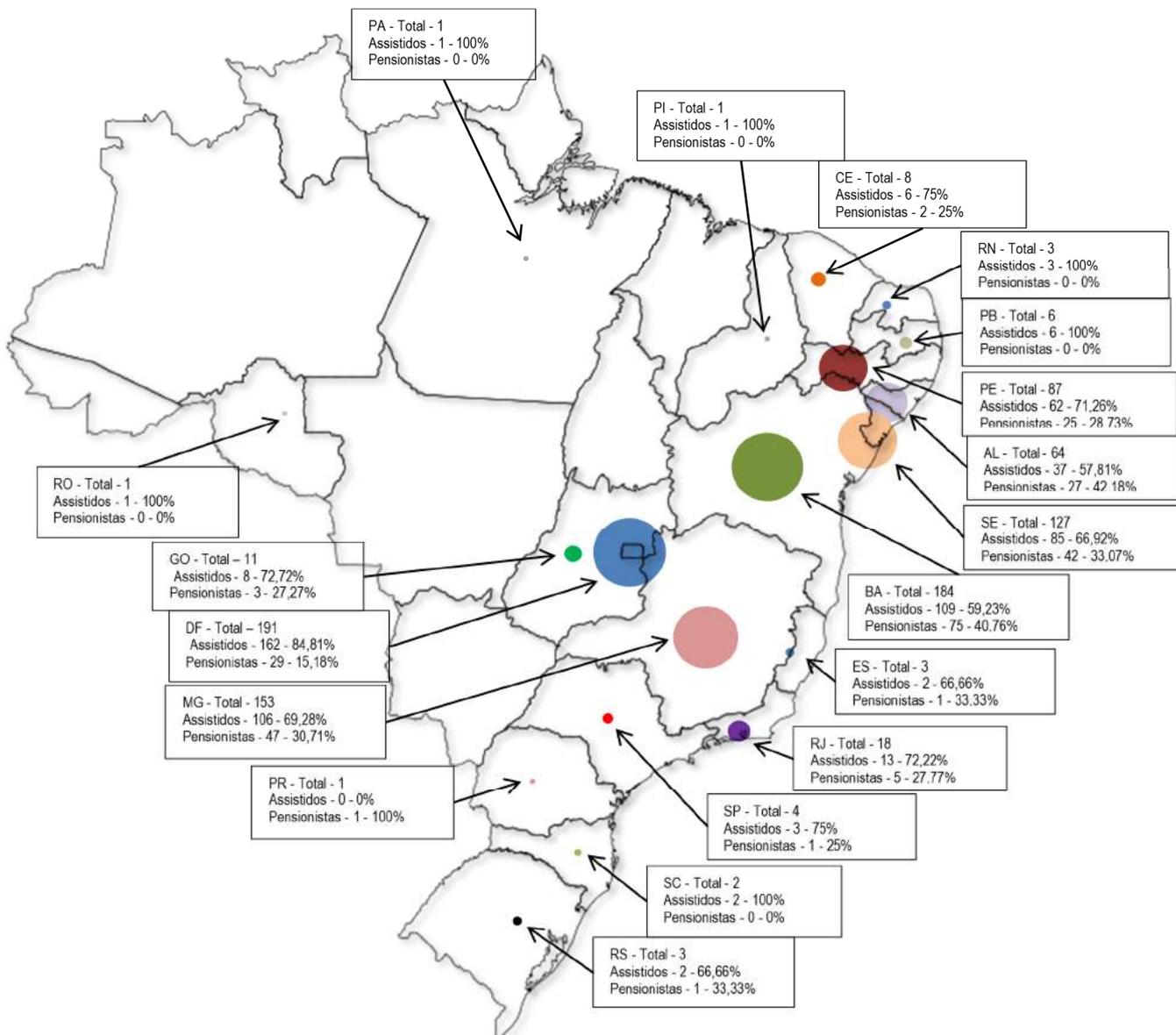
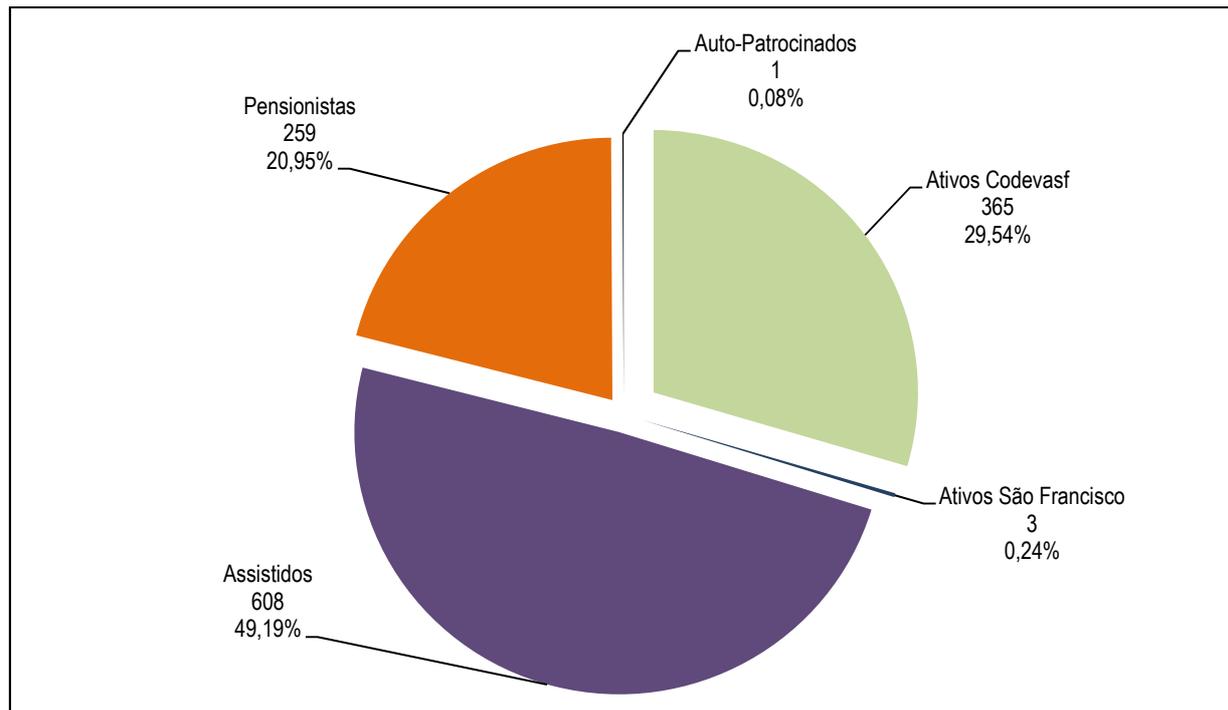
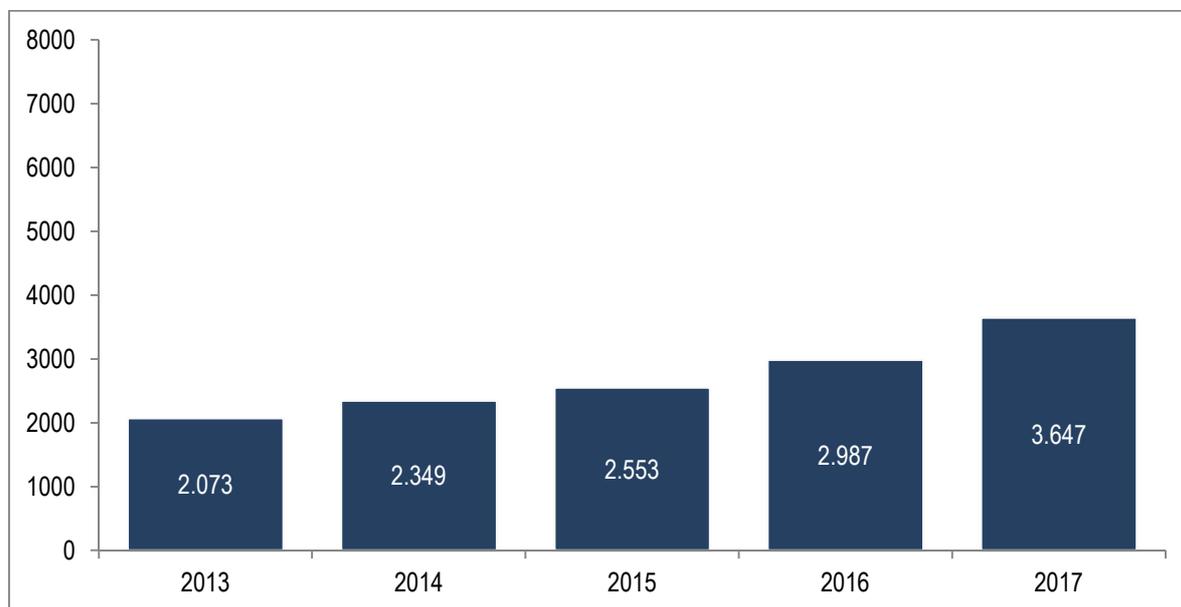


GRÁFICO 19. PERCENTUAL POR GRUPO DE FILIADOS EM RELAÇÃO AO TOTAL



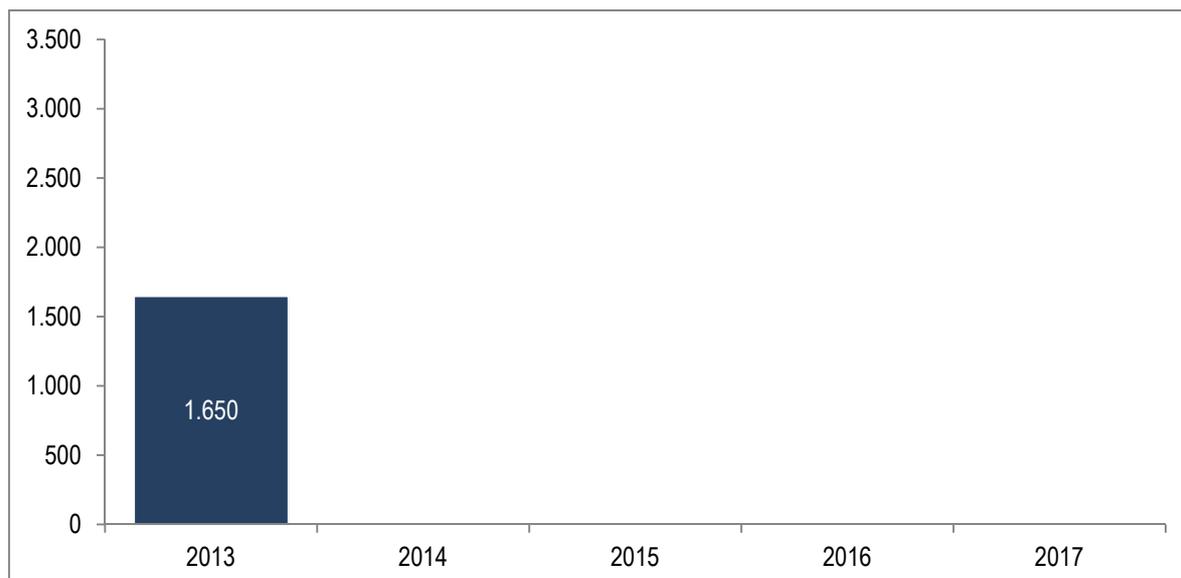
2.1.1 Receitas Previdenciárias

GRÁFICO 20. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS TOTAIS – EM MIL REAIS



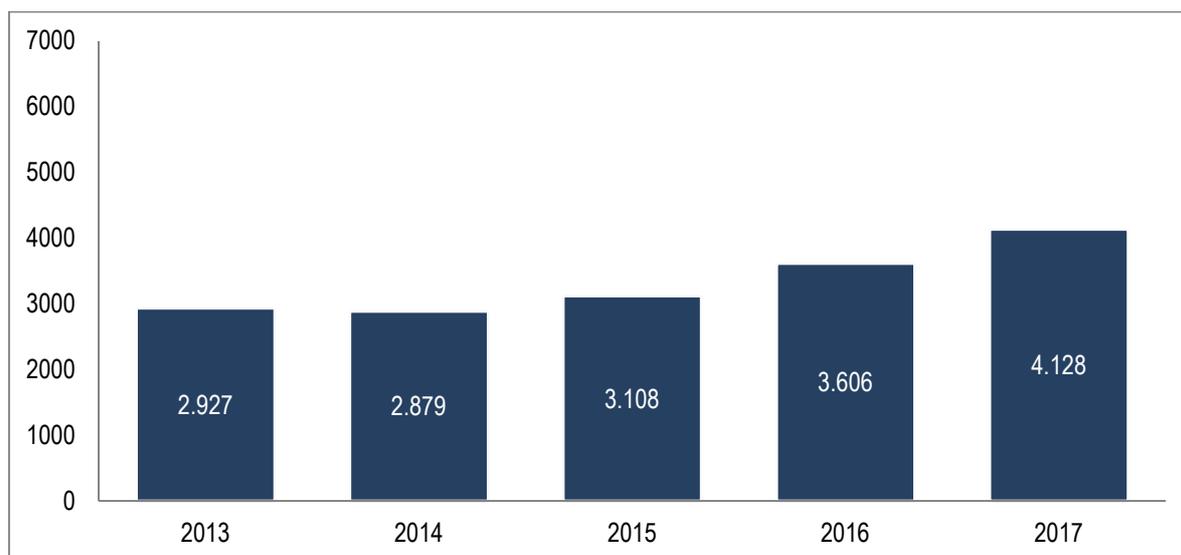
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e o ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 21. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS EXTRAORDINÁRIAS CONTRATADAS – EM MIL REAIS



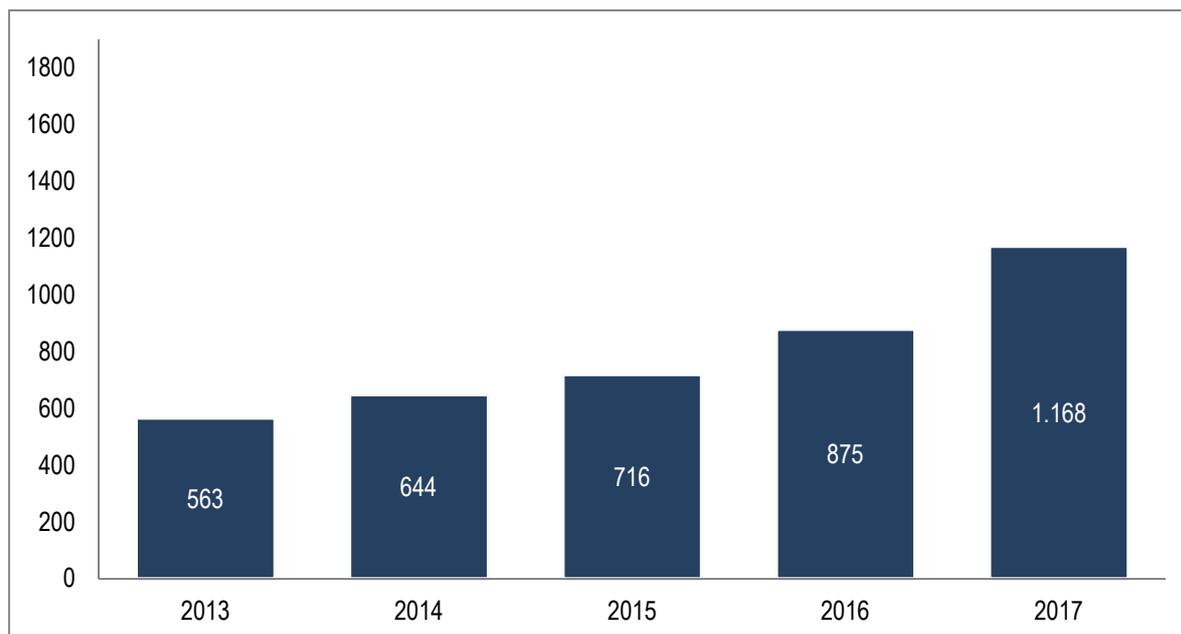
Em dezembro de 2013 foi paga a última parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO.

GRÁFICO 22. CONTRIBUIÇÕES DOS PARTICIPANTES ATIVOS – EM MIL REAIS



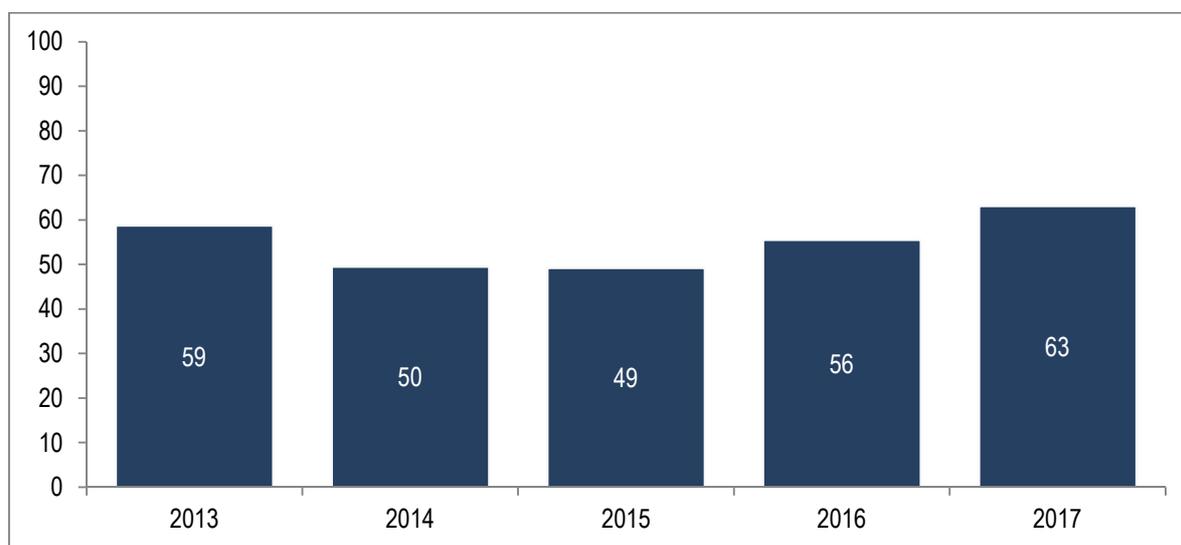
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e o ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 23. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES ASSISTIDOS – EM MIL REAIS



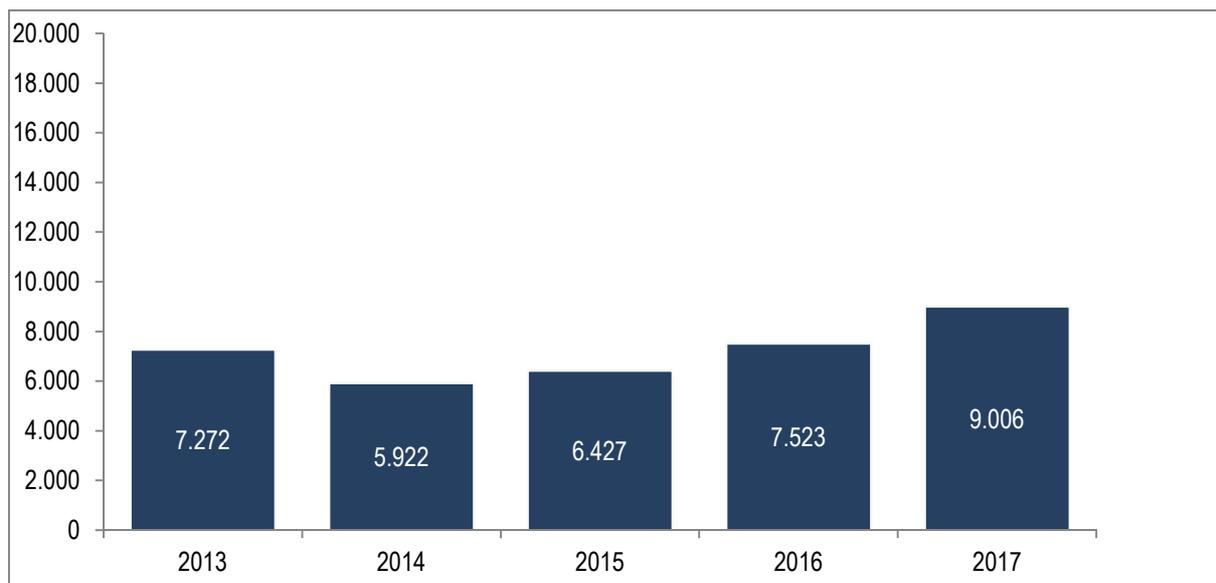
O aumento nas contribuições de assistidos em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se ao reajuste nos benefícios e incremento no ajuste das contribuições normais.

GRÁFICO 24. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES – EM MIL REAIS



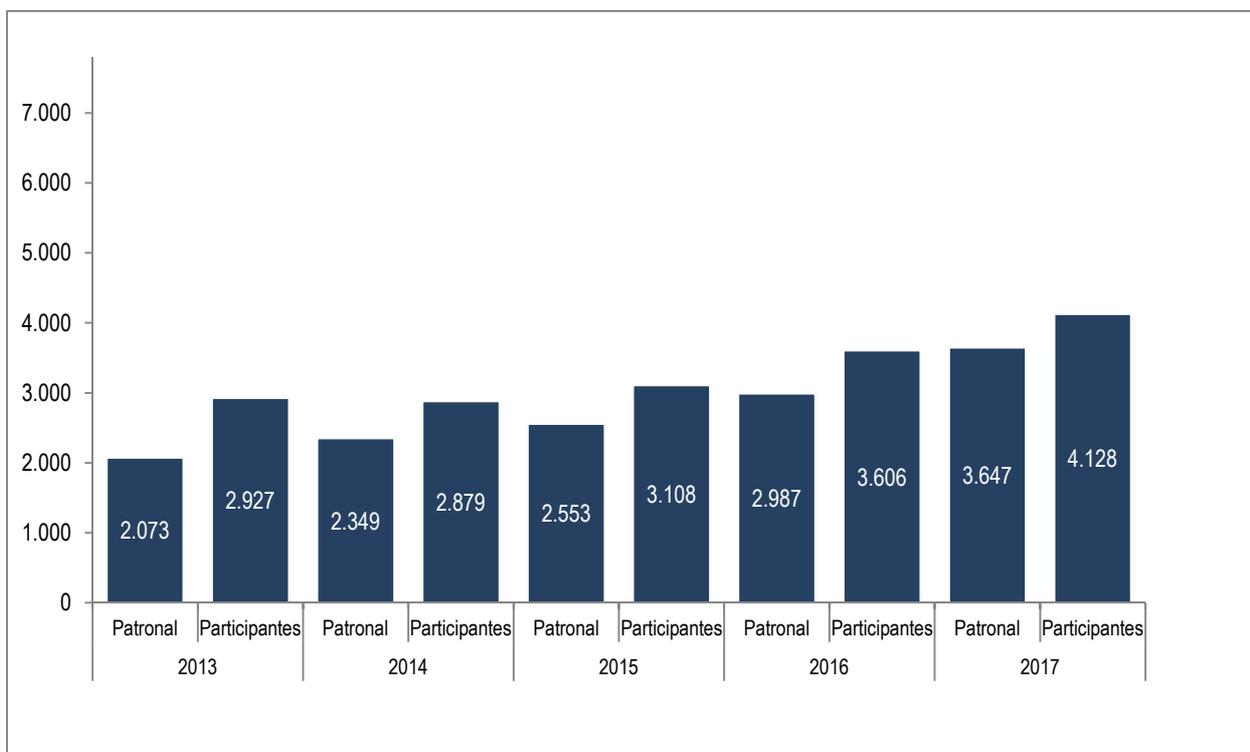
Os valores de “outras contribuições” correspondem às parcelas de joia atuarial e autopatrocinados.

GRÁFICO 25. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



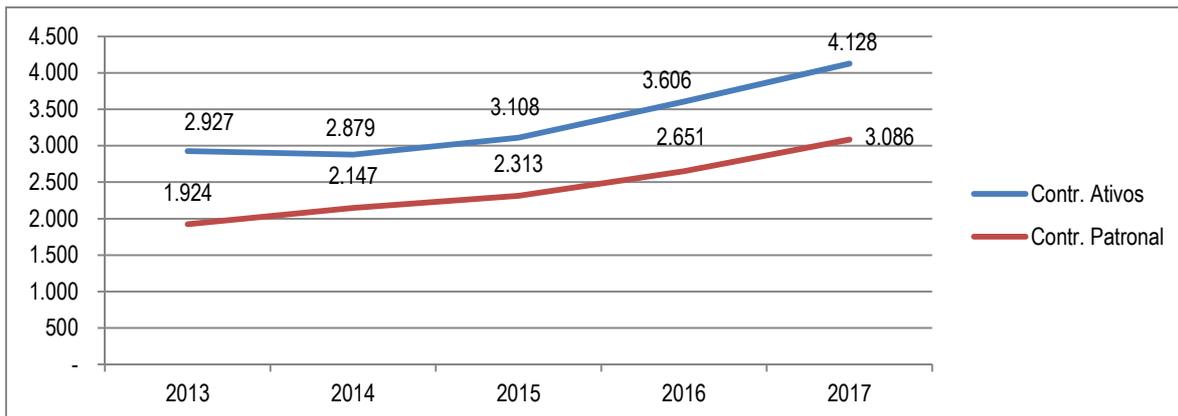
A partir de 2014 não há a parcela referente à Reserva a Amortizar para cobertura de serviço passado, dos participantes fundadores, firmado entre a Codevasf e a SÃO FRANCISCO. A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e o ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 26. COMPARATIVO DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL X PARTICIPANTES – EM MIL REAIS



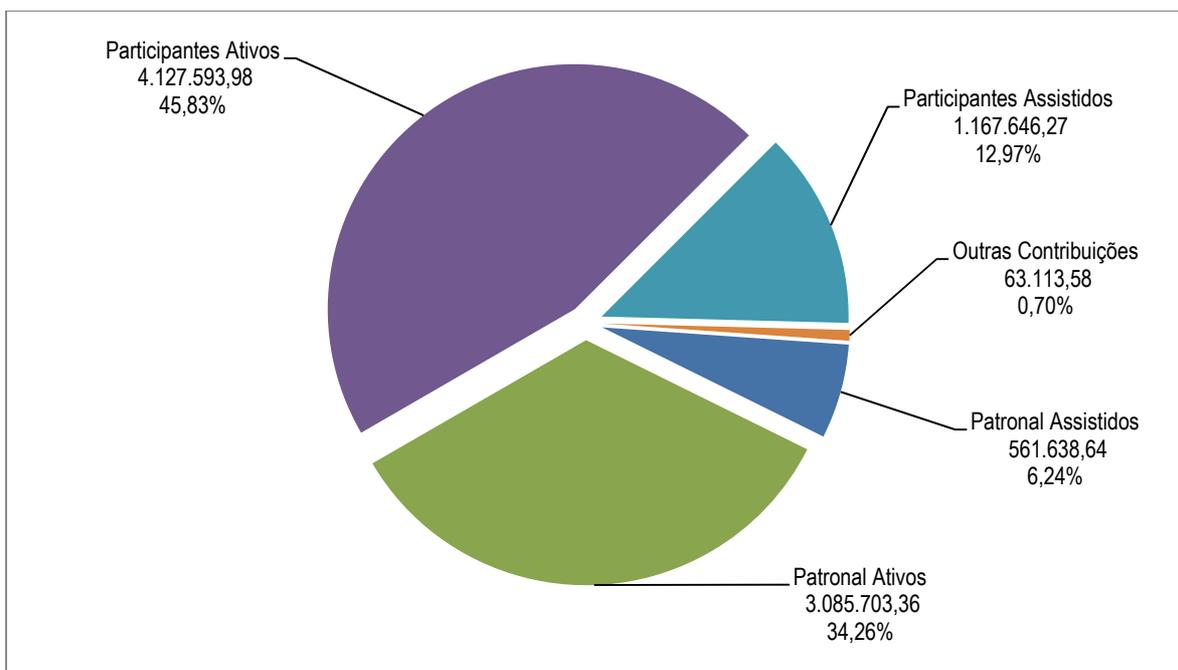
A diferença de contribuição a maior ocorrida em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se, principalmente, ao reajuste salarial realizado no período e o ajuste na contribuição normal mensal.

GRÁFICO 27. COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PARTIC. ATIVOS X PATROCINADORA – EM MIL REAIS



Em média, sobre a contribuição total, verifica-se que a contribuição patronal equivale a 42,78% e a contribuição do participante a 57,22%. Importante ressaltar que não foram utilizados os valores referentes às parcelas do ajuste da contribuição normal das patrocinadoras para os assistidos.

GRÁFICO 28. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS



2.1.2 Despesas Previdenciárias

GRÁFICO 29. DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS POR TIPO DE BENEFÍCIO

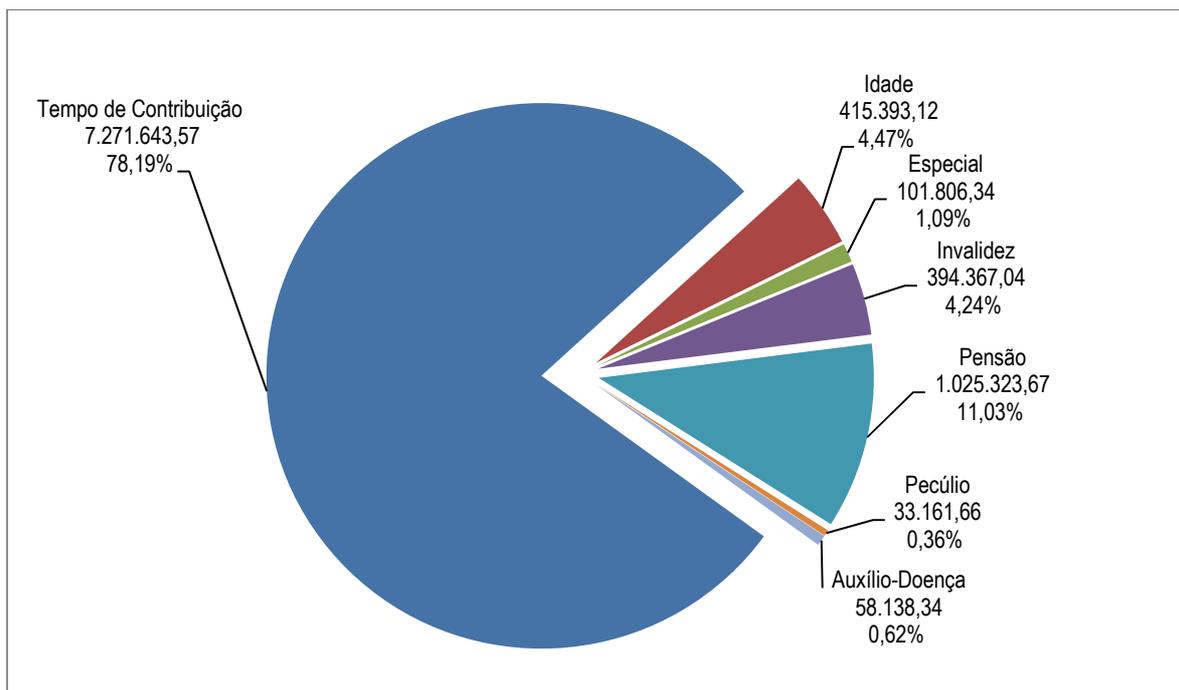
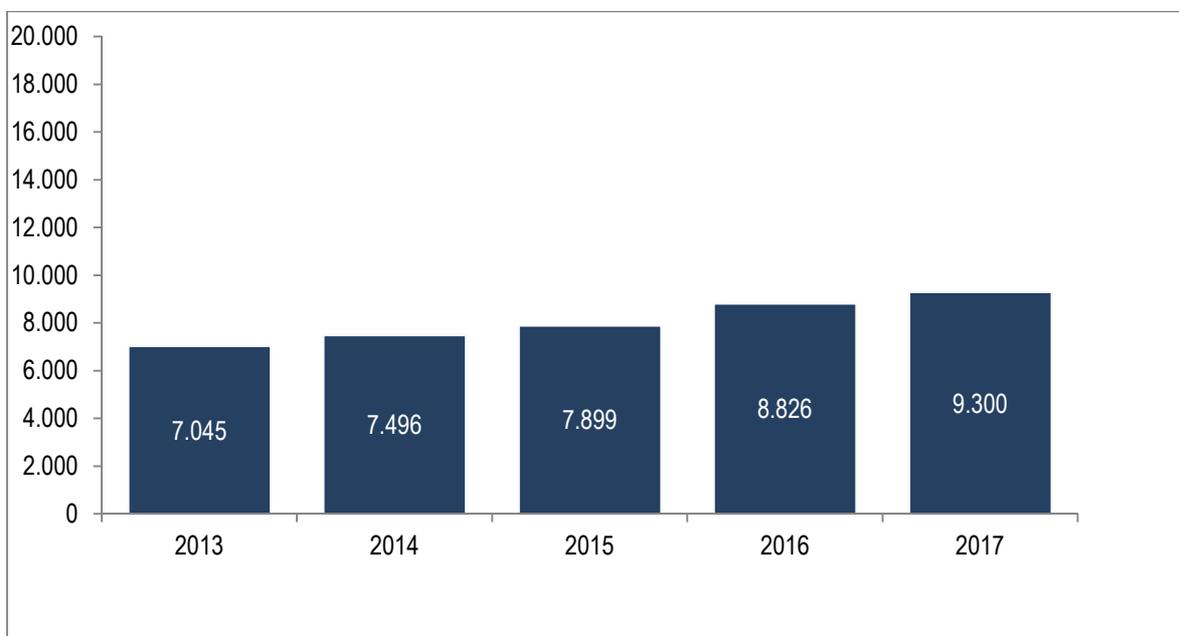
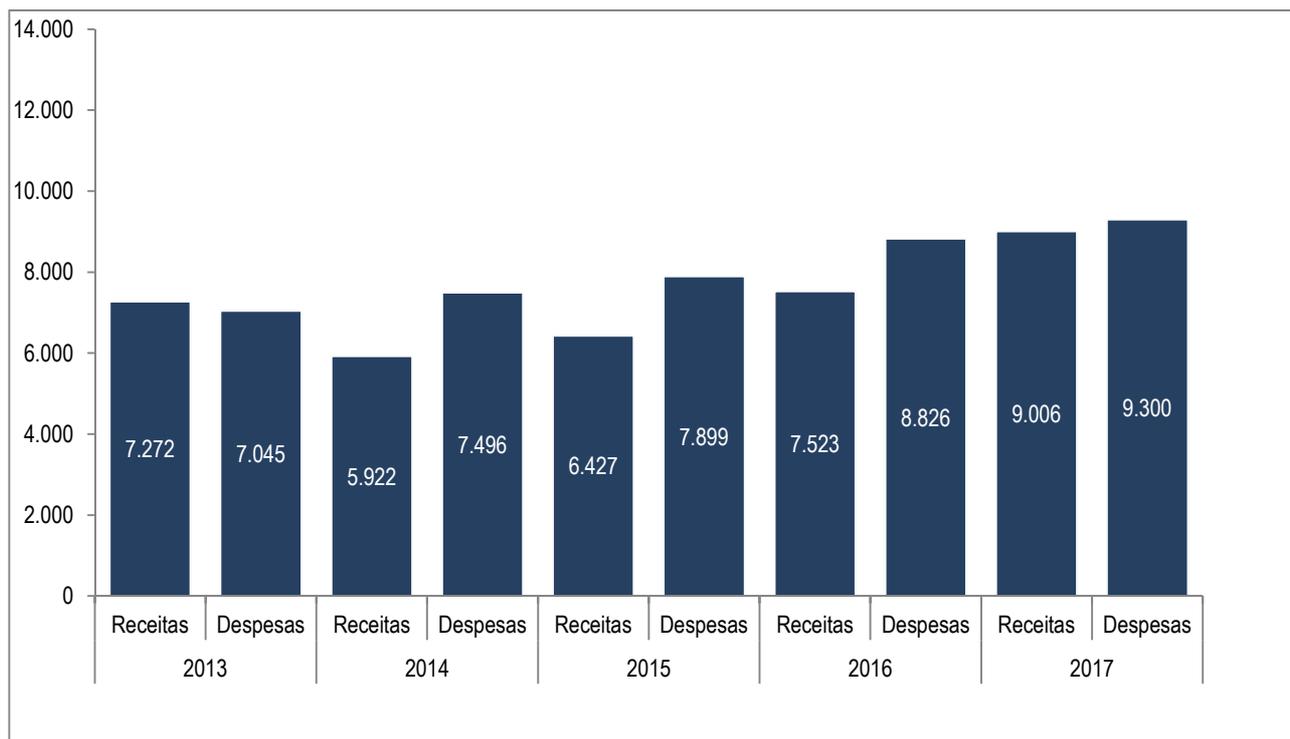


GRÁFICO 30. EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



O aumento das despesas previdenciárias em relação ao 1º trimestre do ano anterior deve-se ao reajuste dos benefícios.

GRÁFICO 31. RECEITAS X DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – EM MIL REAIS



2.2 ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

2.2.1 Performance do Plano I – BD – Descontada da Meta Atuarial – 1994 ao 1º Trimestre/2017

O Gráfico identifica o desempenho dos investimentos acumulados do Plano I/BD. As variações foram obtidas dos registros constantes do Demonstrativo Atuarial - DA, portanto, foram apuradas pelo Atuário no período de 1994 ao 1º Trimestre de 2017. Fica evidente que nos últimos vinte e dois anos e três meses a rentabilidade mantém-se acima da Meta Atuarial.

Os resultados desfavoráveis (motivado pelo desempenho do mercado bursátil) observados no período de 2008 a 2013 reduziram os ganhos acumulados, mas, de nenhuma forma, foram capazes de zerar os ganhos auferidos pelos investimentos. Já no 1º Trimestre de 2017, com a taxa superior a 50%, observa-se certa estabilidade, vindo desde de 2015. Assim sendo, pode-se afirmar em definitivo que, os problemas ainda existentes no Plano se devem, exclusivamente, às suas condições “Estruturais”. Essa identificação permitiu ao Comitê Estratégico de Investimentos-CEI manter os processos estratégicos de médio e longo prazo sem alteração em sua estrutura de alocação. A racionalidade das estratégias conservadoras adotadas, seguiram guiados pelo entendimento de que o objetivo dos investimentos do plano não poderia se pautar na busca de máximas rendas, mas, tendo a meta como padrão de desempenho adequado, alocar os recursos visando a segurança antes da rentabilidade. Os resultados identificam os acertos na condução dos investimentos, e mais, o desempenho colado à média do setor demonstra que pouco mais seria possível conseguir, sem se saber, entretanto, qual seria o risco de tal busca.

GRÁFICO 32. DESEMPENHO ACUMULADO

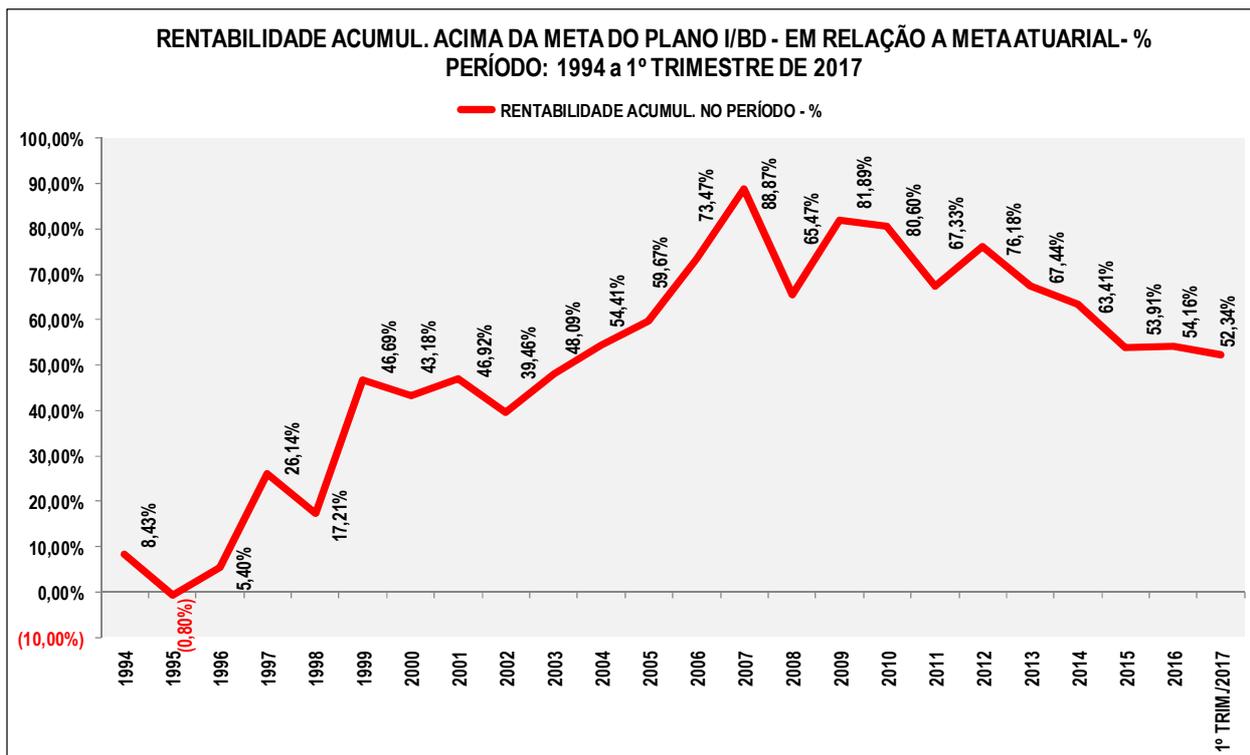


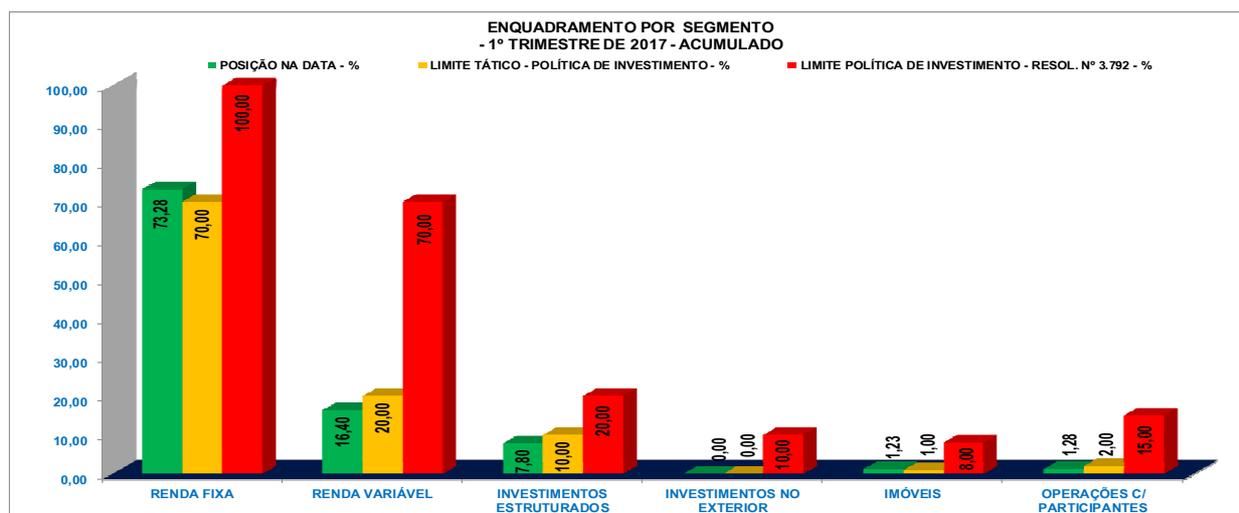
TABELA 5. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO X RENTABILIDADE DO PLANO I/BD - ACUMULADA

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO x RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - 1994 a 2017 -							
ANO	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO - R\$ - (1)	RENTAB. NOMINAL LÍQUIDA DO PLANO - ANUAL - % - (2)	META ATUARIAL DO PLANO - ANUAL - % - INPC + 6% a.a. (3)	RENTABILIDADE REAL DO PLANO - % - (4)	JUROS REAIS ATUARIAL DO PLANO - % - (5)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL - MÊS - (2/4) - % - (6)	RENTABILIDADE ACIMA DA META ATUARIAL ACUMULADA NO PERÍODO - % - (7)
1993	14.565.818						
1994	21.834.499	1001,84%	916,18%	14,94%	6,00%	8,43%	8,43%
1995	27.999.976	18,35%	29,36%	(3,02%)	6,00%	(8,51%)	(0,80%)
1996	37.005.152	24,43%	17,11%	12,63%	6,00%	6,25%	5,40%
1997	49.328.578	32,06%	10,35%	26,85%	6,00%	19,67%	26,14%
1998	50.632.967	2,39%	10,19%	(1,50%)	6,00%	(7,08%)	17,21%
1999	72.879.060	43,39%	14,57%	32,66%	6,00%	25,15%	46,69%
2000	78.882.804	9,12%	11,80%	3,46%	6,00%	(2,40%)	43,18%
2001	93.063.916	18,81%	15,78%	8,77%	6,00%	2,62%	46,92%
2002	106.172.413	13,25%	19,31%	0,62%	6,00%	(5,08%)	39,46%
2003	136.519.774	26,87%	19,48%	12,56%	6,00%	6,19%	48,09%
2004	161.911.021	16,93%	12,14%	10,53%	6,00%	4,27%	54,41%
2005	189.435.292	15,79%	11,98%	9,61%	6,00%	3,40%	59,67%
2006	226.260.110	18,25%	8,84%	15,16%	6,00%	8,65%	73,47%
2007	275.690.468	20,94%	11,08%	15,41%	6,00%	8,88%	88,87%
2008	274.494.972	(0,44%)	13,64%	(7,13%)	6,00%	(12,39%)	65,47%
2009	332.699.574	21,38%	10,42%	16,52%	6,00%	9,93%	81,89%
2010	367.881.588	11,93%	12,73%	5,25%	6,00%	(0,71%)	80,60%
2011	375.114.375	4,29%	12,56%	(1,79%)	6,00%	(7,35%)	67,33%
2012	435.829.532	18,25%	12,31%	11,61%	6,00%	5,29%	76,18%
2013	448.946.925	6,37%	11,92%	0,51%	5,75%	(4,96%)	67,44%
2014	473.598.929	8,96%	11,65%	2,96%	5,50%	(2,41%)	63,41%
2015	504.816.103	10,11%	16,91%	(0,64%)	5,50%	(5,82%)	53,91%
2016	548.050.368	13,53%	13,34%	5,68%	5,50%	0,17%	54,16%
1º TRIM./2017	549.998.897	0,93%	2,14%	4,01%	5,26%	(1,18%)	52,34%
ACUMULADA NO PERÍODO.....		27578,88%	18069,42%	502,45%	295,47%	52,34%	
Obs: Juro Atuarial = 6,00% a.a. até 2012; 5,75% a.a. em 2013 e 5,50% a.a.; 2014 a 2016 - 5,50%; 2017 - 5,26% a.a.					DESVIO PADRAO	8,86%	

2.2.2 Enquadramento - Política de Investimento

A estrutura de investimento vista pelas alocações nos **Segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Investimentos no Exterior, Imóveis e Operações C/ Participantes**, encontrava-se, no encerramento do **1º Trimestre de 2017**, em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Sendo que em 31.03.2017 o volume total de recursos de R\$ 597.251.385,00 contra R\$ 592.970.516,90 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 0,72%. Antes de se pensar ter o crescimento uma taxa pequena, importante apontar que nesse período ingressaram R\$ 9,736 milhões em contribuições e, saíram para pagamento de benefícios R\$ 12,835 milhões, ou seja, uma saída líquida de R\$ 3,099 milhões. A saída foi suportada pela geração de rendimento de investimento de R\$ 5,048 milhões. Como se pode perceber, a estrutura financeira do plano assegura a todos os participantes a tranquilidade quanto a manutenção de seus benefícios presentes e futuros sendo pagos em conformidade com o cronograma disponibilizado na página da fundação na internet.

GRÁFICO 33. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

TABELA 6. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE BENEFÍCIO I - BD							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		31.03.2017		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENDA FIXA	422.675.447,94	71,28	437.658.517,40	73,28	70,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	92.606.516,13	15,62	97.956.878,91	16,40	20,00	70,00	70,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	62.597.321,82	10,56	46.592.088,82	7,80	10,00	20,00	20,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	1,00
IMÓVEIS	7.268.300,02	1,23	7.375.436,64	1,23	1,00	8,00	2,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	7.822.930,99	1,32	7.668.463,23	1,28	2,00	15,00	5,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	592.970.516,90	100,00	597.251.385,00	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	4.522,54		38.444,35				
(-) Exigível de Investimentos	-270.577,54		-242.038,02				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	592.704.461,90		597.047.791,33				

2.2.3 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 1º trimestre de 2017 foi de 0,93%, abaixo da meta do período de (2,10%) em 1,17%, e ante a variação positiva de 1,16% registrada no 4º trimestre de 2016. As justificativas para a performance inferior à meta advêm dos segmentos estruturados e imóveis, cujas síntese das explicações são expostas adiante, quando do relato dos principais pontos de cada segmento.

GRÁFICO 34. RENTABILIDADE ACUMULADA POR SEGMENTO

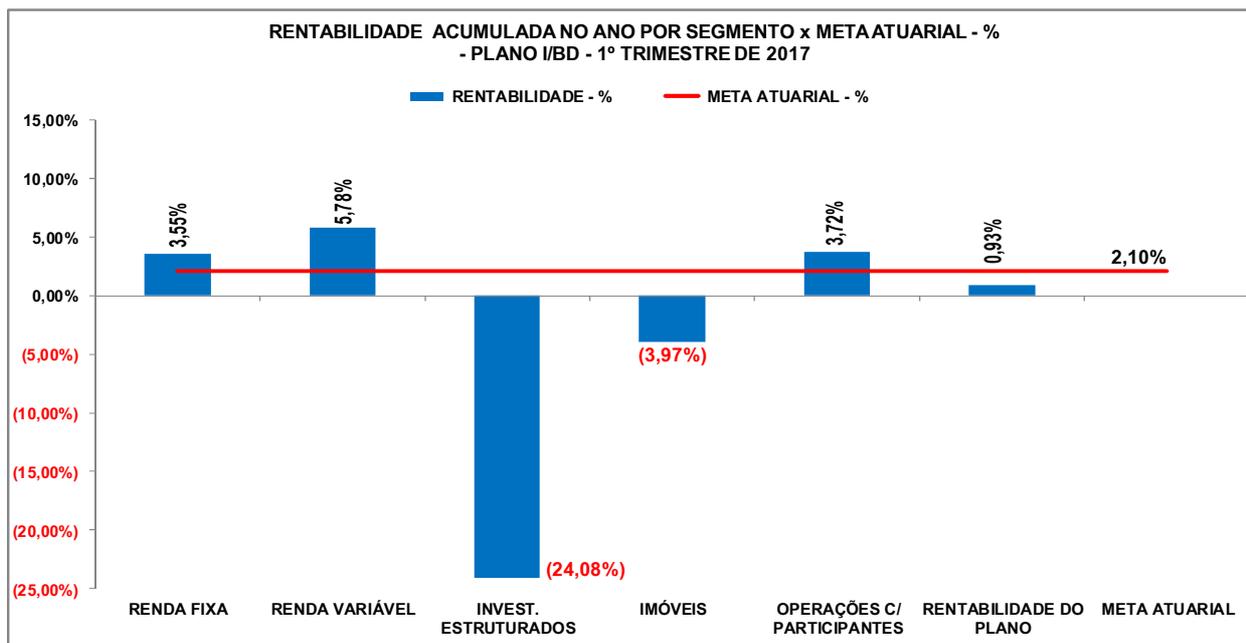


TABELA 7. RENTABILIDADE

RENTABILIDADE DO PLANO I - BD - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 1º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,92%	3,55%	3,55%	12,81%
RENDA VARIÁVEL	(1,29%)	5,78%	5,78%	16,59%
INVEST. ESTRUTURADOS	(24,12%)	(24,08%)	(24,08%)	(24,54%)
IMÓVEIS	(0,61%)	(3,97%)	(3,97%)	(4,60%)
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	1,21%	3,72%	3,72%	20,80%
RENTABILIDADE DO PLANO	(1,98%)	0,93%	0,93%	9,01%
META ATUARIAL	0,67%	2,10%	2,10%	10,43%
DIVERGÊNCIA	(2,65%)	(1,17%)	(1,17%)	(1,42%)

2.2.3.1 Segmento de Renda Fixa

No 1º trimestre a rentabilidade de 3,55% contra meta atuarial de 2,10% superou em 1,45%. Apesar do ganho auspicioso, não se deve contar com esse mesmo comportamento ao longo dos próximos trimestres. A forte queda das taxas juros no mercado secundário de NTN-B contribuíram para o resultado, uma vez que os preços subiram muito como consequência desse comportamento, entretanto, não parece ser esse o caso para os demais trimestres. Os índices de preços INPC e IPCA registraram forte constrição, demonstrando a queda vertiginosa da inflação, até mesmo para grande parte do mercado. Como a Diretoria de Finanças já havia identificado a algum tempo, o comportamento dos índices voltou ao intervalo de confiança que havia sido descortinado, logo, as defasagens entre eles, verificadas no passado, não deverá ser problema doravante. Assim, as taxas de juros da aquisição das NTN's não serão consumidas por descasamento considerável dos índices, ao menos é o que a estatística demonstra. O IPCA variou 0,96% e o INPC 0,98%, gerando uma diferença módica de 0,02% favorável à meta.

2.2.3.2 Segmento de Renda Variável

Registrou no 1º trimestre de 2017 rentabilidade positiva de 5,78% contra o *Benchmark* positivo de 7,77%, diferença de 1,99% abaixo do referencial. Após alta acentuada nos dois primeiros meses do ano, março teve o destaque como mês de realização, acumulando queda de 2,16% medida pelo IBrX-50. A alta registrada nos primeiros meses do ano esteve diretamente relacionada às apostas dos investidores na retomada da economia, relacionada ao processo de celeridade do governo na aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária. O mercado foi surpreendido com a "**Operação Carne Fraca**", deflagrada pela Polícia Federal, o que imputou as empresas envolvidas elevadas perdas para o setor e o país. Assim, as bolsas não ficaram incólumes e, o Índice IBOVESPA sofreu. As maiores perdas ficaram por conta da JBS, afetada diretamente pela operação. Os estragos só não foram maiores ante a rápida ação promovida pelo Governo, quando atuando no mercado internacional, reverteu, com celeridade, os embargos impostos pelos mercados da União Europeia e Ásia.

2.2.3.3 Segmento de Investimentos Estruturados

Apresentou no 1º trimestre de 2017 queda acentuada de 24,08%, imposto pelo ajuste de precificação realizada pelo administrador do **Energia PCH/FIP**, mesmo contra a posição de fatia expressiva de cotistas contrário à sua adoção. Há diversos pontos, no entender desses cotistas e no qual se inclui a São Francisco, abordados de forma imprópria, sendo o principal deles a época do levantamento, a qual não guarda similitude com o encerramento do exercício de 2016, que ocorre no mês de março de 2017. O Administrador utilizou-se do laudo de avaliação mandado elaborar pela JURUENA PARTICIPAÇÕES, encomendado à empresa de Auditoria Independente "Ernst & Young", por solicitação e as expensas da própria companhia. O resultado do Laudo, emitido com **data base de 31 de março de 2016**, apurou o valor somente dos ativos das PCH's Juruena que totalizaram R\$ 549.500.000,00 (quinhentos e quarenta e nove milhões e quinhentos mil reais). O Fundo detém 89,9% de participação na companhia. O Laudo reflete cenário em que não haverá renovação das outorgas e a taxa de desconto do fluxo de caixa futuro empregou as premissas de 2015, portanto, muito superior as atualmente vigentes. No fundo os demais ativos não foram precificados, causando distorções de preços entre os ativos.

2.2.3.4 Segmento de Imóveis

Apresentou rentabilidade negativa de 3,97% no trimestre, com variação abaixo da meta em 6,07%, devido às despesas arcadas pelo plano com o aumento da vacância das salas, acrescida das depreciações das unidades, contabilizadas pelo método linear.

2.2.3.5 Segmento de Operações C/Participantes

Apresentou rentabilidade no trimestre de 3,72%, superando a meta em 1,61%.

2.2.4 Detalhamento por Segmento

2.2.4.1 Renda Fixa

Nesse segmento estão alocados 73,28% do total dos Ativos de Investimentos assim distribuídos:

TABELA 8. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITE % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 18	RENDA FIXA	437.658.517,40	100,00%	73,28%	40%	100%	60%	10,29		1,19%	1,40%	0,92%	3,55%	3,55%	12,81%	0,53%	1,45%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	392.410.190,26	89,66%	65,70%	40,00%	100,00%	60,00%	11,32		1,18%	1,50%	0,96%	3,68%	3,68%	13,40%	0,66%	1,58%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	364.080.643,57	83,19%	60,96%	-	-	-	11,70	Soberano	1,11%	1,31%	0,87%	3,33%	3,33%	12,77%	0,31%	1,22%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-F	28.329.546,69	6,47%	4,74%				6,32	Soberano	2,30%	4,31%	2,13%	8,98%	8,98%	15,24%	8,98%	8,98%
III	Emissão ou Coobrigação de Instituições Autorizadas pelo BACEN	6.706.546,41	1,53%	1,12%	80,00%	80,00%	80,00%	-		0,94%	0,74%	0,91%	2,61%	2,61%	12,43%	-0,41%	0,51%
	LF	6.706.546,41	1,53%	1,12%	-	-	-	0,71		0,94%	0,74%	0,91%	2,61%	2,61%	11,82%	-0,41%	0,51%
	Risco de Crédito Especulativo (1)																
	BDMG	6.706.546,41	1,53%	1,12%				0,71	Baa3- (Moody's)	0,94%	0,74%	0,91%	2,61%	2,61%	11,49%	-0,41%	0,51%
V	Emissão de Companhias Abertas	17.722.962,41	4,05%	2,97%	-	-	-	4,61		1,00%	0,81%	0,94%	2,78%	2,78%	12,28%	-0,24%	0,67%
	DEBENTURES	17.722.962,41	4,05%	2,97%	-	-	-	4,61		1,00%	0,81%	0,94%	2,78%	2,78%	12,28%	-0,24%	0,67%
	Alto Risco de Crédito (2)																
	CEMIG - GT	7.086.889,37	1,62%	1,19%	-	-	-	3,52	A-(bra) (Fitch)	0,92%	0,74%	0,84%	2,52%	2,52%	11,15%	-0,50%	0,42%
	Risco de Crédito Especulativo (3)																
	CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TIETE	10.636.073,04	2,43%	1,78%				5,34	Ba2-br- (Moody's)	1,07%	0,86%	1,00%	2,96%	2,96%	13,06%	-0,06%	0,86%
VII	Certificados de Recebíveis de Emissão de Companhias Securitizadoras	13.157.957,23	3,01%	2,20%	0,00%	20,00%	20,00%	4,28		2,90%	1,07%	0,91%	4,95%	4,95%	15,39%	1,93%	2,85%
	CRI	13.157.957,23	3,01%	2,20%	0,00%	20,00%	20,00%	4,28		2,90%	1,07%	0,91%	4,95%	4,95%	15,39%	1,93%	2,85%
	Baixo Risco de Crédito (4)																
	BRC SECURITIZADORA	2.437.393,99	0,56%	0,41%	-	-	-	3,05	AA+ (Fitch)	1,27%	0,86%	0,76%	2,92%	2,92%	13,55%	-0,10%	0,82%
	Alto Risco de Crédito (5)																
	INFRASEC SECURITIZADORA	10.720.563,24	2,45%	1,79%	-	-	-	4,56	AA (LFRating)	3,36%	1,11%	0,94%	5,49%	5,49%	15,87%	2,47%	3,39%
VIII	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.194.458,94	1,64%	1,20%	25,00%	25,00%	25,00%			-0,58%	-0,79%	-0,78%	-2,13%	-2,13%	-7,71%	-5,15%	-4,24%
	EM COTA	7.194.458,94	1,64%	1,20%	-	-	-			-0,58%	-0,79%	-0,78%	-2,13%	-2,13%	-7,71%	-5,15%	-4,24%
	Alto Risco de Crédito (6)																
	ÁTICO FIDC (ÁTICO)	7.194.458,94	1,64%	1,20%	-	-	-			-0,58%	-0,79%	-0,78%	-2,13%	-2,13%	-7,71%	-5,15%	-4,24%
§ 1º - IV	Cédula de Produto Rural	466.402,15	0,11%	0,08%				0,46		1,15%	0,92%	1,08%	3,18%	3,18%	14,03%	0,16%	1,08%
	CPR-F	466.402,15	0,11%	0,08%	25,00%	25,00%	25,00%	0,46		1,15%	0,92%	1,08%	3,18%	3,18%	14,03%	0,16%	1,08%
	Risco de Crédito Especulativo																
	USINAS ITAMARATI	466.402,15	0,11%	0,08%	-	-	-	0,46		1,15%	0,92%	1,08%	3,18%	3,18%	14,03%	0,16%	1,08%

Monitoramento:

(1) Reclassificação em 01/07/2016

(2) Reclassificação em 13/07/2016

(3) Reclassificação em 08/11/2016

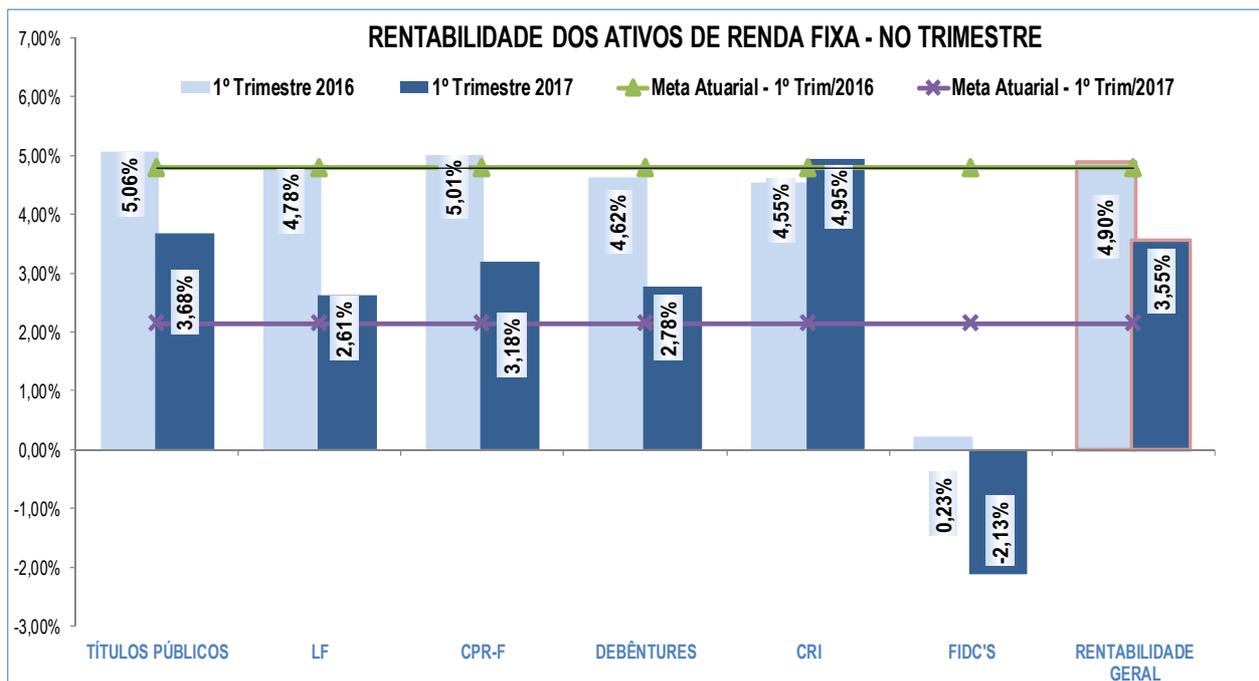
(4) Nota revisada em 21/02/2017 - não houve alteração

(5) Nota revisada em 24/08/2016 - não houve alteração

(6) Resultado da Reclasseificação, com base no modelo de avaliação de "Risco de Crédito" desenvolvido internamente pela Diretoria de Finanças, tomando-se por base os modelos utilizados pelas Agências Estrangeiras.

OBS.: O critério de avaliação por faixa de risco foi definido pelo comitê de investimentos da Fundação.

GRÁFICO 35. RENTABILIDADE NOMINAL - SEGMENTO DE RENDA FIXA



Os ativos apresentaram rendimento inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, motivado pelo comportamento das variações dos índices de inflação, uma vez que as do ano anterior superam deste exercício. No entanto, como pode ser observado, em ambos os exercícios os resultados individuais das carteiras encontram-se acima das suas respectivas metas atuariais relativamente ao período de apuração.

Dois aspectos devem merecer bastante atenção nos próximos trimestres e, dizem respeito as carteiras de **FIDC's** e **Debêntures**.

- i) **No primeiro** as finalizações dos tratos jurídicos em andamento em fase de conclusão, o prédio, garantia da operação, foi entregue na forma preconizada, devendo fazer com que o fundo mude sua classificação (FIDC para FII) e reverta as provisões para perda. Outra situação benéfica é a relativa aos pretensos interessados, uma vez que mostram apetite para considerar o preço justo do bem em patamares próximo da avaliação mais alta;
- ii) **No segundo**, a reclassificação de risco para as debêntures da Concessionária Rodovia Tietê, acompanhada pela agencia Moody's, rebaixando a menção de risco, aponta aspectos preocupantes: No relatório de 8/11/2016 da agencia citava:

O rebaixamento reflete a deterioração da qualidade de crédito da Rodovias do Tietê em consequência do fraco desempenho de tráfego em 2015/2016, que tem impactado significativamente as receitas, combinado com o aumento dos custos financeiros. A Rodovias do Tietê tem alavancagem elevada -- R\$ 1,4 bilhão de dívida total -- e o cronograma de amortização que começa em 2017 exercerá pressão adicional sobre as métricas da empresa. Além disso, a companhia precisa cumprir com um elevado programa de investimento entre R\$ 400-500 milhões nos próximos seis anos. As notificações e multas enviadas pela agência reguladora do Estado de São Paulo (Artesp) relativas a atrasos em projetos e manutenções, bem como questões ambientais, também pesaram no rebaixamento. Ainda, os covenants financeiros das debêntures de dívida sobre capital e índice de cobertura do serviço de dívida também pressionaram os ratings uma vez que vemos potencial de violação de covenants a partir de 2017.

No entanto, nenhuma atitude foi tomada frente a posse do novo governo, que se mostrou disposto a promover alterações no processo de concessão por ter identificado que as margens na operação não são compatíveis com o volume de investimento a serem realizados, e isso, principalmente, frente a forte queda da atividade econômica. Esperava-se para o início do exercício melhora nas condições de mercado de forma geral, entretanto, o atual governo continuou a enfrentar desfalques em sua equipe somando-se as denúncias que eclodiram. Assim, é realmente pouco provável a melhora da situação da empresa e, em ocorrendo nos próximos relatórios o agravamento na sua situação financeira, será obrigatório a busca pela realização da venda do ativo no mercado secundário. Será determinante, ainda, a observação quanto ao contido na RESOLUÇÃO CGPC Nº 04, DE 30 DE JANEIRO DE 2002:

Art. 5º *Para o caso de título e valor mobiliário classificado na categoria títulos mantidos até o vencimento, é facultada à entidade fechada de previdência complementar, desde que previamente autorizada pela Secretaria de Previdência Complementar, o registro contábil da diferença auferida entre o seu valor presente apurado conforme art. 3º, e o seu valor presente considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial.*

II - *Caso seja verificada pela entidade fechada de previdência complementar, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, alteração no risco do título e valor mobiliário de baixo risco para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação, e respectivo estorno do procedimento contábil previsto no caput deste artigo;*

Art. 6º *A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, de acordo com os critérios previstos no art. 1º desta Resolução, somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.*

§ 2º *A transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação somente poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação, de modo a não descaracterizar a intenção evidenciada pela entidade fechada de previdência complementar quando da classificação nesta categoria.*

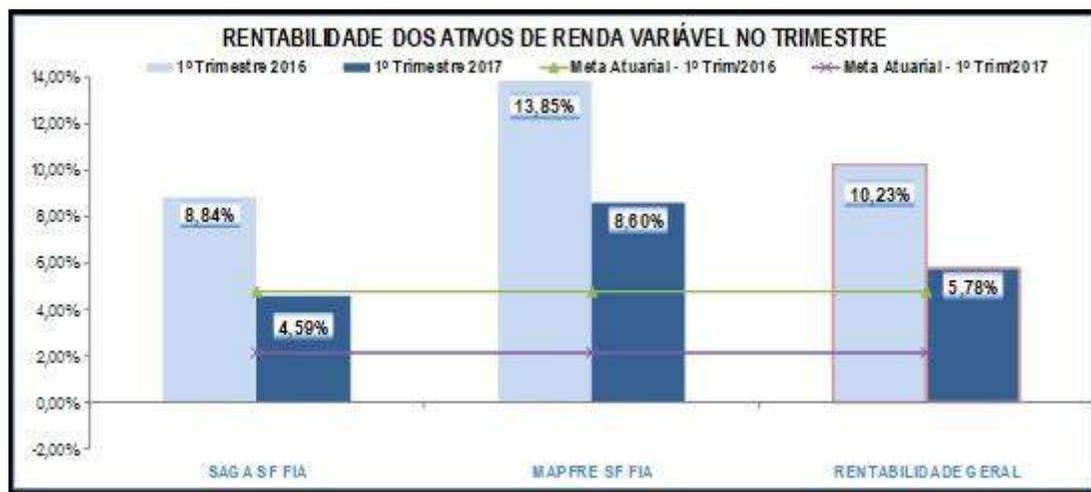
2.2.4.2 Renda Variável

Encerrou o 1º trimestre de 2017 com 16,40% dos recursos, contra 15,62% em dezembro de 2016 - aumento de 0,78 ponto percentual, motivado pela alta do mercado acionário e não pela inversão de novos recursos. O segmento registrou variação positiva de 5,78% no 1º trimestre, contra o desempenho positivo do *Benchmark* (IBrX-50) de 7,77% no trimestre. O desempenho favorável do mercado acionário registrado no ano deveu-se a reversão nas perspectivas de melhora da economia do país, com as expectativas positivas de aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária pelo Congresso Nacional, arrefecendo as inconstâncias do longo processo político interno.

TABELA 9. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	97.956.878,91	100,00%	16,40%	0%	70%	40%	-		5,08%	1,98%	-1,29%	5,78%	5,78%	16,59%	-2,00%	3,68%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	97.956.878,91	100,00%	16,40%	0,00%	35,00%	35,00%	-		5,08%	1,98%	-1,29%	5,78%	5,78%	16,59%	-2,00%	3,68%
	FUNDOS	97.956.878,91	100,00%	16,40%	0,00%	35,00%	35,00%	-		5,08%	1,98%	-1,29%	5,78%	5,78%	16,59%	-2,00%	3,68%
	SAGA SF FIA	68.139.600,64	69,56%	11,41%	-	-	-	-		3,85%	1,77%	-1,04%	4,59%	4,59%	13,79%	-3,19%	2,49%
	MAPFRE SF	29.817.278,27	30,44%	4,99%	0,00%	10,00%	10,00%	-		8,00%	2,47%	-1,87%	8,60%	8,60%	23,61%	0,82%	6,50%

GRÁFICO 36. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL



Desde a troca dos gestores dos fundos o acompanhamento vem sendo realizado com o uso da Economática. Trata-se de ferramenta de avaliação de Fundos de Investimentos, Ações, Empresas e outros, empregado em larga escala pelo mercado financeiro. Sua base de dados é formada por dados disponibilizados pela CVM, ANBIMA e BM&F.

O 1º trimestre de 2017 encerrou com 16,40% dos recursos, ante 15,62% registrado em dezembro de 2016, ainda, com relação ao desempenho, apresentou variação positiva de 5,78%, ante o ganho apurado pelo IBrX-50 de 7,77%.

Apesar do resultado estar abaixo do índice de referência nos três primeiros meses do ano de 2017, deve-se afirmar que há eficiência na gestão dos recursos alocados nos fundos, uma vez que a indústria como um todo não conseguiu alçar rentabilidade acima do índice, motivado, diretamente, pelo cenário político e econômico bastante instável. Os investidores e gestores apresentaram baixo nível de confiança quanto a aprovação das medidas encaminhadas ao Congresso para aprovação.

No quadro abaixo é possível observar o desempenho acumulado dos fundos, tomado desde o início das gestões, desenvolvidas pela SAGA-Capital e Mapfre (05/2014 a 03/2017). A primeira manteve o comportamento prudencial, montando defesas para evitar perdas, caso adviesse alguma notícia surpresa; já a segunda se manteve na postura de acompanhar, com maior aderência, o desempenho do *benchmark*. É exatamente o *mix* das posturas dos gestores que reforça a convicção da existência de equilíbrio na composição da carteira.

2.2.4.3 Fundos de Investimentos em Ações - FIA's

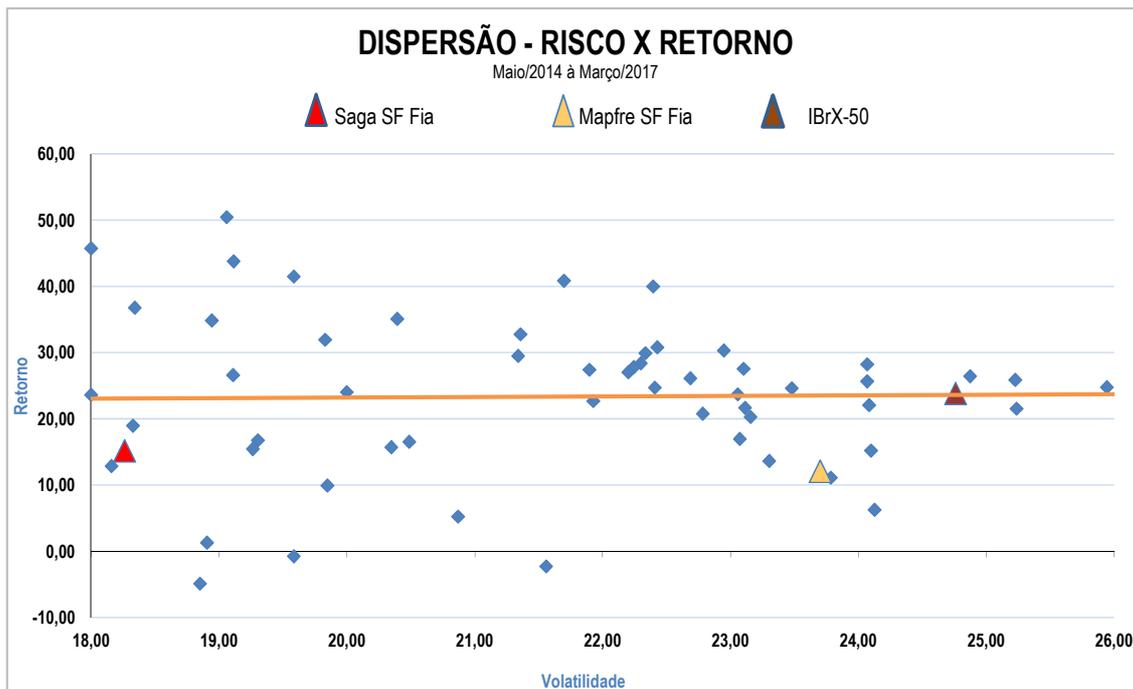
TABELA 10. RENTABILIDADES NOMINAIS OBTIDAS:

DESEMPENHO - FIA's		
DESCRIÇÃO	1º TRIM/2017	1º TRIM/2016
SEGMENTO RV	5,78%	10,23%
SAGA SF FIA	4,59%	8,83%
MAPFRE SF	8,60%	13,86%
IBrX-50	7,78%	15,03%

Para a avaliação mais acurada dos resultados das gestões dos fundos, foram utilizadas as rentabilidades coletadas de 30/04/2014 à 31/01/2017 e também a aplicação dos seguintes filtros: (i) o valor de patrimônio entre R\$ 20,0 e R\$ 69,0 milhões; (ii) constar do regulamento atendimento à Resolução N° 3.792; (iii) volatilidade superior a 18%; (iv) classificação ANBIMA como FIA's e (v) Correlação de no mínimo 80% com o IBrx-50. Procedido o levantamento foi possível selecionar 61 Fundos de características semelhantes, submetidos a partir daí as mesmas métricas, ou seja, avaliando a amostra por aplicação de indicadores de desempenho mais empregados no mercado.

Importante manter-se em mente que na amostra não há a observação de que os gestores, administradores e custodiantes estejam fora do mesmo grupo econômico, como determinou a PREVIC em fiscalização realizada na Fundação. Parte considerável do desempenho é consumido pelo custo mais elevado que a segregação impõe, aliás, informação essa já dada ao órgão. O custo maior implica necessariamente numa redução dos retornos, diante disso, é normal que os fundos investidos apresentem retornos inferiores ao benchmark, tendo em vista que o referencial não possui qualquer custo envolvido.

GRÁFICO 37. DISPERÇÃO RISCO X RETORNO

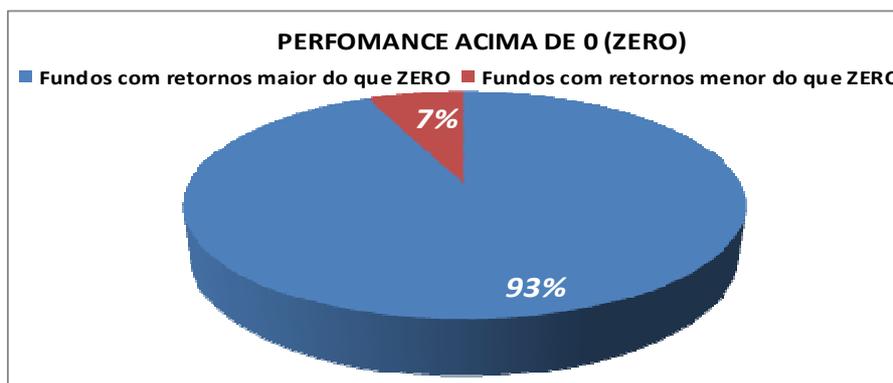


Nesse indicador a importância relativa à volatilidade é identificar os maiores riscos frente as melhores performances, assim, como conceito natural, os ativos de maiores riscos devem possuir maiores retornos, e em caso contrário, há deficiência na captura de oportunidades apresentadas pelo mercado, ou ainda, custos do instrumento que interferem significativamente nas performances. Nitidamente o FIA Saga apresenta risco menor do que o referencial, ainda que o retorno tenha ficado aquém. Os resultados do Saga SF são 15,16% de retorno e volatilidade de 18,26%; o Mapfre SF com rentabilidade de 12,09% e volatilidade de 23,70%; o IBRX-50 desempenho de 23,85% e volatilidade de 24,76%. Dividindo o retorno pelo risco, os resultados são: 0,83, 0,51 e 0,96, respectivamente. O que se retira dessa informação é a de que o primeiro possui o indicador próximo ao do benchmark, nesse caso, confirma ser o fundo gerido pela Saga aquele de melhor desempenho, até mesmo que o IBX-50, devido ao menor risco.

De toda a amostra o de melhor desempenho atingiu rentabilidade de 50,44% com volatilidade de 19,06%, ou seja, o indicador é de 2,65; o pior, rentabilidade negativa de (6,02%) com volatilidade de 19,47%.

A grande maioria da amostra apresentou desempenho positivo como pode ser observado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 38. DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA DE FUNDOS SEGUNDO AS RENTABILIDADES OBTIDAS



A proporção de Fundos acima e abaixo da performance do Benchmark é a constante do gráfico a seguir:

GRÁFICO 39. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS MAIORES E MENORES QUE O REFERENCIAL

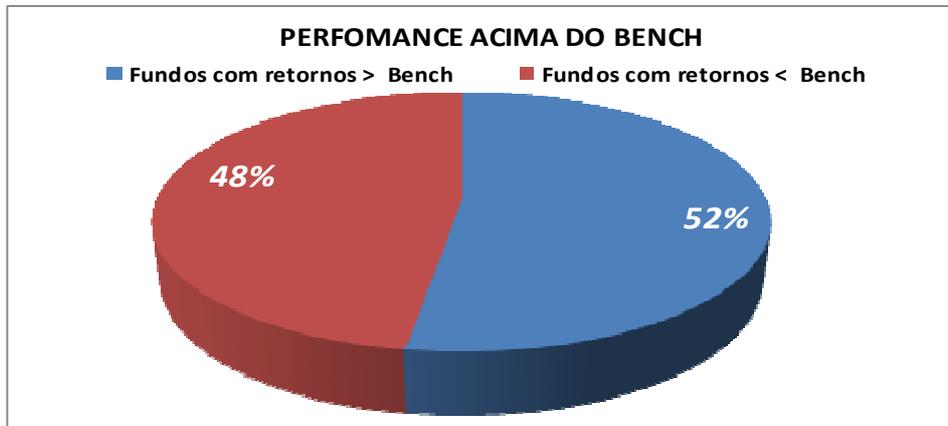
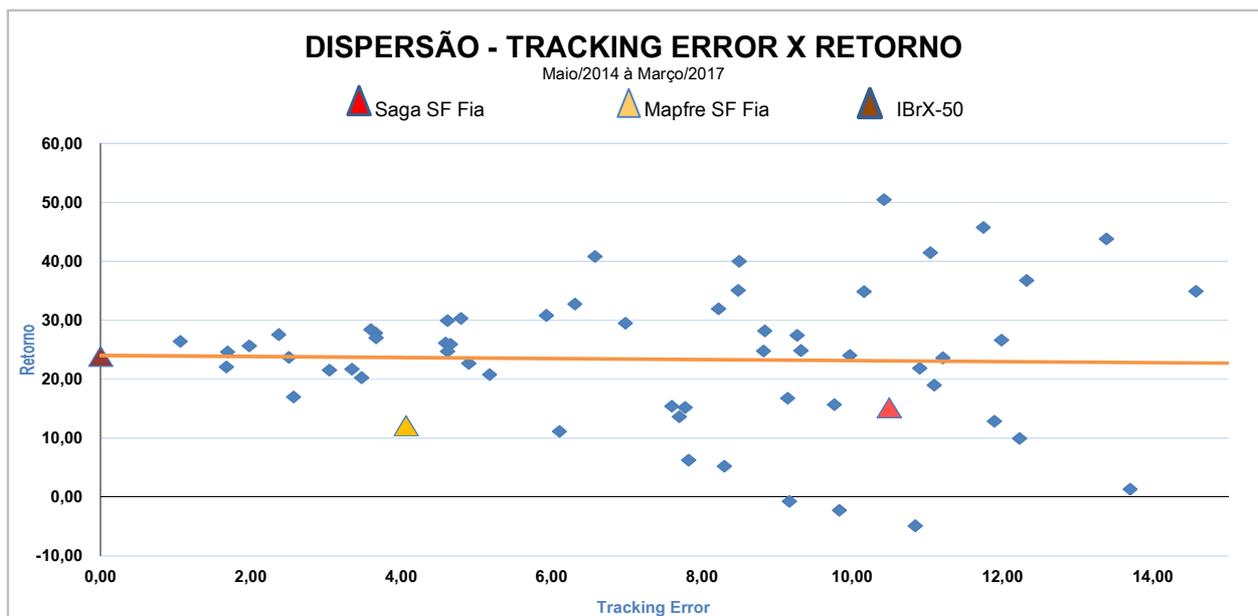


GRÁFICO 40. TRACKING ERROR X RETORNO



O *Tracking Error* é a medida dos desvios dos retornos dos fundos em função dos retornos da referência. Dito isso pode-se afirmar que um fundo que se destine a replicar o desempenho de determinado índice teria erro de rastreamento perto de zero, enquanto a carteira gerida ativamente, objetivando superar o retorno do índice de referência, normalmente apresentaria erro mais elevado.

Após os esclarecimentos acima observa-se que os Fundos, Saga SF e Mapfre SF, apresentaram *Tracking Error* bastante distintos. O Mapfre SF localizado em um quadrante onde os resultados dos indicadores são os menores, tem a indústria rentabilidade semelhante ao referencial, e o fundo possui rentabilidade abaixo do que poderia significar o padrão. Na região aonde se insere o Saga SF o que se observa é uma grande multiplicidade de retornos, ou seja, não há a formação de padrão, há alta dispersão.

Esses aspectos revelam que, a gestão do Mapfre SF ainda carrega do passado a aderência dos retornos ao índice, era a atitude passiva. Já se percebe pelos resultados do trimestre, outra postura, uma vez

que a rentabilidade atingida foi de 8,60% contra o índice de 7,78%. No Saga SF a atitude permanece a mesma, ou seja, condizente com o mandato. Pode-se extrair ainda que os fundos, cada qual com sua estratégia, conferem a carteira a segurança necessária para retornos ajustados.

Sinteticamente, o gestor **Saga SF** tem confirmada a estratégia de adoção de postura mais defensiva frente a um cenário volátil e incerto. O gestor **Mapfre SF**, ao contrário, vem adotando uma estratégia de apostas de gestão mais agressiva frente ao índice.

GRÁFICO 41. DESEMPENHO FIA SAGA SF

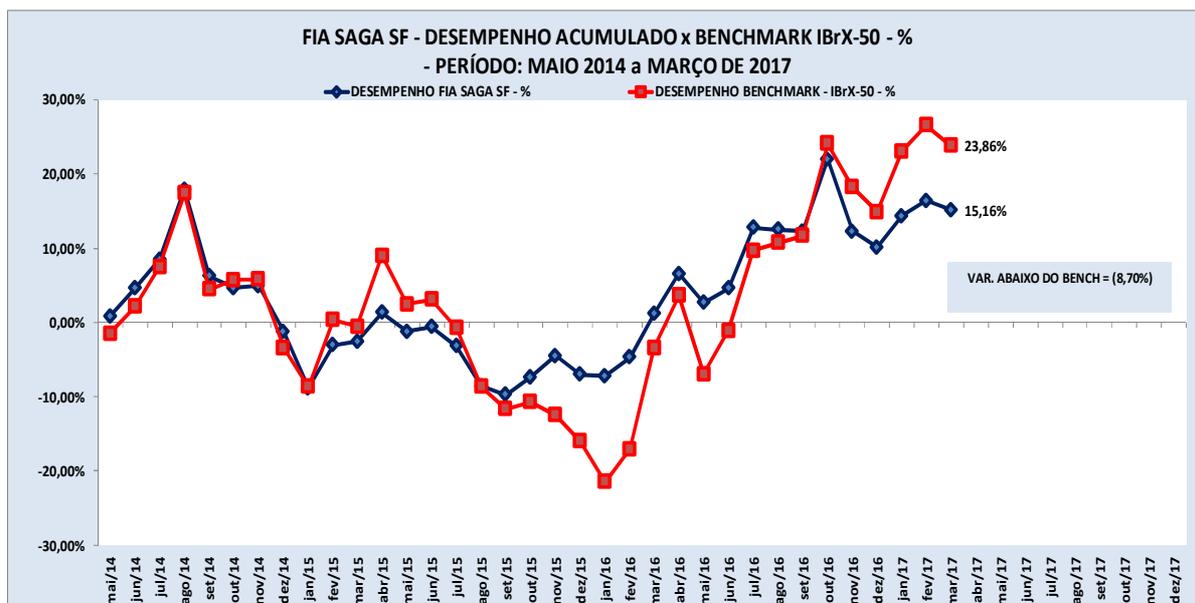
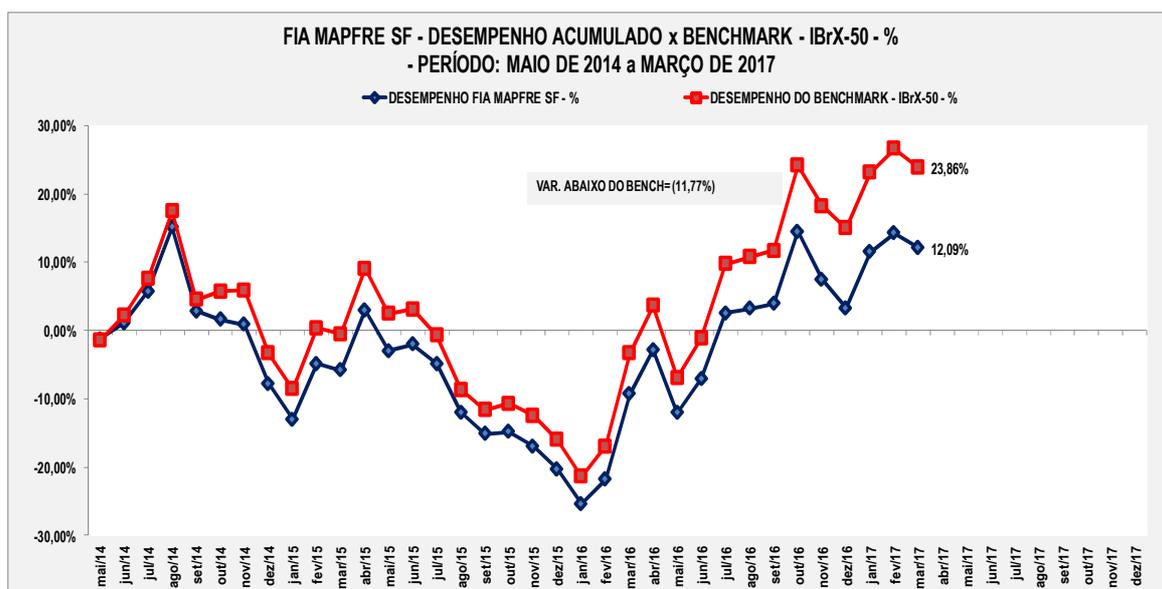


GRÁFICO 42. DESEMPENHO MAPFRE SF



O cenário político interno continua incerto e novos fatos revelaram ao longo do 1º trimestre a elevada vulnerabilidade do “Governo Temer” em manter a base aliada unida para aprovação das reformas. Entende-se que as posições ainda de cautela devem ser mantidas, ou seja, betas menores que 1 e Tracking Error dentro dos apresentados, para isso a Diretoria de Finanças mantém contato dinâmico com os gestores.

TABELA 11. FIA'S DA AMOSTRA SELECIONADA

Classificação por Desempenho					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/17	Patrimônio Mar/17
1	Pacifico Rv Master FIA	50,44	19,06	10,43	42.876
2	Claritas Valor FIA	45,72	18,00	11,75	54.891
3	Leblon Acoes Master FIA	43,75	19,11	13,39	55.393
4	Kondor Equities Institucional FIA	41,46	19,59	11,04	67.241
5	FIA Sabesprev Bahia Valuation	40,82	21,70	6,58	40.219
6	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	39,98	22,40	8,50	24.193
7	Long Term Instit FIA	36,75	18,34	12,32	61.295
8	FIA Prev Iguacu Fc	35,05	20,39	8,49	26.267
9	Fachesf Dividendos FIA	34,89	29,53	14,57	41.451
10	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	34,84	18,94	10,16	45.922
11	FIA Gap Valor Pernambuco	32,72	21,36	6,32	55.416
12	Gerdau Previdencia FIA 04	31,92	19,83	8,22	50.208
13	FIA Rva Emb	30,78	22,43	5,93	42.610
14	FIA Bells	30,28	22,95	4,80	36.072
15	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	29,90	22,33	4,62	61.668
16	Frg FIA Ativo	29,49	21,34	6,98	56.206
17	Ft FEF Cd FIA	28,38	22,30	3,60	58.192
18	Meta Valor FIA	28,20	24,07	8,84	42.277
19	Bosch Brasil VIII FIA Previ	27,79	22,25	3,66	40.577
20	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	27,53	23,10	2,38	67.968
21	Safra Dividendos FIA	27,40	21,90	9,27	64.397
22	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	27,02	22,20	3,67	22.176
23	Canepa Master FIA	26,58	19,11	11,99	32.295
24	Bradesco FIA Ibovespa Plus	26,40	24,88	1,06	38.480
25	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	26,12	22,69	4,59	39.169
26	Blackrock Inst Ibovespa FIA	25,87	25,23	4,66	68.618
27	Texas FIA	25,63	24,07	1,98	27.765
28	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	24,83	26,09	9,32	24.561
29	Caixa FIA Brasil Ibovespa	24,76	25,95	8,82	26.118
30	FIA Meaiepe Ibx Ativo	24,69	22,41	4,62	21.108
31	Citiprevi Inst FIA	24,59	23,48	1,69	31.399
32	Fprv ARX Melro FIA Prev	24,00	20,00	9,97	63.988
33	Ibrx-50	23,85	24,76	0,00	-
34	Itau Previdencia Ibrx FIA	23,67	23,06	2,51	33.109
35	FIA Western Asset Dividendos Ceara	23,60	18,00	11,21	56.587
36	BNP Paribas Master Ibrx FIA	22,66	21,93	4,90	59.070
37	Wa Ibovespa Ativo FIA	22,04	24,08	1,68	20.623
38	Safra Setorial Bancos FIA	21,84	26,67	10,90	23.074
39	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	21,65	23,12	3,35	31.623
40	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	21,51	25,24	3,05	30.211
41	FIA Multiply Variable	20,76	22,78	5,18	69.364
42	Santander FI Valor Plus Acoes	20,24	23,16	3,48	20.040
43	Wa Dividend Yield FIA	18,95	18,33	11,09	37.690
44	Bradesco FIA Salubre	16,95	23,07	2,57	46.004
45	Suvinil FIA	16,73	19,30	9,14	35.485
46	Concordia Set FIA	16,48	20,49	15,22	24.803
47	ARX FIA	15,68	20,35	9,77	67.621
48	BNP Paribas Acores FIA	15,42	19,27	7,60	68.209
49	Bram H FIA Dividendos	15,17	24,10	7,78	24.550
50	Saga Sf FIA	15,16	18,26	10,49	69.690
51	Santander FI Dividendos Top Acoes	13,61	23,30	7,70	33.941
52	Vinci Kayapo FIA	12,83	18,16	11,89	23.811
53	Mapfre Sf FIA	12,09	23,70	4,06	30.751
54	Brad H FIA Ibovespa Valuation	11,10	23,78	6,11	46.165
55	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,91	19,85	12,23	51.105
56	Bradesco H FIA Dividendos	6,24	24,13	7,83	20.525
57	Az Legan Brasil FIA	5,21	20,87	8,30	60.312
58	Serpros FIA Kenobi	1,28	18,91	13,70	60.196
59	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-0,78	19,59	9,17	30.387
60	Sul America Total Return FIA	-2,30	21,56	9,83	51.413
61	Jbi Focus Master FIA	-4,91	18,85	10,84	57.586
62	Santander FI Ethical II Acoes	-6,02	19,47	9,71	63.599

TABELA 12. CLASSIFICAÇÃO POR VOLATILIDADE

Classificação por Volatilidade					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/17	Patrimônio Mar/17
1	FIA Western Asset Dividendos Ceara	23,60	18,00	11,21	56.587
2	Claritas Valor FIA	45,72	18,00	11,75	54.891
3	Vinci Kayapo FIA	12,83	18,16	11,89	23.811
4	Saga Sf FIA	15,16	18,26	10,49	69.690
5	Wa Dividend Yield FIA	18,95	18,33	11,09	37.690
6	Long Term Instit FIA	36,75	18,34	12,32	61.295
7	Jbi Focus Master FIA	-4,91	18,85	10,84	57.586
8	Serpros FIA Kenobi	1,28	18,91	13,70	60.196
9	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	34,84	18,94	10,16	45.922
10	Pacifico Rv Master FIA	50,44	19,06	10,43	42.876
11	Canepa Master FIA	26,58	19,11	11,99	32.295
12	Leblon Acoes Master FIA	43,75	19,11	13,39	55.393
13	BNP Paribas Acoes FIA	15,42	19,27	7,60	68.209
14	Suvinil FIA	16,73	19,30	9,14	35.485
15	Santander FI Ethical II Acoes	-6,02	19,47	9,71	63.599
16	Kondor Equities Institucional FIA	41,46	19,59	11,04	67.241
17	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-0,78	19,59	9,17	30.387
18	Gerdau Previdencia FIA 04	31,92	19,83	8,22	50.208
19	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,91	19,85	12,23	51.105
20	Fprv ARX Melro FIA Prev	24,00	20,00	9,97	63.988
21	ARX FIA	15,68	20,35	9,77	67.621
22	FIA Prev Iguacu Fc	35,05	20,39	8,49	26.267
23	Concordia Set FIA	16,48	20,49	15,22	24.803
24	Az Legan Brasil FIA	5,21	20,87	8,30	60.312
25	Frg FIA Ativo	29,49	21,34	6,98	56.206
26	FIA Gap Valor Pernambuco	32,72	21,36	6,32	55.416
27	Sul America Total Return FIA	-2,30	21,56	9,83	51.413
28	FIA Sabesprev Bahia Valuation	40,82	21,70	6,58	40.219
29	Safra Dividendos FIA	27,40	21,90	9,27	64.397
30	BNP Paribas Master Ibrx FIA	22,66	21,93	4,90	59.070
31	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	27,02	22,20	3,67	22.176
32	Bosch Brasil VIII FIA Previ	27,79	22,25	3,66	40.577
33	Ft FEF Cd FIA	28,38	22,30	3,60	58.192
34	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	29,90	22,33	4,62	61.668
35	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	39,98	22,40	8,50	24.193
36	FIA Meaibe Ibx Ativo	24,69	22,41	4,62	21.108
37	FIA Rva Emb	30,78	22,43	5,93	42.610
38	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	26,12	22,69	4,59	39.169
39	FIA Multiply Variable	20,76	22,78	5,18	69.364
40	FIA Bells	30,28	22,95	4,80	36.072
41	Itau Previdencia Ibrx FIA	23,67	23,06	2,51	33.109
42	Bradesco FIA Salubre	16,95	23,07	2,57	46.004
43	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	27,53	23,10	2,38	67.968
44	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	21,65	23,12	3,35	31.623
45	Santander FI Valor Plus Acoes	20,24	23,16	3,48	20.040
46	Santander FI Dividendos Top Acoes	13,61	23,30	7,70	33.941
47	Citiprevi Inst FIA	24,59	23,48	1,69	31.399
48	Mapfre Sf FIA	12,09	23,70	4,06	30.751
49	Brad H FIA Ibovespa Valuation	11,10	23,78	6,11	46.165
50	Texas FIA	25,63	24,07	1,98	27.765
51	Meta Valor FIA	28,20	24,07	8,84	42.277
52	Wa Ibovespa Ativo FIA	22,04	24,08	1,68	20.623
53	Bram H FIA Dividendos	15,17	24,10	7,78	24.550
54	Bradesco H FIA Dividendos	6,24	24,13	7,83	20.525
55	Ibrx-50	23,85	24,76	0,00	-
56	Bradesco FIA Ibovespa Plus	26,40	24,88	1,06	38.480
57	Blackrock Inst Ibovespa FIA	25,87	25,23	4,66	68.618
58	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	21,51	25,24	3,05	30.211
59	Caixa FIA Brasil Ibovespa	24,76	25,95	8,82	26.118
60	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	24,83	26,09	9,32	24.561
61	Safra Setorial Bancos FIA	21,84	26,67	10,90	23.074
62	Fachesf Dividendos FIA	34,89	29,53	14,57	41.451

TABELA 13. CLASSIFICAÇÃO POR TRACKING ERROR

Classificação por Tracking Error					
Nº	Nome	Retorno Mai/14 a Mar/17	Volatilidade Anual Mai/14 a Mar/17 - Anual	Tracking Error base anual Mai/14 a Mar/17	Patrimônio Mar/17
1	Ibrx-50	23,85	24,76	0,00	-
2	Bradesco FIA Ibovespa Plus	26,40	24,88	1,06	38.480
3	Wa Ibovespa Ativo FIA	22,04	24,08	1,68	20.623
4	Citiprevi Inst FIA	24,59	23,48	1,69	31.399
5	Texas FIA	25,63	24,07	1,98	27.765
6	FI em Acoes Hbrp Ibrx III Ativo	27,53	23,10	2,38	67.968
7	Itau Previdencia Ibrx FIA	23,67	23,06	2,51	33.109
8	Bradesco FIA Salubre	16,95	23,07	2,57	46.004
9	Porto Seguro Prev Priv Master FIA	21,51	25,24	3,05	30.211
10	Icatu Vanguarda Acoes Ibx FI	21,65	23,12	3,35	31.623
11	Santander FI Valor Plus Acoes	20,24	23,16	3,48	20.040
12	Ft FEF Cd FIA	28,38	22,30	3,60	58.192
13	Bosch Brasil VIII FIA Previ	27,79	22,25	3,66	40.577
14	FIA Hbrp Ibrx II Ativo	27,02	22,20	3,67	22.176
15	Mapfre Sf FIA	12,09	23,70	4,06	30.751
16	Western Asset Prev Ibrx Alpha Acoes FI	26,12	22,69	4,59	39.169
17	FIA Meaibe Ibx Ativo	24,69	22,41	4,62	21.108
18	Itau Governanca Corporativa Acoes FI	29,90	22,33	4,62	61.668
19	Blackrock Inst Ibovespa FIA	25,87	25,23	4,66	68.618
20	FIA Bells	30,28	22,95	4,80	36.072
21	BNP Paribas Master Ibrx FIA	22,66	21,93	4,90	59.070
22	FIA Multiply Variable	20,76	22,78	5,18	69.364
23	FIA Rva Emb	30,78	22,43	5,93	42.610
24	Brad H FIA Ibovespa Valuation	11,10	23,78	6,11	46.165
25	FIA Gap Valor Pernambuco	32,72	21,36	6,32	55.416
26	FIA Sabesprev Bahia Valuation	40,82	21,70	6,58	40.219
27	Frg FIA Ativo	29,49	21,34	6,98	56.206
28	BNP Paribas Acores FIA	15,42	19,27	7,60	68.209
29	Santander FI Dividendos Top Acoes	13,61	23,30	7,70	33.941
30	Bram H FIA Dividendos	15,17	24,10	7,78	24.550
31	Bradesco H FIA Dividendos	6,24	24,13	7,83	20.525
32	Gerdau Previdencia FIA 04	31,92	19,83	8,22	50.208
33	Az Legan Brasil FIA	5,21	20,87	8,30	60.312
34	FIA Prev Iguacu Fc	35,05	20,39	8,49	26.267
35	Mirae Asset Discovery Acoes Divid FI	39,98	22,40	8,50	24.193
36	Caixa FIA Brasil Ibovespa	24,76	25,95	8,82	26.118
37	Meta Valor FIA	28,20	24,07	8,84	42.277
38	Suvinil FIA	16,73	19,30	9,14	35.485
39	Wa Sustentabilidade Empresarial FIA	-0,78	19,59	9,17	30.387
40	Safrá Dividendos FIA	27,40	21,90	9,27	64.397
41	Caixa FIA Brasil Etf Ibovespa	24,83	26,09	9,32	24.561
42	Santander FI Ethical II Acoes	-6,02	19,47	9,71	63.599
43	ARX FIA	15,68	20,35	9,77	67.621
44	Sul America Total Return FIA	-2,30	21,56	9,83	51.413
45	Fprv ARX Melro FIA Prev	24,00	20,00	9,97	63.988
46	Western Asset Institutional 50 Acoes FIA	34,84	18,94	10,16	45.922
47	Pacifico Rv Master FIA	50,44	19,06	10,43	42.876
48	Saga Sf FIA	15,16	18,26	10,49	69.690
49	Jbi Focus Master FIA	-4,91	18,85	10,84	57.586
50	Safrá Setorial Bancos FIA	21,84	26,67	10,90	23.074
51	Kondor Equities Institucional FIA	41,46	19,59	11,04	67.241
52	Wa Dividend Yield FIA	18,95	18,33	11,09	37.690
53	FIA Western Asset Dividendos Ceara	23,60	18,00	11,21	56.587
54	Claritas Valor FIA	45,72	18,00	11,75	54.891
55	Vinci Kayapo FIA	12,83	18,16	11,89	23.811
56	Canepa Master FIA	26,58	19,11	11,99	32.295
57	Itau Acoes Infra Estrutura FI	9,91	19,85	12,23	51.105
58	Long Term Instit FIA	36,75	18,34	12,32	61.295
59	Leblon Acoes Master FIA	43,75	19,11	13,39	55.393
60	Serpros FIA Kenobi	1,28	18,91	13,70	60.196
61	Fachesf Dividendos FIA	34,89	29,53	14,57	41.451
62	Concordia Set FIA	16,48	20,49	15,22	24.803

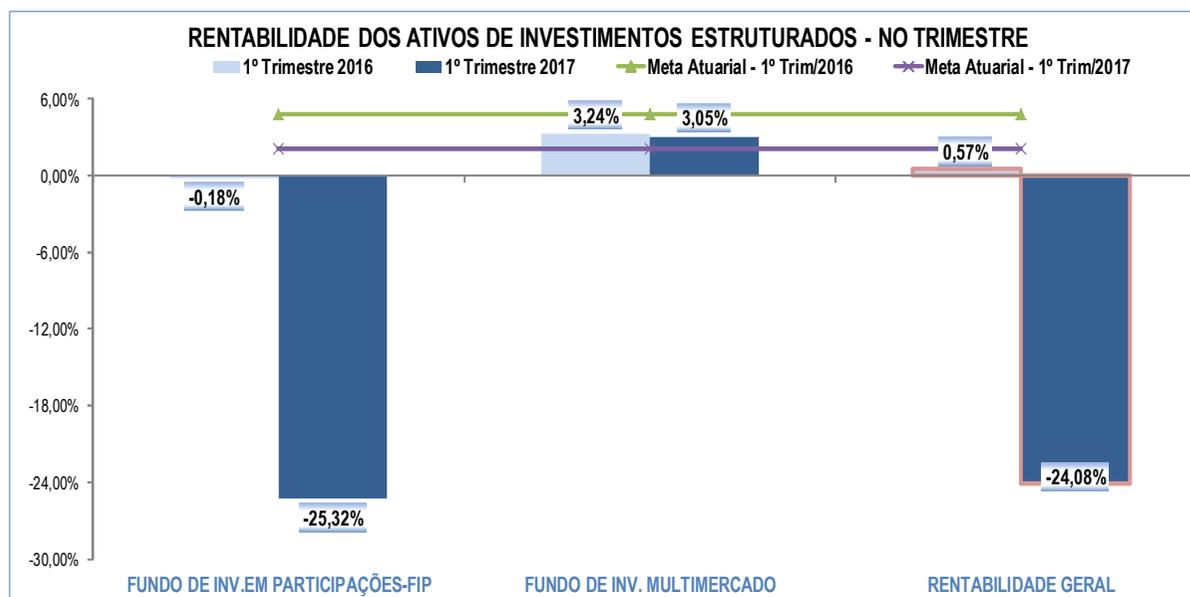
2.2.4.4 Investimentos Estruturados

Nesse segmento estão alocados 7,80% do total dos Ativos de Investimentos:

TABELA 14. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS 2017

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE			LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE						
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO	jan/17			fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	46.592.088,82	100,00%	7,80%	0%	20%	20%	-		0,03%	0,02%	-24,12%	-24,08%	-24,08%	-24,54%	-27,10%	-26,18%
I	Fundos de Investimento em Participações	44.023.866,12	94,49%	7,37%	0,00%	20,00%	20,00%	-		-0,07%	-0,05%	-25,23%	-25,32%	-25,32%	-26,21%	-28,34%	-27,42%
	ENERGIA PCH FIP - JURUENA (GESTOR: VINCI PARTNERS)	29.773.025,49	63,90%	4,99%	-	-	-	-		-0,05%	-0,03%	-33,26%	-33,31%	-33,31%	-33,55%	-36,33%	-35,42%
	ÁTICO GERAÇÃO DE ENERGIA - FIP - (GESTOR: ÁTICO ASSET MANAGEMENT)	14.250.840,63	30,59%	2,39%	-	-	-	-		-0,14%	-0,11%	-0,14%	-0,39%	-0,39%	-1,57%	-3,41%	-2,49%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	2.568.222,70	5,51%	0,43%	0,00%	10,00%	10,00%	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,45%	0,03%	0,95%
	SAGA SNAKE FIM	2.568.222,70	5,51%	0,43%	-	-	-	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,45%	0,03%	0,95%

GRÁFICO 43. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS



FIP Energia PCH / Projeto Juruena:

GRÁFICO 44. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO

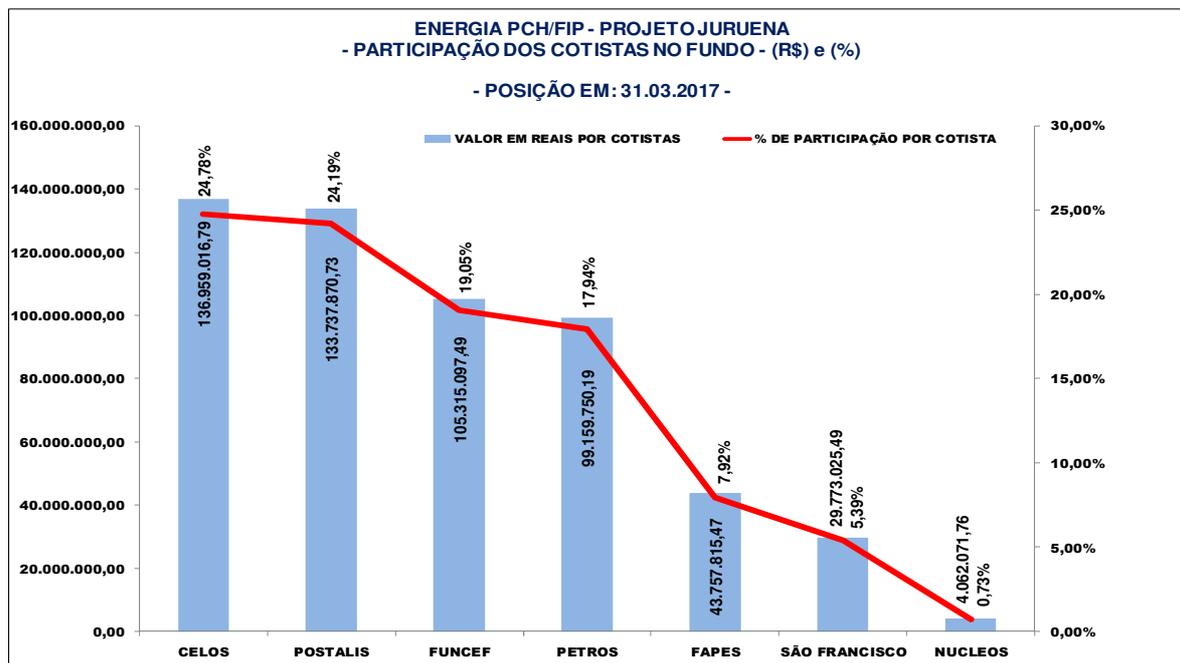


TABELA 15. PARTICIPAÇÃO DOS COTISTAS NO FUNDO

ENERGIA PCH / FIP - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - PROJETO JURUENA				
POSIÇÃO EM 31.03.2017 - VALOR DA COTA: R\$ 126.966,734767				
ITENS	COTISTAS	QUANTIDADE DE COTAS	VALOR - R\$ -	%
1	CELOS	1.078,70	136.959.016,79	24,78%
2	POSTALIS	1.053,33	133.737.870,73	24,19%
3	FUNCEF	829,47	105.315.097,49	19,05%
4	PETROS	780,99	99.159.750,19	17,94%
5	FAPES	344,64	43.757.815,47	7,92%
6	SÃO FRANCISCO	234,49	29.773.025,49	5,39%
7	NUCLEOS	32,00	4.062.071,76	0,73%
TOTAL GERAL.....		4.353,62	552.764.647,92	100%
ADMINISTRADOR: Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.				
GESTOR: "VINCI PARTNERS"				

Encerrado o 1º trimestre de 2017, encontrava-se alocado no Energia PCH - FIP/Juruena o valor de R\$ 29.773.025,40 - contra R\$ 44.646.274,50 apresentado no 4º trimestre de 2016, registrando uma queda de 33,31%.

A elevada redução observada no período considerado deveu-se ao ajuste de precificação realizada pelo administrador do Fundo. A renovação da outorga para as usinas, como constante das condições contratuais, encontra-se prevista para 2032. O retorno aos cotistas está estimado em IGP-M + 9,82% a.a. se houver a renovação da outorga, caso contrário, o retorno previsto é de IGP-M + 4% a.a. Essas estimativas encontram-se delineadas por ocasião da última avaliação, ainda na gestão da Infra Asset.

Findo o 1º trimestre de 2017, os dados relevantes do projeto estão nas práticas empregadas pelo novo gestor (Vinci Partners), seja pela realização das ações imediatas, ou pelo processo de informações aos cotistas. É opinião da Diretoria de Finanças que a implementação dos processos de governança em implantação pela nova gestão, poderá representar, no médio prazo, importantes alterações com vista à

melhoria da confiança dos investidores acerca dos resultados operacionais das empresas investidas, incluindo-se aí, propostas de investidores interessados em uma possível aquisição dos ativos do Fundo, remetendo-se a uma possível janela de saída do Fundo.

FIP - Geração de Energia - Ático:

- **Companhias Alvos:** as sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissoras de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no **setor de geração de energia** e que possam ser objeto de Propostas de Investimento pelo **FUNDO**.
- **Estratégias Para os Projetos:** Atuação em vários Estados brasileiros nas áreas de: UTE Gás; Eólica, Hidro; Comercialização e Biomassa, incorporando a cada projeto alta gestão corporativa.
- **Rentabilidade Alvo:** IPCA + 10,50% ao ano. O prazo de existência programado para 7 (sete) anos, sendo: 4 (quatro) anos em investimento e 3 (três) anos para desinvestimento, não sofreu alteração. Contabilizado o tempo como demonstrado, o investimento deve ser finalizado em 2018. Os resultados positivos são produzidos apenas nas reavaliações, ou seja, ainda não há geração líquida de caixa para distribuição, nem mesmo era essa a expectativa do projeto.

Encerrado o 1º trimestre de 2017 encontrava-se alocado no **FIP - Geração Energia/ Ático** o valor de R\$ 14.250.840,63 ou 2,39% do total dos ativos de investimentos do Plano. O Fundo registrou no 1º trimestre, rentabilidade negativa de 0,39%, isto é, 2,49% abaixo da meta atuarial.

Os gastos com a estrutura do fundo impactam na formação da cota do fundo, logo, são os geradores da rentabilidade negativa. Assim que houver nova avaliação das unidades investidas ou elas entrarem em operação, a rentabilidade se dará pelo resultado das empresas componentes do portfólio.

Fundo de Investimento Multimercado - Saça Snake:

Trata-se de um Fundo Multimercado utilizado somente com vista à administração das disponibilidades. Seu desempenho próximo de 102% do CDI e a disponibilização dos recursos em D+1 dia são os motivos principais para sua utilização.

As aplicações no Fundo registraram rentabilidade positiva de 3,05% no 1º trimestre de 2017, contra uma meta de 2,10%, isto é, 0,95% acima da meta. Entretanto esse desempenho deve ser avaliado dentro de outra ótica. Cabe lembrar que em muitas oportunidades o valor investido no veículo foi de R\$ 0,0 (zero) por vários e muitos dias. Assim, para se identificar a performance do fundo mister é que se observe a variação de sua cota, e nesse quesito, no 1º trimestre de 2017 ela variou 3,05% contra 3,02% do CDI. Em 31.03.2017 encontrava-se alocado no ativo 0,43% do total dos ativos de investimentos.

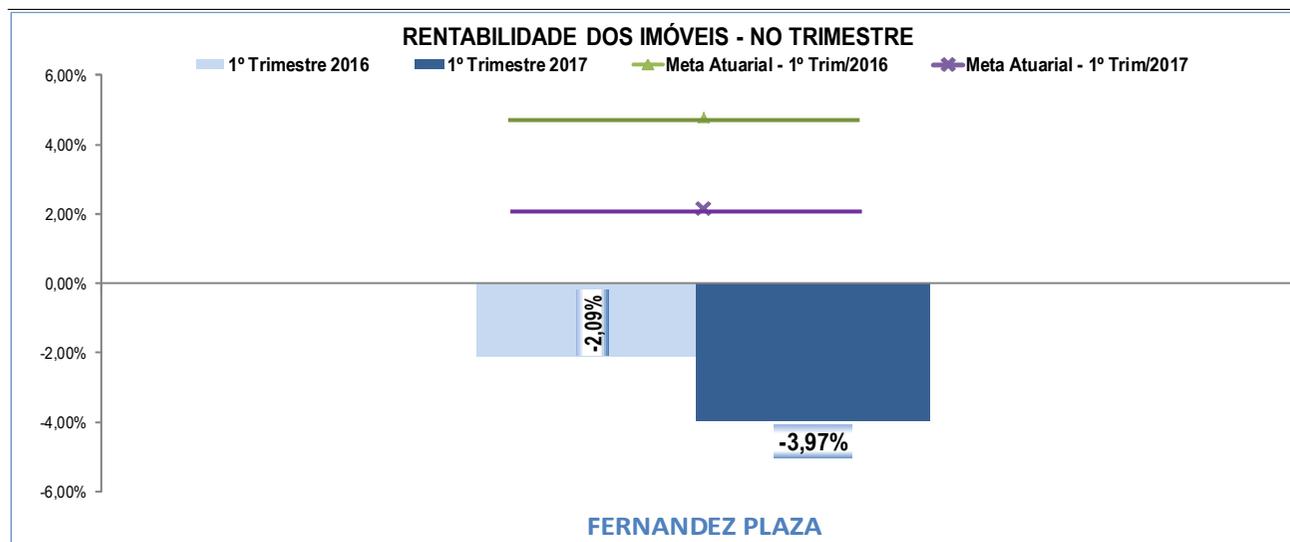
2.2.4.5 Imóveis

Nesse segmento estão alocados 1,23% do total dos Ativos de Investimentos. A administração da carteira imobiliária prende-se exclusivamente a posição já existente, constituída por 56 salas comerciais no Edifício Fernandez Plaza, em Salvador - BA, não havendo novas aplicações no Segmento. A definição contida na Política de Investimento do Plano é a de promover a alienação do imóvel, desde que as condições de mercado assim permitam. O Segmento registrou variação negativa de 3,97% no 1º trimestre, contra meta atuarial de 2,10%, apresentando no ano uma variação de 6,07% abaixo da meta.

TABELA 16. ALOCAÇÃO DE RECURSOS - IMÓVEIS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
Art. 22	IMÓVEIS	7.375.436,64	100,00%	1,23%	0%	8%	0%	-		-0,48%	-2,91%	-0,61%	-3,97%	-3,97%	-4,60%	-6,99%	-6,07%
II	Imóveis para Aluguel e Renda	7.375.436,64	100,00%	1,23%	0%	8%	0%	-		-0,48%	-2,91%	-0,61%	-3,97%	-3,97%	-4,60%	-6,99%	-6,07%
	FERNANDEZ PLAZA	7.375.436,64	100,00%	1,23%	-	-	-	-		-0,48%	-2,91%	-0,61%	-3,97%	-3,97%	-4,60%	-6,99%	-6,07%

GRÁFICO 45. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE IMÓVEIS



O baixo desempenho do segmento no período deveu-se ao elevado índice de desocupação das salas, o que em última análise provoca mais despesas para o investimento, já que o plano arca com as taxas de condomínio e administração das unidades desocupadas, além da taxa extra de condomínio de todas as unidades.

GRÁFICO 46. ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS - IMÓVEIS

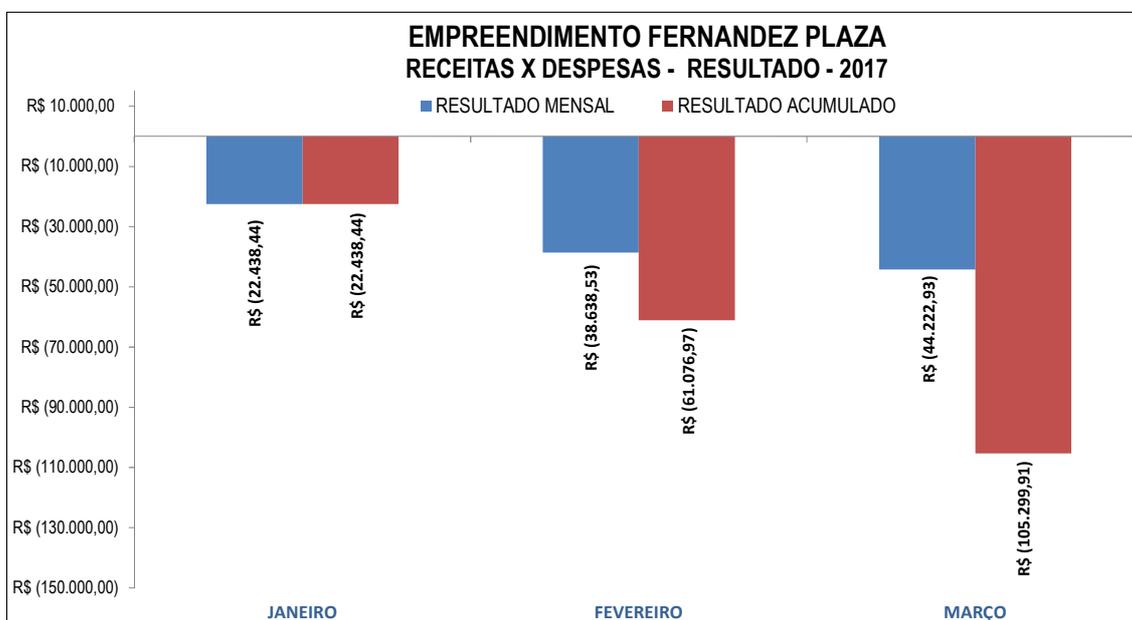


TABELA 17. TAXA DE OCUPAÇÃO E OCORRÊNCIAS

QUANTIDADE SALAS OCUPADAS	TAXA DE OCUPAÇÃO	ALUGUEL - R\$ -		IPTU -R\$ -		CONDOMÍNIO - R\$ -		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
		RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	RECEBIDO	EM ATRASO	
17	30,36%	43.235,43	0,00	12.018,10	0,00	36.793,39	0,00	4.323,54

QUANTIDADE SALAS DESOCUPADAS	TAXA DE DESOCUPAÇÃO	IPTU - R\$ -	CONDOMÍNIO - R\$ -
39	69,64%	21.054,11	119.667,02

Segundo a administradora (**José Alberto Imóveis Ltda.**), ainda alimentada pelo processo recessivo na economia do país, a retração da demanda continua acentuada para a região, motivada diretamente pela concorrência de novos empreendimentos, com espaços físicos modernos, novos e atrativos para os ocupantes, agravando acentuadamente a falta de interessados. Importante identificar que o administrador continua em busca de novos interessados nos espaços disponíveis (39 salas), atendendo as condições previstas no Contrato de Intermediação de Locação e Administração de Imóveis firmados com a Fundação São Francisco.

Quanto à situação relativa ao firmamento do competente registro para que se possa iniciar as vendas das unidades, conforme já ficou definido e consignado na Política de Investimento 2017/2021, encerrado o 1º trimestre de 2017, ainda não ocorreu.

2.2.4.6 Operações com Participantes - Empréstimos

Nesse segmento estão alocados 1,28% do total dos Ativos de Investimentos.

TABELA 18. ALOCAÇÃO DE RECURSOS – OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES 2017

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE							
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO	
																S/CDI e IBrX- 50	S/META
	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.668.463,23	100,00%	1,28%	0%	15%	5%	-		1,22%	1,24%	1,21%	3,72%	3,72%	20,80%	0,70%	1,61%
I	Empréstimos	7.668.463,23	100,00%	1,28%	0%	15%	5%	-		1,22%	1,24%	1,21%	3,72%	3,72%	20,80%	0,70%	1,61%

TABELA 19. CONCESSÕES

	SIMPLES		EMERGÊNCIA		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	
JANEIRO	8	140.611,00	4	46.900,00	187.511,00
FEVEREIRO	3	101.760,00	4	24.350,00	126.110,00
MARÇO	5	153.474,00	1	16.000,00	169.474,00
TOTAL	16	395.845,00	9	87.250,00	483.095,00

O valor de concessão no **1º trimestre de 2017** alçou o valor de R\$ 483.095,00 contra R\$ 466.340,00 do 4º trimestre de 2016, o que representou um aumento de 3,59% na demanda. Esse comportamento identifica que os tomadores de empréstimos, nesse último trimestre, tiveram os valores contratados maiores que no trimestre anterior, ratificando a importância do Segmento para seus participantes. Vale ressaltar, que as concessões estão praticamente sendo realizadas para os aposentados, ante a impossibilidade de se consignar as prestações de empréstimos pós-fixados junto à folha de pagamentos dos participantes ativos rodadas pelo SERPRO.

TABELA 20. SALDOS QUANTITATIVOS DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

CONTRATOS FIRMADOS		QTD. MUTUÁRIOS		QTD. MUTUÁRIOS C/+3 PREST. VENCIDAS		QTD. NEGOCIAÇÕES ADM		MONTANTE INADIMPLIDO		Var. %
Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		Até Trim.		
Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	
348	338	300	306	27	32	28	28	R\$ 2.595.482,58	R\$ 2.706.569,53	4,28%

TABELA 21. COMPOSIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DOS EMPRÉSTIMOS

DESCRIÇÃO	POSIÇÃO NO FECHAMENTO DO TRIMESTRE		
	Anterior	Atual	%
SALDO ANTERIOR	7.693.739,55	7.579.241,98	-1,49%
LIQ. ACRES. DO TRIM.	-114.497,57	-141.111,06	-
VAL. CARTEIRA	7.579.241,98	7.438.130,92	-1,86%
PROV. PERDA	-3.043.312,38	-3.147.932,67	3,44%
VAL.LIQ. CART	4.535.929,60	4.290.198,25	-5,42%

Encerrado o 1º trimestre de 2017, mantém-se a observação quanto à definição de que a “Provisão para Perda” está relacionada à exigência determinada pela Resolução Nº 8 do CNPC de 2011, mas, é mais que pouco provável a sua efetiva ocorrência, haja vista que o recebimento só ocorrerá em algum momento mais a frente: (i) ou por saída do participante com o pedido de resgate de sua reserva e (ii) ou pela sua entrada em benefício. No primeiro caso há cláusula contratual em que o participante consignou a sua reserva como garantia do mútuo; no segundo, devido ao conseqüente lançamento em Folha de Benefício dos valores mensais das prestações, devidamente atualizadas. A base de cálculo do montante a provisionar consiste dos valores vencidos e a vencer, e sobre eles incide percentual definido de acordo com o tempo de inadimplência, entre a primeira ocorrência e o momento atual de seu cálculo.

GRÁFICO 47. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS ACUMULADA POR ANO

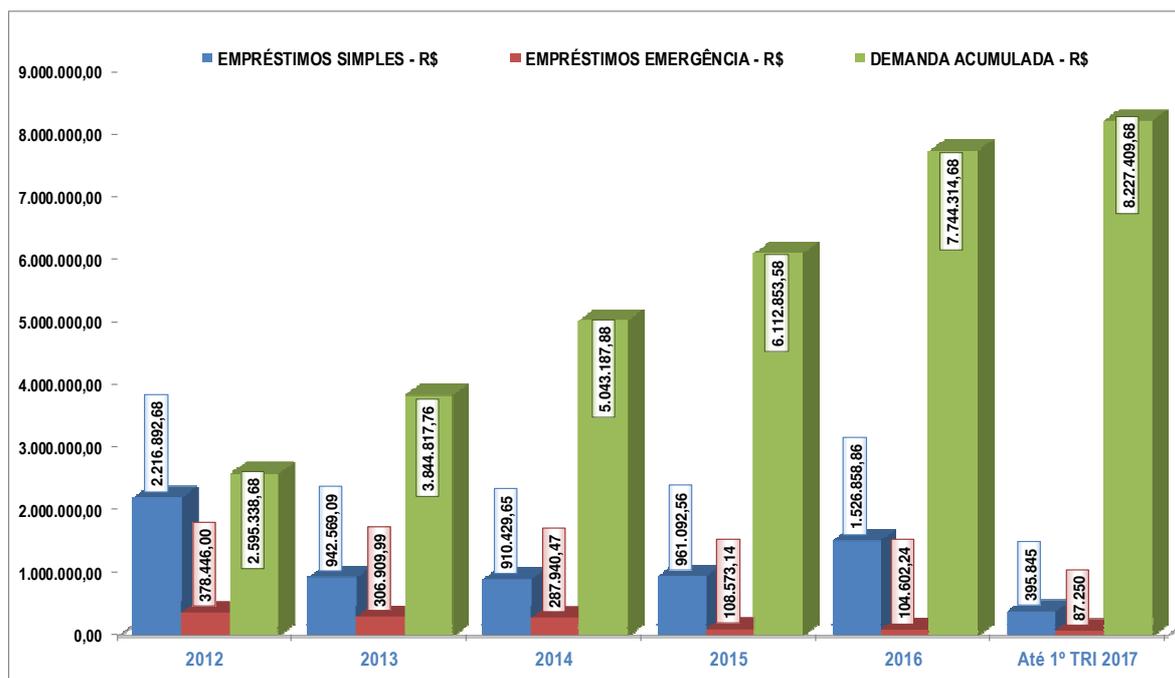


TABELA 22. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS – ACUMULADA NO ANO

MÊS/ANO	EMPRÉSTIMO SIMPLES - R\$ -		EMPRÉSTIMO EMERGÊNCIA - R\$ -		TOTAL GERAL - R\$ -		
	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE	VALOR CONCEDIDO	QUANTIDADE TOTAL CONCEDIDA	VALOR TOTAL CONCEDIDO	VALOR TOTAL ACUMULADO
2012	103	2.216.892,68	28	378.446,00	131	2.595.338,68	2.595.338,68
2013	73	942.569,09	26	306.909,99	99	1.249.479,08	3.844.817,76
2014	96	910.429,65	24	287.940,47	120	1.198.370,12	5.043.187,88
2015	81	961.092,56	15	108.573,14	96	1.069.665,70	6.112.853,58
2016	87	1.526.858,86	14	104.602,24	101	1.631.461,10	7.744.314,68
Até 1º TRI 2017	16	395.845	9	87.250	25	483.095,00	8.227.409,68

GRÁFICO 48. DEMANDA DE EMPRÉSTIMOS NO TRIMESTRE

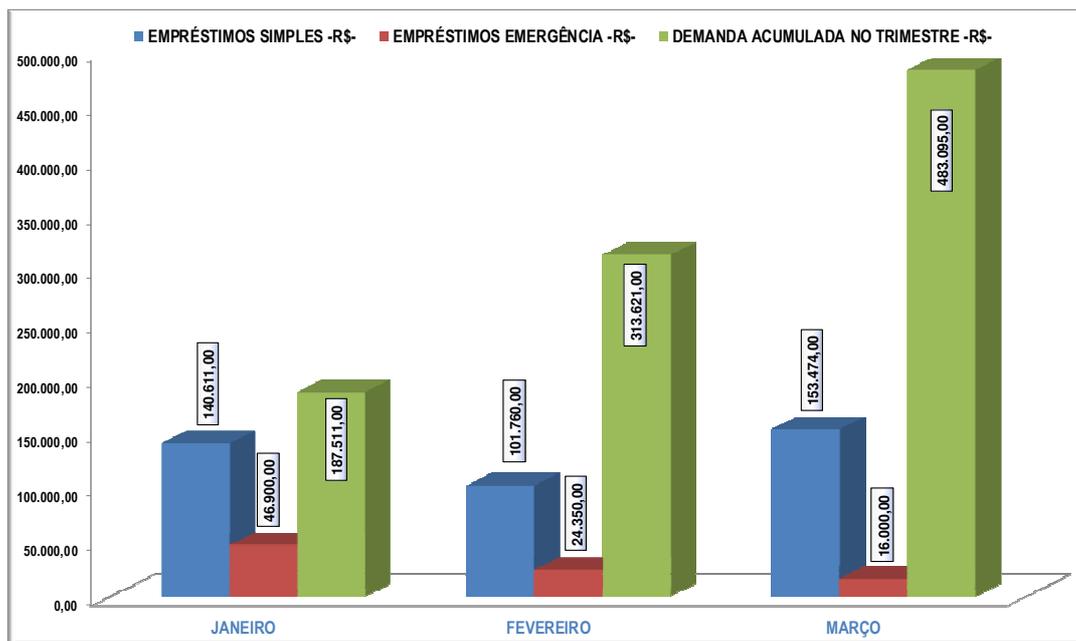
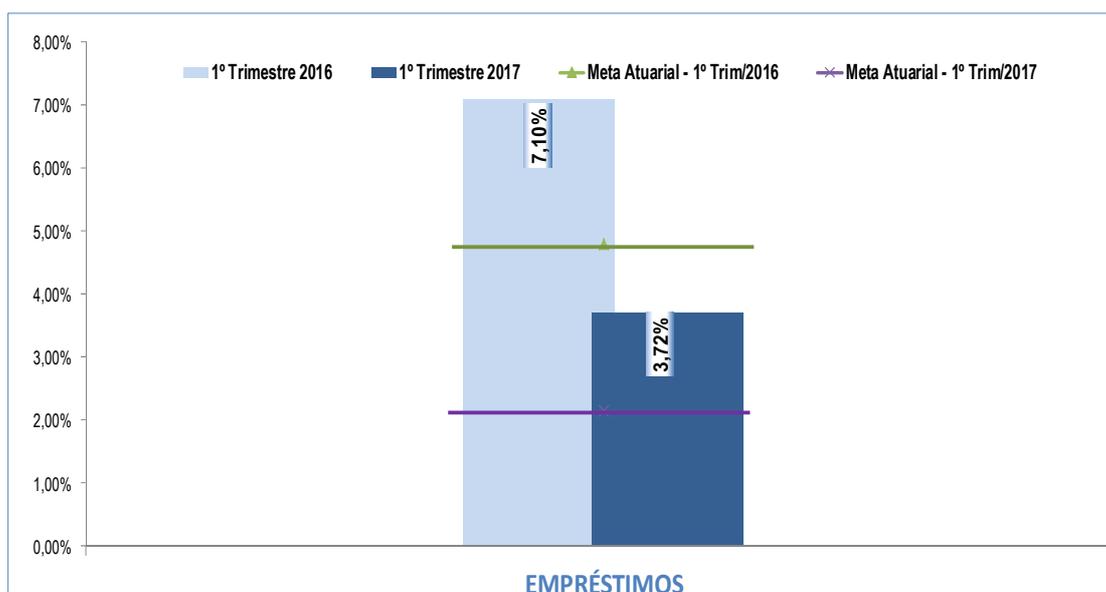


GRÁFICO 49. RENTABILIDADE NOMINAL COMPARATIVA - SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES



O 1º trimestre apresentou rentabilidade positiva de 3,72% contra meta atuarial de 2,10%. Esse resultado representa 1,61% acima da meta.

2.2.5 Controle de Avaliação de Riscos

Instrução PREVIC Nº 02, de 18 de maio de 2010.

Artigo 15 - A EFPC deve elaborar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a apuração da DNP, para cada vez que for observada uma das situações relacionadas a seguir, justificativa técnica e relatório de providências adotadas quanto à manutenção ou não dos ativos que compõe os recursos do Plano.

- I- DNP de segmento negativa, apurada mensalmente, por doze meses consecutivos; ou
- II- DNP de segmento negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses.

Definição sintética do cálculo envolvido na apuração da DNP - diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos deduzidas da taxa de referência ou atuarial, definida para cada Plano por segmento ou não.

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

2.2.5.1 Avaliação de Risco - Divergência Não Planejada – DNP

A avaliação de risco, medida pela **Divergência Não Planejada - DNP** é definida pela diferença entre a rentabilidade verificada nos ativos e segmentos e a taxa mínima atuarial definida para o Plano.

Foi verificado que no encerramento do mês de março de 2017 a DNP apresentou indicadores negativos para:

- Regra I: **Segmento de Imóveis e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, doze meses consecutivos;
- Regra II: **Segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados** - DNP Negativa, acumulada nos últimos trinta e seis meses;

A norma determina que o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ, quando detectado a existência de infringência a qualquer das citadas regras, apresente justificativa técnica para ocorrência, e que a mesma seja por ele atestada.

Antes das devidas explicações, cumpre esclarecer: - o processo de cálculos da DNP é realizado pelo Banco Custodiante (Itaú-Unibanco S/A), em atendimento a cláusula do contrato de prestação de serviços assinado com a Fundação São Francisco, porém, a entidade elabora minuciosa averiguação quanto a sua consistência, como continuidade do seu controle interno.

TABELA 23. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP

PLANO I - BD													REFERÊNCIA: MARÇO DE 2017		
Divergência Não Planejada Nos Últimos 12 Meses													Acumulado nos 12 Meses	Desvio Padrão dos Últimos 12 Meses	Acumulado nos Últimos 36 Meses
SEGMENTO	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17	mar/17			
Renda Fixa	0,25%	-0,06%	-0,30%	0,20%	0,12%	0,23%	-0,02%	-0,29%	0,63%	0,62%	0,53%	0,23%	2,15%	0,31%	2,03%
Renda Variável	4,93%	-6,47%	1,54%	7,61%	-1,10%	-0,64%	8,54%	-8,04%	-3,08%	4,51%	1,11%	-1,98%	6,94%	5,19%	-18,15%
Estruturados	-0,97%	-1,06%	-1,67%	-0,81%	-1,19%	-0,67%	-0,60%	-0,97%	-0,51%	-0,54%	-0,85%	-24,81%	-34,64%	6,91%	-56,03%
Imóveis	-0,82%	-1,10%	-1,45%	-0,93%	-1,10%	-0,82%	-0,54%	-0,78%	-0,97%	-1,05%	-3,78%	-1,30%	-14,63%	0,84%	6,54%
Empréstimos	1,09%	0,63%	0,36%	1,22%	0,55%	1,34%	0,90%	0,62%	0,82%	0,65%	0,37%	0,52%	9,08%	0,32%	30,13%
PLANO.....	0,83%	-1,19%	-0,19%	1,22%	-0,25%	-0,01%	1,30%	-1,69%	-0,10%	1,08%	0,43%	-2,67%	-1,23%	1,23%	-8,90%

META ATUARIAL INPC + 5,26% a.a.

Regra I :..... Os Segmentos de Imóveis e Estruturados apresentaram DNP negativa consecutivamente nos últimos 12 meses;

Regra II :..... DNP negativa acumulada nos últimos 36 meses, Segmentos de Renda Variável e Estruturados.

2.2.5.2 Justificativa Segmento de Imóveis

A Fundação São Francisco no processo de alocação de recursos no Segmento Imobiliário, à época presumia como constava dos estudos dos projetos apresentados, elevada consistência na rentabilidade, segurança, solvabilidade e liquidez futura, frente às condições do cenário macroeconômico vividas pelo país e, via com expectativas positivas, o crescimento na demanda das plantas de Escritórios e Projeções Comerciais (Shoppings, etc.). As expectativas e premissas de viabilidade econômico-financeira dos projetos adquiridos não se confirmaram ao longo do tempo, resultando, assim, em elevado custo financeiro de carregamento das posições imobiliárias para o Plano I/BD.

A Carteira de Aluguéis e Renda acumulou no período dos últimos doze meses, encerrada em março de 2017 - DNP Negativa, conforme quadro acima, devido ao aumento acentuado das ofertas físicas de novos empreendimentos e a queda observada na demanda por locação de imóveis na cidade de Salvador-BA, onde se localizam os únicos imóveis que lastreiam a carteira imobiliária para renda.

- **Estratégia:**

No período de vigência da Política de Investimento 2017/2021, além de não destinar recursos para o Segmento de Imóveis, manterá política visando diminuir a vacância das salas, busca de soluções e alternativas para alienação das unidades que, ainda, dependem fundamentalmente da melhoria do desempenho econômico, e liberação da sua escritura.

2.2.5.3 Justificativa Segmento de Renda Variável

No período dos últimos trinta e seis meses, o mercado acionário apresentou desempenho abaixo da meta, motivado diretamente pelos aspectos conjunturais políticos e econômicos internos. Porém, apresentou elevado processo de recuperação no decorrer do exercício de 2016 e manteve-se num canal de alta no decorrer do 1º trimestre de 2017, medido pelo IBrX-50, indicador do desempenho médio das cotações dos 50 (cinquentas) ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro e *benchmark* dos Fundos de Ações que compõem o Segmento de Renda Variável do Plano. No encerramento do 1º trimestre de 2017, a Bolsa de Valores medida pelo IBrX-50, acumulou alta de 7,77%, enquanto no mesmo período de 2016 atingiu alta de 15,03%. Como se observa, já há expectativa de que em breve a apuração da DNP de 36 meses se reverta, haja vista a reversão ocorrida no espaço temporal de 12 meses.

No âmbito externo, no 1º trimestre de 2017 os mercados *bursáteis* mantiveram-se atentos frente a vários fatores: (i) O futuro das empresas no mercado do Reino Unido, pós “Brexit” (Abreviatura para “Saída Britânica”), com a retirada definitiva do Reino Unido da União Européia; (ii) As preocupações com a economia dos Estados Unidos, aliada a forte posição do Presidente Republicano Donald Trump com seus adversários e a viabilidade de cumprimento de suas promessas eleitorais, com destaque para os investimentos no segmento de infraestrutura e (iii) O crescimento do PIB Chinês, que continua dando sinais de problemas à frente.

No mercado acionário brasileiro desde abril de 2014 os fundos investidos apresentam forte correlação ao *benchmark* (IBrX-50). Os impactos sofridos por eles ao longo dos últimos 36 meses deverão perder significado, haja vista que as gestoras estão focadas em produzir posições defensivas para os momentos de stress do mercado acionário. A volatilidade dos retornos apresentados neste relatório demonstra inequivocamente que os fundos veem trabalhando defensivamente, minimizando os riscos de mercado. O Segmento acumulou no 1º trimestre de 2017 alta de 5,78% e alta de 10,23% no mesmo período de 2016, ou seja, registrou altas acima das metas.

- **Estratégia:**

Considerada adequada para os objetivos do Plano no longo prazo, a Fundação perseguirá a concentração definida por estudo de ALM. Os desempenhos gerados pelos aspectos conjunturais da economia estão impactando o resultado global da estratégia, no entanto, não há ação imediata a ser tomada. As gestões dos *Fundos Exclusivos - FIA's* estão devidamente ajustadas à Política de Investimento estabelecida nos seus respectivos Regulamentos, e mais, os retornos gerados, analisado na relação Risco x Retorno, apresentam em vários momentos indicadores melhores que àqueles obtidos pela indústria, conforme demonstrado no item próprio deste relatório.

2.2.5.4 *Justificativa Segmento de Investimentos Estruturados*

- **Energia PCH-FIP:**

Detentor de 63,90% dos valores investidos no Segmento, constitui-se assim, como o maior responsável pela geração de retorno. Os ativos existentes no fundo são principalmente cotas das usinas hidrelétricas (PCH's) de Jurueña. A Diretoria de Finanças participa ativamente na busca de alternativas para possibilitar o desinvestimento, prejudicada pela conjuntura do setor e da economia como um todo. O Comitê Estratégico de Investimentos - CEI encontra-se atento às ações do gestor e do setor.

No decorrer do 1º trimestre de 2017, o ativo foi alvo de acentuada desvalorização motivada pelo ajuste de precificação realizada pelo administrador (Banco Santander) do Energia PCH/FIP, e cuja prática tem sido contestada pelas fundações CELOS, POSTALIS e SÃO FRANCISCO. O valor da Cota do fundo depois de apurada e contabilizada a ação do administrador foi extremamente prejudicial, reduzindo sobremaneira o valor das unidades geradoras, e conforme exposto pelas entidades citadas, o laudo que embasou a tomada de decisão do agente tem contra si o pecado de ter sido realizado em março de 2016, cujas condições econômicas distam do que atualmente se apresenta.

- **Estratégia:**

Por se tratar de investimentos com visão de longo prazo e os projetos já terem sido finalizados, estando produzindo e vendendo energia, a Política de Investimento de 2017/2021 previu a sua permanência no portfólio, uma vez que não se esperava no contexto econômico dos próximos anos, ao menos até final de 2018, alteração que permita a venda dos ativos do fundo com apropriação da mais valia de ordem adequada. Outro sim, a mudança do gestor para a Vinci Partners, com retomada de várias ações imediatas já

observadas, pode ensejar algum interesse maior por parte de investidores externos. Seja como for, não se pode, objetivamente, prever a realização do desinvestimento do ativo no momento atual, restando assim, somente manter a posição existente até que se encontre interessados.

FIP Ático - Geração de Energia:

Representando 30,59% do Segmento, suas cotas refletem as reavaliações das ações da Bolt Energia S/A, principal ativo do Fundo. Seu desempenho acumulou no 1º trimestre de 2017 variação negativa de 0,39%, contra a meta de 2,10%. Esse resultado representa 2,49% abaixo da meta. Vale ressaltar que ainda não terminou o período previsto para a realização de todo o investimento e, seu desinvestimento, permanece previsto para ocorrer em 2018, segundo o gestor (Ático-Asset Management) sem alteração de cronograma.

A percepção da Diretoria de Finanças é de que se a economia entrar em rota desenvolvimentista, o objetivo será cumprido e o resultado poderá ser bastante auspicioso. Caso contrário, sem definição clara quanto ao comportamento das contas públicas, ou os ajustes propostos pelo atual governo, continuará presente certa aversão a risco, como houve nos últimos anos, e com isso pouco será o ingresso de recursos externos. Sem condições que sinalizem alterações nas perspectivas econômicas não se pode afastar a necessidade de dilação do prazo para o desfazimento dos ativos, ou seja, mantido o cenário tal como se encontra é possível haver adiamento nos resgates das cotas, dentro do horizonte atribuído ao desinvestimento.

- **Estratégia:**

O projeto encontra-se em período de investimento. Assim como o fundo anterior, não há mercado para a realização da venda do ativo. Outro motivo importante que deve ser declinado consiste no fato de que o fundo ainda se encontra no período de investimento, padecendo, dessa forma, do comportamento do que o mercado definiu como “Curva J (jota)”. Diante dos dados do fundo há que se esperar as alterações de mercado para a realização da venda em momento mais propício. Estando ainda os gestores cumprindo rigorosamente os enunciados do mandato estabelecido no regulamento do fundo, então, o desinvestimento ainda virá a ocorrer no futuro, dito de outra forma, o período de desinvestimento ainda encontra-se preservado.

2.2.6 Operações Cursadas no Exercício de 2017:

Este tópico explora os procedimentos operacionais da Diretoria de Finanças na gestão da carteira própria, apresentando como se deram as operações realizadas, envolvendo compra e venda de NTN's. No decorrer do 1º trimestre de 2017, as operações de “Arbitragem” entre vencimentos agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021.

As operações realizadas consistiram mais fortemente em concentrar as aplicações em papéis de vencimento mais curto e médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

Cumprindo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo a Tabela contendo as Operações Cursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B e NTN/F no decorrer do 1º Trimestre de 2017 as quais, se antecipa, respeitaram efetivamente o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”:

TABELA 24. OPERAÇÕES CURSADAS – TÍTULOS PÚBLICOS

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2017						
PLANO I - BD						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-B 2045	5,2100	5,5931	5,8968	5,6900	6.243.225,09
	NTN-B 2050	5,1800	5,5700	5,8638	5,6400	6.178.238,82
18/01/2017	NTN-B 2055	5,0876	5,5546	5,7738	5,5700	5.951.271,69
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	8.988.010,36
TOTAL.....						27.360.745,96
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
13/01/2017	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.241.212,72
	NTN-F 2027	10,3791	11,0622	11,6303	10,8500	6.174.205,83
18/01/2017	NTN-B 2023	5,2752	5,6927	5,9830	5,5700	5.950.949,09
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	2.237.896,03
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	3.975.543,28
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	8.986.212,53
TOTAL.....						33.566.019,48

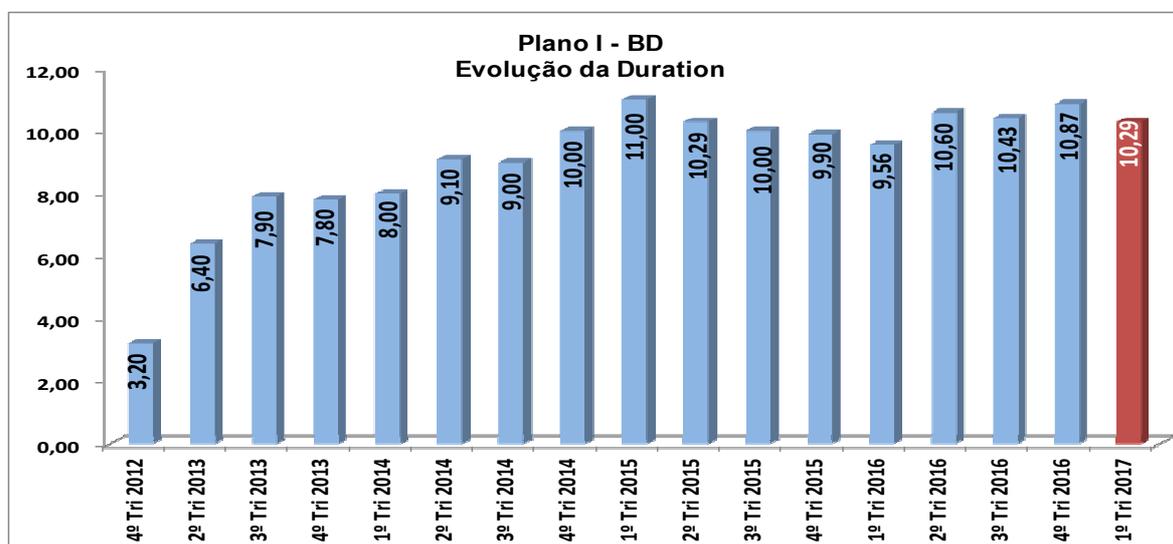
Todas as taxas negociadas na compra das NTN/B's ficaram dentro do intervalo indicativo disponibilizado pela ANBIMA - "Mercado Secundário de Títulos Públicos", o qual é utilizado como parâmetro para verificação da taxa de mercado, em consonância com o que determina a Resolução CGPC N° 21 de 25/09/2007. O relatório da ANBIMA reflete a média dos preços das operações cursadas no mercado no dia da operação, portanto, as taxas das operações não apresentaram divergências em relação ao mercado.

Os documentos para a análise e precificação encontram-se devidamente arquivados na Gerência de Finanças podendo ser requisitados pelos órgãos de controle para apreciação quanto à veracidade das afirmações contidas neste relatório. Os quadros apresentados refletem a síntese da documentação, espelhando com fidedignidade dos fatos ocorridos.

2.2.7 Duration do Plano

Vale lembrar, que o acompanhamento do indicador é apresentado pelo total dos ativos contidos no Segmento de Renda fixa, entretanto, quando da elaboração dos elementos obrigatórios definidos pela PREVIC, esta leva em consideração somente a carteira de NTN's precificadas na curva.

GRÁFICO 50. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 1º trimestre de 2017 o índice alcançou 10,29 anos contra 9,56 anos, no mesmo período de 2016. Mesmo com o comportamento da curva de juros fora do padrão, muitas das aquisições das NTN's foram marcadas para serem levadas a resgate. Nesse rol estão papéis com vencimentos mais curtos e alguns longos (2023 a 2055), entretanto, absolutamente ajustados no sentido de atender as exigências do fluxo de caixa do passivo.

Duas observações importantes na estrutura do *duration*:

- I. A redução observada no encerramento do 1º trimestre de 2017, foi promovido devido à aplicação em vencimentos de menor prazo, visando aproveitar as elevações de taxas de curto prazo e fechamento das de longo. A estratégia de se utilizar de arbitragem entre vencimentos produziu ganhos adicionais de rentabilidade. Essa estratégia é aplicada somente aos ativos necessários a manutenção da liquidez do Plano e, não produz descompasso entre a alocação de ativos e passivos;
- II. A carteira mantida a resgate, devido a normas editadas pela PREVIC, como a recente Portaria 30 de 21/01/2016, está apresentando *duration* maior que a do passivo, fato natural, entretanto, a lógica da legislação obriga que essa carteira tenha o indicador menor que o do passivo, devido a isso a Diretoria de Finanças aproveita o rol de NTN's que possibilite atender adequadamente a norma, sempre buscando aproveitar à diferença de precificação provocada pela taxa de juros do passivo aplicada sobre o ativo para evidenciar a ausência de déficit no Plano. A distorção identificada na legislação produz a necessidade de acompanhamento da carteira visando a adoção de medidas de ajustes necessários para melhor aproveitar os aspectos da norma em favor do plano, sempre focando em ações onde o investimento possa contribuir para reduzir as perspectivas de possíveis aumentos de encargos aos participantes.

2.2.8 Acompanhamento Orçamentário:

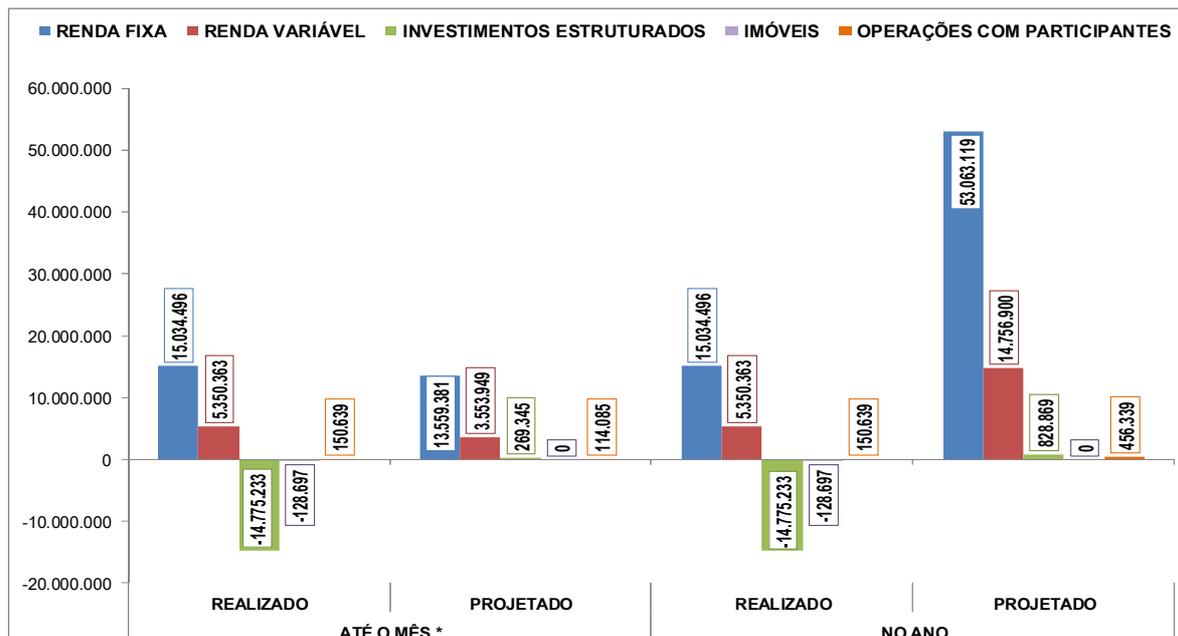
TABELA 25. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO I - BD									
	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	4.075.677,60	4.378.505,03	93,08%	15.034.495,50	13.559.381,00	110,88%	15.034.495,50	53.063.118,75	28,33%
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.717.673,88	3.890.694,91	95,55%	13.879.577,51	12.192.260,30	113,84%	13.879.577,51	47.748.718,18	29,07%
EMISSÃO OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS PELO BACEN	55.884,81	76.237,08	73,30%	170.603,66	196.864,83	86,66%	170.603,66	812.592,35	20,99%
LF	55.884,81	76.237,08	73,30%	170.603,66	196.864,83	86,66%	170.603,66	812.592,35	20,99%
EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	168.616,64	206.955,01	81,48%	484.731,63	556.725,41	87,07%	484.731,63	2.256.297,91	21,48%
DEBENTURES	168.616,64	206.955,01	81,48%	484.731,63	556.725,41	87,07%	484.731,63	2.256.297,91	21,48%
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DE EMISSÃO DE COMPANHIAS SECURITIZADORAS	184.915,99	160.400,07	115,28%	642.394,26	493.393,97	130,20%	642.394,26	1.778.426,47	36,12%
CRI	184.915,99	160.400,07	115,28%	642.394,26	493.393,97	130,20%	642.394,26	1.778.426,47	36,12%
CÉDULA DE PRODUTOS RURAIS	5.209,57	6.118,82	85,14%	14.378,41	16.235,37	88,56%	14.378,41	49.598,94	28,99%
CPR	5.209,57	6.118,82	85,14%	14.378,41	16.235,37	88,56%	14.378,41	49.598,94	28,99%
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	-56.623,29	38.099,14	É DESPESA	-157.189,97	103.901,12	É DESPESA	-157.189,97	417.484,90	É DESPESA
FIDC - EM COTA	-56.623,29	38.099,14	É DESPESA	-157.189,97	103.901,12	É DESPESA	-157.189,97	417.484,90	É DESPESA
RENDA VARIÁVEL	-1.282.776,86	1.312.248,25	É DESPESA	5.350.362,78	3.553.949,36	150,55%	5.350.362,78	14.756.900,27	36,26%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-1.282.776,86	1.312.248,25	É DESPESA	5.350.362,78	3.553.949,36	150,55%	5.350.362,78	14.756.900,27	36,26%
FUNDOS DE AÇÕES	-1.282.776,86	1.312.248,25	É DESPESA	5.350.362,78	3.553.949,36	150,55%	5.350.362,78	14.756.900,27	36,26%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-14.806.469,70	93.011,05	É DESPESA	-14.775.233,00	269.345,43	É DESPESA	-14.775.233,00	828.869,15	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	-14.857.462,58	0,00	É DESPESA	-14.928.573,01	0,00	É DESPESA	-14.928.573,01	0,00	É DESPESA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	50.992,88	93.011,05	54,82%	153.340,01	269.345,43	56,93%	153.340,01	828.869,15	18,50%
IMÓVEIS	-48.618,33	0,00	É DESPESA	-128.696,54	0,00	É DESPESA	-128.696,54	0,00	É DESPESA
IMÓVEIS PARA ALUGUEL E RENDA	-48.618,33	0,00	É DESPESA	-128.696,54	0,00	É DESPESA	-128.696,54	0,00	É DESPESA
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	119.202,20	38.028,22	313,46%	150.639,07	114.084,66	132,04%	150.639,07	456.338,64	33,01%
EMPRÉSTIMOS	119.202,20	38.028,22	313,46%	150.639,07	114.084,66	132,04%	150.639,07	456.338,64	33,01%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-206.171,70	-367.395,76	56,12%	-612.965,89	-1.102.187,28	55,61%	-612.965,89	-4.408.749,12	13,90%
CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE FUNDOS	-1.694,75	0,00	É DESPESA	29.522,61	0,00	NA	29.522,61	0,00	NA
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	-12.150.851,54	5.454.396,79	É DESPESA	5.048.124,53	16.394.573,17	30,79%	5.048.124,53	64.696.477,69	7,80%

(i) **NO MÊS:** é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.

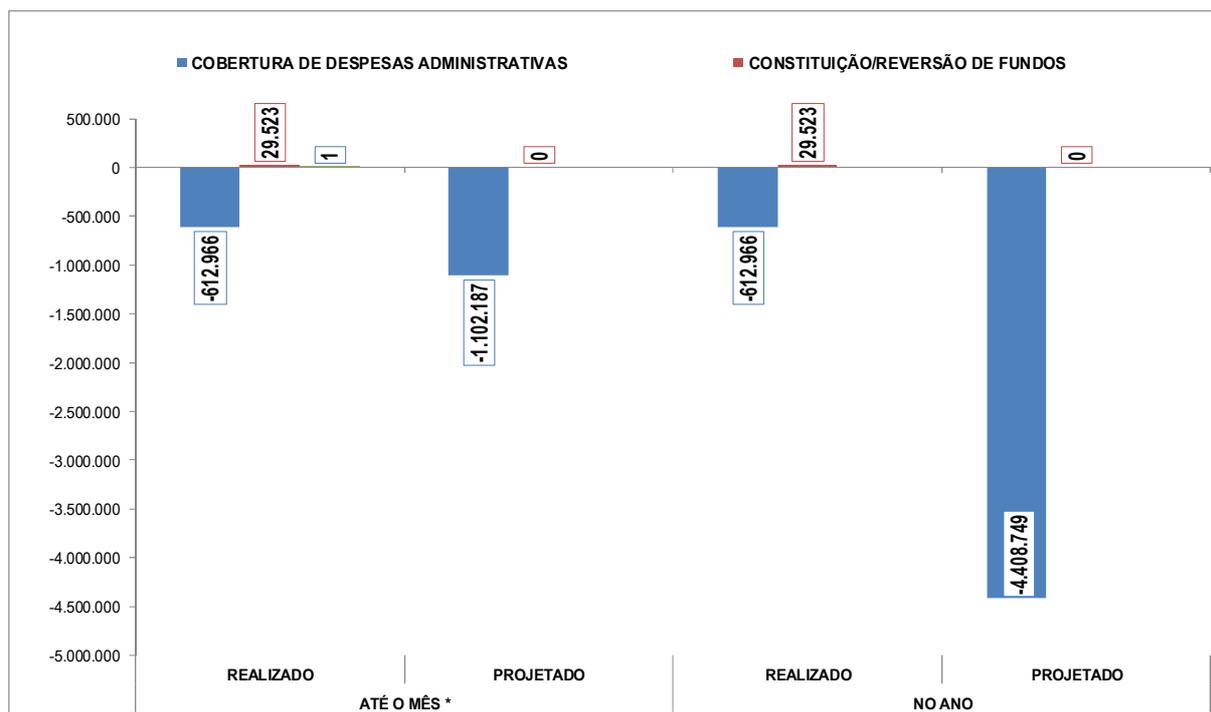
(ii) **ATÉ O MÊS:** é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.

GRÁFICO 51. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

GRÁFICO 52. CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO INVEST. E FORMAÇÃO DE FUNDO - REALIZADO X PROJETADO



(*) Último mês do Trimestre

Comentários:

O Fluxo dos “Investimentos Realizados” no encerramento do 1º Trimestre de 2017 totalizou R\$ 5.048.124,53 contra o Valor Orçado de R\$ 16.394.573,17, ou seja, o realizado totaliza somente 30,79% daquele esperado no orçamento.

Os Segmentos de Renda Fixa e Renda Variável tiveram desempenho superior as previsões, sendo que no primeiro se esperava R\$ 13,5 milhões de receitas, entretanto a redução da Taxa Básica de Juros – Selic fizeram com que as taxas de juros dos títulos públicos federais - NTN/B, precificados pelo valor de “mercado”, pudessem agregar mais desempenho, por isso mesmo, o valor de R\$ 15,0 milhões foi o resultado verificado, ou seja, variação de 110,88% do projetado; o segundo foi diretamente relacionado às apostas dos investidores na retomada da economia, haja vista o processo de celeridade do governo na condução das reformas para aprovação pelo Congresso Nacional das Reformas Trabalhistas e Previdenciária, braços essenciais à recuperação da economia, assim as expectativas dos investidores se reverteu gerando resultado de R\$ 5,3 milhões contra R\$ 3,5 milhões projetados, ou seja, 150,55% do previsto.

O Segmento Estruturado, no entanto, foi o causador do desvio negativo, ao acumular resultado de R\$ 14,7 milhões de variação negativa, motivado pelo ajuste na precificação das Cotas do Fundo PCH Juruena, já descrito em seu item próprio deste relatório, quando no orçamento se esperava resultado próximo de 0 (zero).

Com relação aos custeios não se verificou nenhuma divergência acentuada, realizando-se 13,90% do orçado, algo auspicioso quando se mantém em mente que custeio é um gasto do investimento. A apuração do custeio é procedida tendo por lógica a aplicação dos rateios dos gastos administrativos da entidade com a gestão dos investimentos. A dinâmica da redução no custeio se fundou no fato de que o saldamento não foi implantado nesse trimestre, e assim, continuou a haver custeio incidente sobre as contribuições, reduzindo a necessidade de cobra-lo nos investimentos.

Já com relação à formação do fundo de investimento é preciso que se diga antes, que ele é destinado a cobertura dos falecimentos de participantes mutuários, relativamente aos valores por eles devidos à carteira de empréstimo. O número do resultado é inexpressivo e por isso mesmo sua projeção orçamentária era de 0 (zero).

2.3 CONTÁBIL

QUADRO 1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Março/2017	Período Março/2016	PASSIVO	Período Março/2017	Período Março/2016
DISPONÍVEL	38.444,35	3.439,46	EXIGÍVEL OPERACIONAL	45.353.470,61	23.185.401,96
REALIZÁVEL	611.008.590,40	566.793.352,90	Gestão Previdencial	45.111.432,59	23.083.181,51
Gestão Previdencial	3.280.595,49	2.972.425,13	Investimentos	242.038,02	102.220,45
Gestão Administrativa	13.110.917,68	13.231.025,16			
Investimentos	594.617.077,23	550.589.902,61	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	766.817,33	733.417,88
Títulos Públicos	392.410.190,26	282.816.953,88	Gestão Previdencial	-	-
Créditos Privados e Depósitos	38.053.868,20	99.317.702,07	Investimento	766.817,33	733.417,88
Fundos de Investimento	151.743.426,67	154.800.809,11			
Investimentos Imobiliários	7.375.436,64	7.503.649,54			
Empréstimos e Financiamentos	4.520.530,56	5.670.562,56	PATRIMÔNIO SOCIAL	564.926.746,81	542.877.972,52
Depos.Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	Patrimônio de Cobertura do Plano	549.998.897,22	527.711.186,13
			Provisões Matemáticas	574.055.118,07	528.730.213,39
			Benefícios Concedidos	344.947.945,22	328.429.478,31
			Benefícios a Conceder	229.107.172,85	200.300.735,08
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	-
			Equilíbrio Técnico	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)
			Resultados Realizados	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)
			Fundos	14.927.849,59	15.166.786,39
			Fundos Administrativos	13.110.917,68	13.231.025,16
			Fundos dos Investimentos	1.816.931,91	1.935.761,23
TOTAL DO ATIVO	611.047.034,75	566.796.792,36	TOTAL DO PASSIVO	611.047.034,75	566.796.792,36

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

No Balanço acima dentro do ativo, destacamos os investimentos em Títulos Públicos, que correspondem a 65,99% do valor da carteira a vem da troca de papéis em créditos privados para esses títulos do Governo.

Outro investimento que merece ser ressaltado é o de Empréstimos e Financiamentos, seu decréscimo de 20,28% decorre do fato de que foi identificado, que o saldo do Relatório de “Valor Atualizado” do Sistema de Empréstimos estava duplicado com o de “Prestações em Atraso” na conta de inadimplentes, corrigido o fato, os saldos foram devidamente ajustados em agosto de 2015.

No passivo dentro do grupo de contas do Exigível Operacional, a Gestão Previdencial teve um acréscimo de 95,43%, esse fato é devido em grande parte, a correção do saldo de valores a restituir dos participantes que deixaram o plano e ainda não sacaram sua reserva.

O déficit no 1º trimestre foi de R\$ 270,230 mil (Quadro 2), que somado ao déficit do exercício de 2016 (R\$ 23,786 milhões), totaliza R\$ 24,056 milhões (Quadro 1). No entanto, o déficit de 2016, oriundo, principalmente, da redução da taxa de juros atuarial e da eliminação do fator de permanência no plano de participantes ativos elegíveis à aposentadoria, foi integralmente coberto com o ajuste de precificação, resultando num superávit de R\$ 651 mil. Esclarece-se que nas avaliações mensais, como é o caso, não é utilizado o ajuste de precificação e, portanto, não consta dos demonstrativos.

QUADRO 2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO		Período Março/2017	Período Março/2016	Varição (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		548.050.367,93	504.816.102,62	8,56
1. Adições		14.783.872,11	33.961.408,74	(56,47)
(+)	Contribuições	9.735.747,58	8.142.918,22	19,56
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.048.124,53	25.818.490,52	(80,45)
(+)	Reversão Líquida de Contingência - Gestão Previdencial	-	33.399,45	(100,00)
2. Destinações		(12.835.342,82)	(11.099.724,68)	15,64
(-)	Benefícios	(12.465.883,61)	(10.702.093,38)	16,48
(-)	Custeio Administrativo	(369.459,21)	(397.631,30)	(7,08)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		1.948.529,29	22.861.684,06	(91,48)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.218.760,05	17.855.644,37	(87,57)
(+/-)	Superávit / Déficit Técnico do Exercício	(270.230,76)	5.039.439,14	(105,36)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		549.998.897,22	527.677.786,68	4,23
C) Fundos não previdenciais		14.927.849,59	15.166.786,39	(1,58)
(+/-)	Fundos Administrativos	13.110.917,68	13.231.025,16	(0,91)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.816.931,91	1.935.761,23	(6,14)

QUADRO 3. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
1. Ativos	611.047.034,75	566.796.792,36	7,81
Disponível	38.444,35	3.439,46	1.017,74
Recebível	16.391.513,17	16.203.450,29	1,16
Investimento	594.617.077,23	550.589.902,61	8,00
Títulos Públicos	392.410.190,26	282.816.953,88	38,75
Créditos Privados e Depósitos	38.053.868,20	99.317.702,07	(61,68)
Fundos de Investimento	151.743.426,67	154.800.809,11	(1,98)
Investimentos Imobiliários	7.375.436,64	7.503.649,54	(1,71)
Empréstimos e Financiamentos	4.520.530,56	5.670.562,56	(20,28)
Depos.Jud. Recursais	513.624,90	480.225,45	6,95
2. Obrigações	46.120.287,94	23.918.819,84	92,82
Operacional	45.353.470,61	23.185.401,96	95,61
Contingencial	766.817,33	733.417,88	4,55
3. Fundos não Previdenciais	14.927.849,59	15.166.786,39	(1,58)
Fundos Administrativos	13.110.917,68	13.231.025,16	(0,91)
Fundos dos Investimentos	1.816.931,91	1.935.761,23	(6,14)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	549.998.897,22	527.711.186,13	4,22
Provisões Matemáticas	574.055.118,07	528.730.213,39	8,57
Superávit/Déficit Técnico	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)	2.260,70

Instrumento destinado a apresentar consolidadamente os grandes grupos de contas em que se acumularam, ou de onde se retiraram os recursos ao longo do exercício.

▪ **Ativos**

Recebível:

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 1.198 mil;
- b) Participantes – R\$ 1.340 mil;
- c) Contribuições em atraso – R\$ 1 mil;
- d) Sobre 13º Salário – R\$ 730 mil;
- e) Adiantamentos – R\$ 1.441 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de março/2017 para serem liquidadas no mês de abril/2017, as quais respeitam o regime de competência.

Gestão Administrativa:

O valor apropriado corresponde integralmente à participação do Plano no Fundo Administrativo. O Fundo tem um saldo positivo de R\$ 13.110 mil em março/2017.

▪ **Obrigações**

Gestão Previdencial:

Corresponde aos fatos inerentes à atividade previdencial, pagamentos de benefícios e resgates de reserva, estando composta dos seguintes registros:

- a) Retenções a Recolher (IR S/Benefícios) – R\$ 183 mil;
- b) Contribuição para Custeio do PGA – R\$ 103 mil;
- c) Credores Diversos de Benefícios – R\$ 44.015 mil.

Os IR S/Benefícios tiveram como base de cálculo os benefícios pagos dentro do mês de março/2017, que por determinação legal, devem ser recolhidos (repassados a Receita Federal) no mês de abril/2017.

As contribuições p/Custeio são representadas pela taxa de carregamento, atualmente em 10% das contribuições vertidas para o Plano de Benefícios (definido no plano de custeio pelo atuário), liquidados no mês de abril/2017.

Na conta de Credores Diversos de Benefícios foi provisionado o valor de R\$ 44.015 mil referente às reservas de poupança dos ex-participantes do Plano de Benefícios I que ainda não efetuaram o resgate, conforme relatório emitido pelo Gerente de Benefícios.

Gestão de Investimentos:

- a) Investimentos Imobiliários – R\$ 34 mil;
- b) Custeio Administrativo dos Investimentos – R\$ 203 mil;

Merece destaque o valor de R\$ 203 mil que corresponde à provisão para a cobertura do custeio dos investimentos (Taxa de administração) a ser pago pelo Plano de Benefícios. O montante apurado com base nos gastos incorridos na gestão administrativa dos investimentos, apropriado no mês março/2017 e liquidado em abril/2017.

Exigível Contingencial:

O valor de R\$ 766 mil representa o montante de demandas ajuizadas. Para a maioria delas foram realizados depósitos judiciais registrados no ativo, à conta de depósitos judiciais, em respeito às definições legais.

QUADRO 4. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	597.936.117,07	553.565.767,20	8,02
1. Provisões Matemáticas	574.055.118,07	528.730.213,39	8,57
1.1. Benefícios Concedidos	344.947.945,22	328.429.478,31	5,03
Benefício Definido	344.947.945,22	328.429.478,31	5,03
1.2. Benefício a Conceder	229.107.172,85	200.300.735,08	14,38
Benefício Definido	229.107.172,85	200.300.735,08	14,38
2. Equilíbrio Técnico	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)	2.260,70
2.1. Resultados Realizados	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)	2.260,70
(-) Déficit Técnico Acumulado	(24.056.220,85)	(1.019.027,26)	2.260,70
3. Fundos	1.816.931,91	1.935.761,23	(6,14)
3.1. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.816.931,91	1.935.761,23	(6,14)
4. Exigível Operacional	45.353.470,61	23.185.401,96	95,61
4.1. Gestão Previdencial	45.111.432,59	23.083.181,51	95,43
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	242.038,02	102.220,45	136,78
5. Exigível Contingencial	766.817,33	733.417,88	4,55
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	766.817,33	733.417,88	4,55

Instrumento destinado a apresentar as Provisões Matemáticas, a Reserva de Contingência, as Operações com Fundos e os Exigíveis Operacional e Contingencial.

Destaco que durante o período avaliado houveram duas reavaliações das reservas, uma em dezembro de 2016.

No demonstrativo acima verifica-se que na conta de Provisões Matemáticas a Constituir encontra-se zeradas, o motivo foi o equacionamento do déficit.

Outro fato que merece ser destacado está no Exigível Operacional, na Gestão Previdencial teve um acréscimo de 95%, esse fato é devido em grande parte, a correção do saldo de valores a restituir dos participantes que deixaram o plano e ainda não sacaram sua reserva, já na parte de Investimentos destaca-se o custeio do investimento e as concessões a pagar dos empréstimos que elevaram o percentual em 136%.

QUADRO 5. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PLANO BD			
DEFINIÇÃO	mar/17	mar/16	%
A) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ANTERIOR	- 23.785.990,09	- 6.058.466,40	292,6%
1- CONTRIBUIÇÕES	9.366.288,37	7.745.286,92	20,93%
(+) Patrocinadores	3.948.332,94	3.233.191,12	22,12%
(+) Participantes Ativos	4.522.271,86	3.964.104,18	14,08%
(+) Participantes Assistidos	1.265.142,78	945.622,92	33,79%
(-) Custeio	- 369.459,21	- 397.631,30	-7,08%
2- DESTINAÇÕES	- 12.465.883,61	- 10.702.093,38	16,48%
(-) Benefícios	- 12.465.883,61	- 10.702.093,38	16,48%
3- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	29.522,61	68.997,35	-57,21%
(+) Ações de Benefícios	-	33.399,45	-100,00%
(+) Quotas quitação por morte	29.522,61	35.597,90	-17,07%
4- INVESTIMENTOS	5.018.601,92	25.782.892,62	-80,54%
(+) Renda Fixa	15.191.685,47	18.167.487,26	-16,38%
(+) Renda Variável	- 9.582.060,19	8.182.577,91	-217,10%
(+) Imóveis	- 128.696,54	- 88.806,92	44,92%
(+) Empréstimos (*)	150.639,07	272.897,66	-44,80%
(-) Custeio	- 612.965,89	- 751.263,29	-18,41%
5- FORMAÇÕES DE RESERVAS	2.218.760,05	17.855.644,37	-87,57%
(+) Benefícios Concedidos	1.138.322,28	9.820.338,01	-88,41%
(+) Benefícios a Conceder	1.080.437,77	8.035.306,36	-86,55%
B) RESULTADO SUPERAVITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO			
C) RESULTADO DEFICITÁRIO (1+2+3+4-5) DO EXERCÍCIO	- 270.230,76	5.039.439,14	-105,36%
D) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B+C)	- 24.056.220,85	- 1.019.027,26	2260,70%

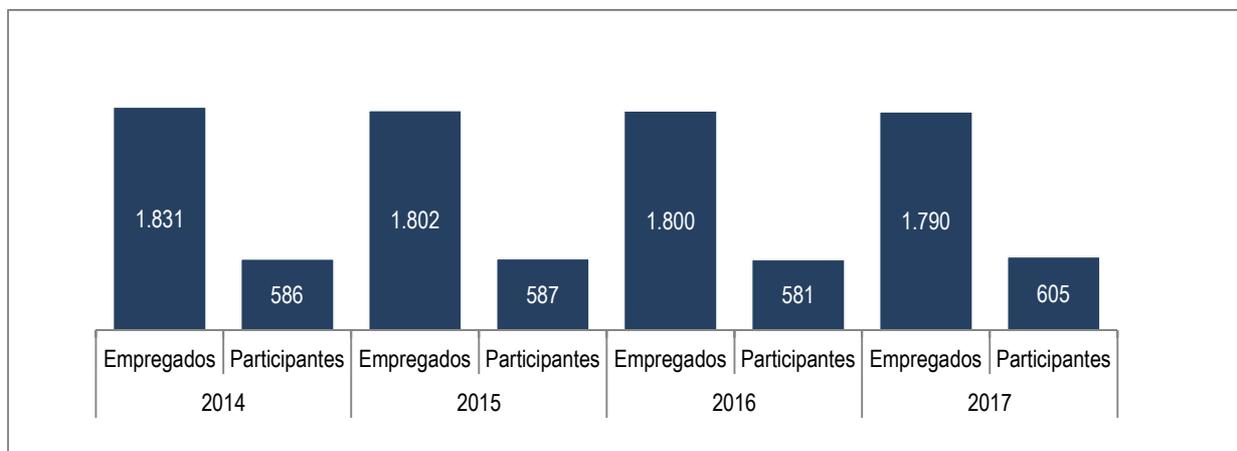
Instrumento destinado a apresentar de maneira clara a apuração do resultado do exercício de forma estática, acima destacamos que a letra A, refere-se ao resultado registrado em dezembro do ano anterior, os números de 1 a 5 demonstram o saldo das contas nos planos e na letra D, o resultado acumulado até o mês atual.

No quadro acima destaca-se na letra A o acréscimo no déficit do ano de 2016 em 292%, nos Investimentos um decréscimo do seguimento de Renda Variável em 207% e Empréstimos em 44%. Também nos Investimentos nota-se a variação negativa dos Imóveis em 44%.

3 PLANO DE BENEFÍCIOS II – CODEPREV

3.1 PREVIDENCIAL

GRÁFICO 53. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES



Com relação ao 1º trimestre do ano anterior houve 36 pedidos de inscrição no plano, 1 concessão de benefício por incapacidade para o trabalho e 11 cancelamentos a pedido.

GRÁFICO 54. SOCIAL – EMPREGADOS X PARTICIPANTES

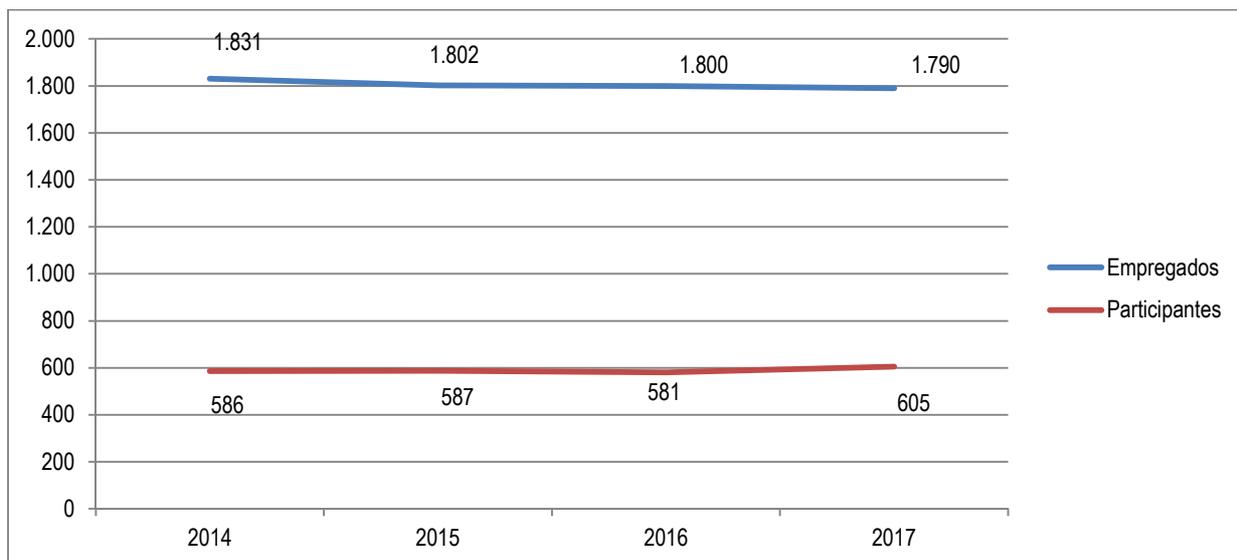
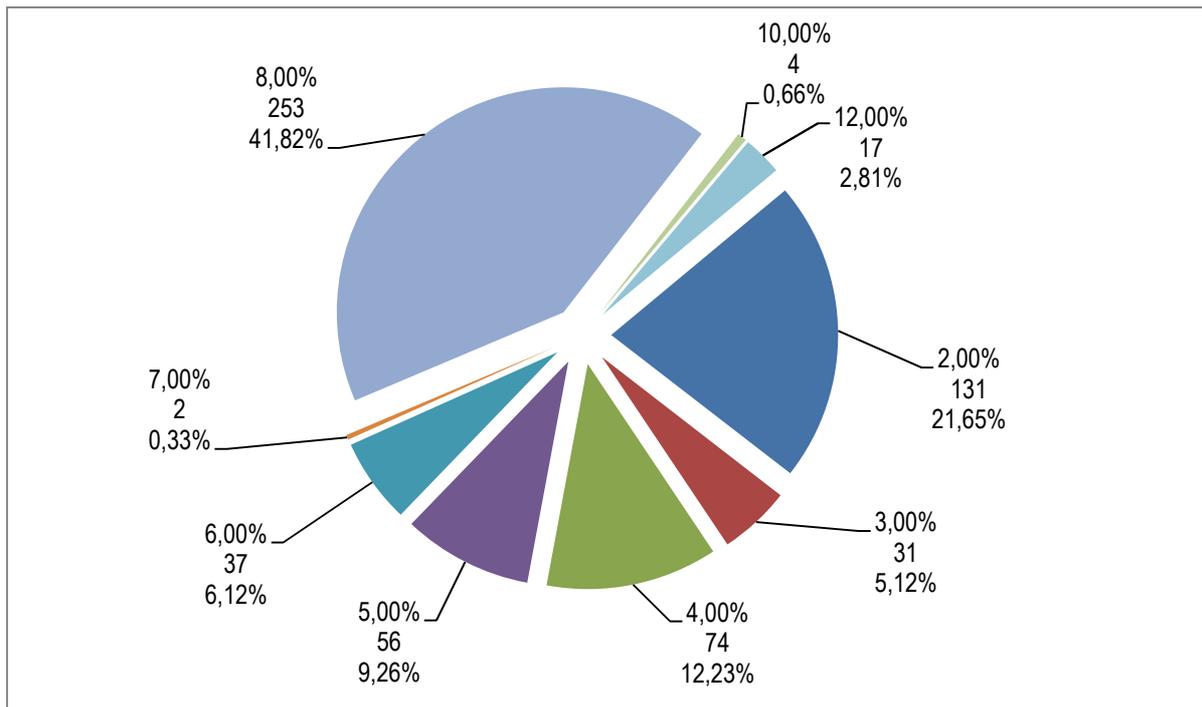
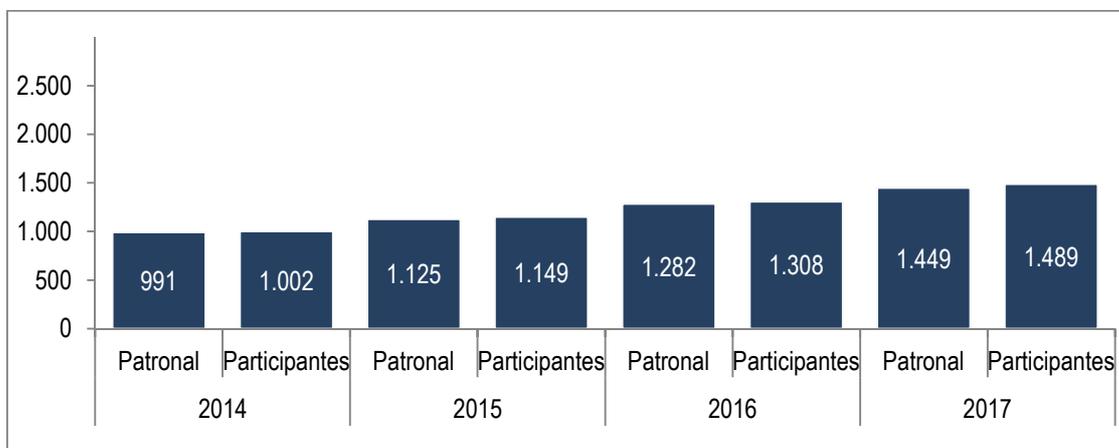


GRÁFICO 55. PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO – CODEPREV X PARTICIPANTES



A contribuição média dos participantes é de 5,68%.

GRÁFICO 56. CONTRIBUIÇÕES PARTICIPANTES X PATRONAIS – EM MIL REAIS

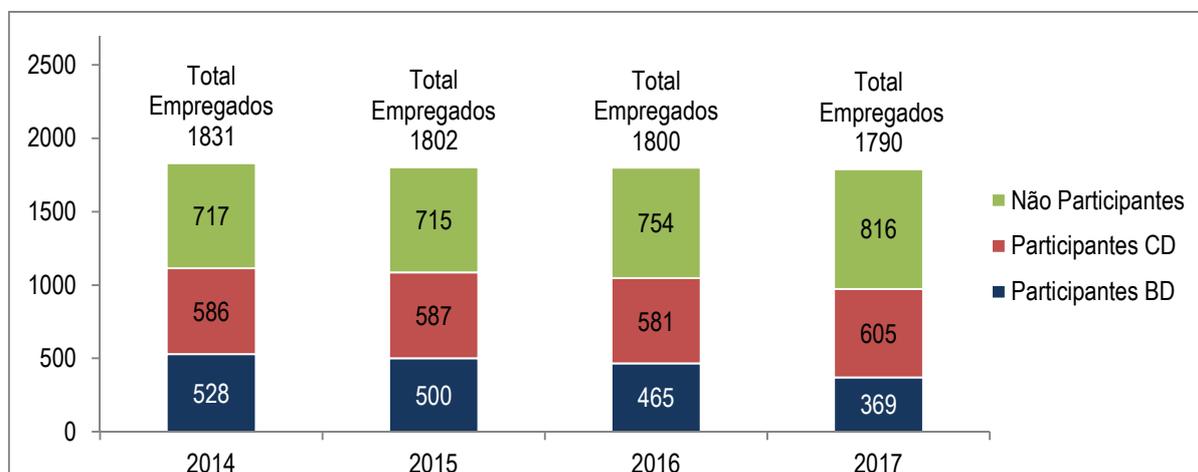


20 participantes do Codeprev contribuem com percentuais acima do limite de contribuição da patrocinadora que é de 8%.

3.1.1 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E INSTITUTOS (CODEPREV)

No 1º trimestre de 2017 houve o pagamento de R\$ 1.692,05, referente o benefício de Incapacidade para o Trabalho.

GRÁFICO 57. ADESÃO



3.2 INVESTIMENTO

A estrutura atual dos investimentos do Plano de Benefícios II - Codeprev está concentrada nos Segmentos de **Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados**, esse último somente com recursos em transito para liquidez do Plano. Assim, no encerramento do 1º Trimestre de 2017, as alocações estavam em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Seu valor total em 31.03.2017 de R\$ 41.356.591,76 contra R\$ 36.781.896,73 em 31.12.2016, registra um crescimento nominal no período de 12,44%. Os ativos encontram-se ainda muito impactado pela entrada de recursos das contribuições, dado que elas apresentam, em valores relativos sobre o total acumulado, percentual elevado, podendo ser observada no gráfico e quadro a seguir:

GRÁFICO 58. ENQUADRAMENTO POR SEGMENTO

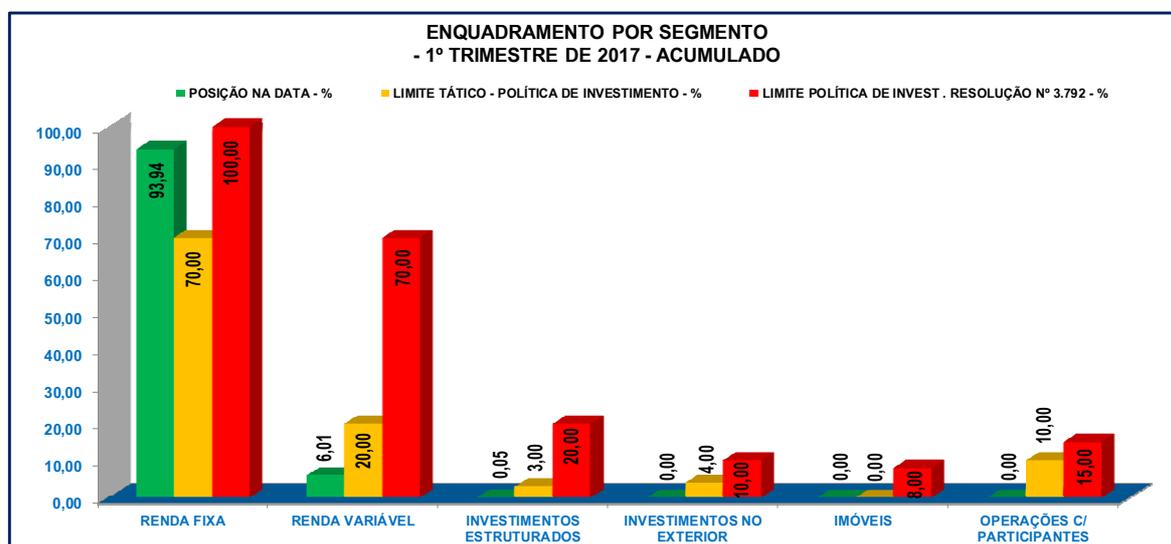


TABELA 26. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE BENEFÍCIO II/CD - CODEPREV							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		31.03.2017		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE	VALOR	% DE			
	- R\$ -	ALOCAÇÃO	- R\$ -	ALOCAÇÃO			
RENDA FIXA	35.082.575,88	95,38	38.852.309,52	93,94	70,00	100,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	1.482.246,10	4,03	2.483.853,21	6,01	20,00	70,00	20,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	217.074,75	0,59	20.429,03	0,05	3,00	20,00	1,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	10,00	10,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	36.781.896,73	100,00	41.356.591,76	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	1.253,29	↑ 12,44%	25.278,55				
(-) Exigível de Investimentos	-37.888,82		-65.837,55				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	36.745.261,20		41.316.032,76				

Comentários:

As inversões dos recursos conforme tabela acima correspondem às decisões estratégicas e táticas de investimentos. O objetivo da gestão é alcançar rentabilidade compatível com a “**Taxa Indicativa do Plano**” (INPC+3,50%), premissa veiculada no simulador de adesão, considerada como objetivo primário da gestão cotejada na tabela. No entanto, a SÃO FRANCISCO visa obter rentabilidade maior, tendo como referência, aquela indicada na Política de Investimento, que é INPC + 5,26% a.a.

TABELA 27. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE		LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																S/CDI e IBrX-50	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	38.852.309,52	100,00%	93,94%	100%	100%	100%	9,41		1,38%	2,04%	1,49%	4,99%	4,99%	15,50%	1,97%	2,70%	3,13%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	38.852.309,52	100,00%	93,94%	100,00%	100,00%	100,00%	9,41		1,38%	2,04%	1,49%	4,99%	4,99%	15,50%	1,97%	2,70%	3,13%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-B	36.465.241,19	93,86%	88,17%	-	-	-	9,71	Soberano	1,26%	1,93%	1,00%	4,25%	4,25%	14,59%	1,23%	1,96%	2,39%
	NOTAS DO TESOUREO NACIONAL - NTN-F	2.387.068,33	6,14%	5,77%				6,40		3,86%	4,12%	2,13%	10,44%	10,44%	15,82%	10,44%	8,16%	8,59%
Art. 19	RENDA VARIÁVEL	2.483.853,21	100,00%	6,01%	0%	20%	15%			3,85%	1,77%	-1,42%	4,19%	4,19%	2,57%	-3,60%	1,90%	2,33%
I	Ações de Emissão de Companhias Abertas	2.483.853,21	100,00%	6,01%	0,00%	20,00%	15,00%			3,85%	1,77%	-1,42%	4,19%	4,19%	2,57%	-3,60%	1,90%	2,33%
	FUNDOS	2.483.853,21	100,00%	6,01%	0,00%	20,00%	15,00%			3,85%	1,77%	-1,42%	4,19%	4,19%	2,57%	-3,60%	1,90%	2,33%
	SAGA SF FIA	1.550.255,65	62,41%	3,75%	-	-	-	-		3,85%	1,77%	-1,04%	4,59%	4,59%	2,97%	-3,19%	2,30%	2,73%
	MAPFRE SF FIA	933.597,56	37,59%	2,26%	-	-	-	-		-	-	-1,73%	-1,73%	-1,73%	-1,73%	0,43%	-2,48%	-2,34%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20.429,03	100,00%	0,05%	0%	20%	20%	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,70%	0,03%	0,76%	1,19%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	20.429,03	100,00%	0,05%	0,00%	10,00%	10,00%	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,70%	0,03%	0,76%	1,19%
	SAGA SNAKE FIM	20.429,03	100,00%	0,05%				-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,70%	0,03%	0,76%	1,19%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		41.356.591,76		100,00%				9,41		1,48%	2,03%	1,38%	4,97%	4,97%	15,15%	1,95%	2,68%	3,11%

3.2.1 Rentabilidade

A rentabilidade nominal no 1º trimestre de 2017 foi de 4,97% contra 2,03% registrada no 4º trimestre de 2016, descontada a Taxa Indicativa acumulada no período (INPC+3,50% a.a.) de 1,86% – o desempenho dos investimentos ficou acima da Taxa Indicativa em 3,11%.

Destaca-se por oportuno a baixa concentração de investimento no fundo multimercado, totalizando 0,05% dos ativos de investimentos, uma vez que a finalidade é tão somente dar liquidez para eventuais saídas de participantes e transito de recursos. Dessa forma é pouco relevante o desempenho obtido pelo segmento de investimentos estruturados.

GRÁFICO 59. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

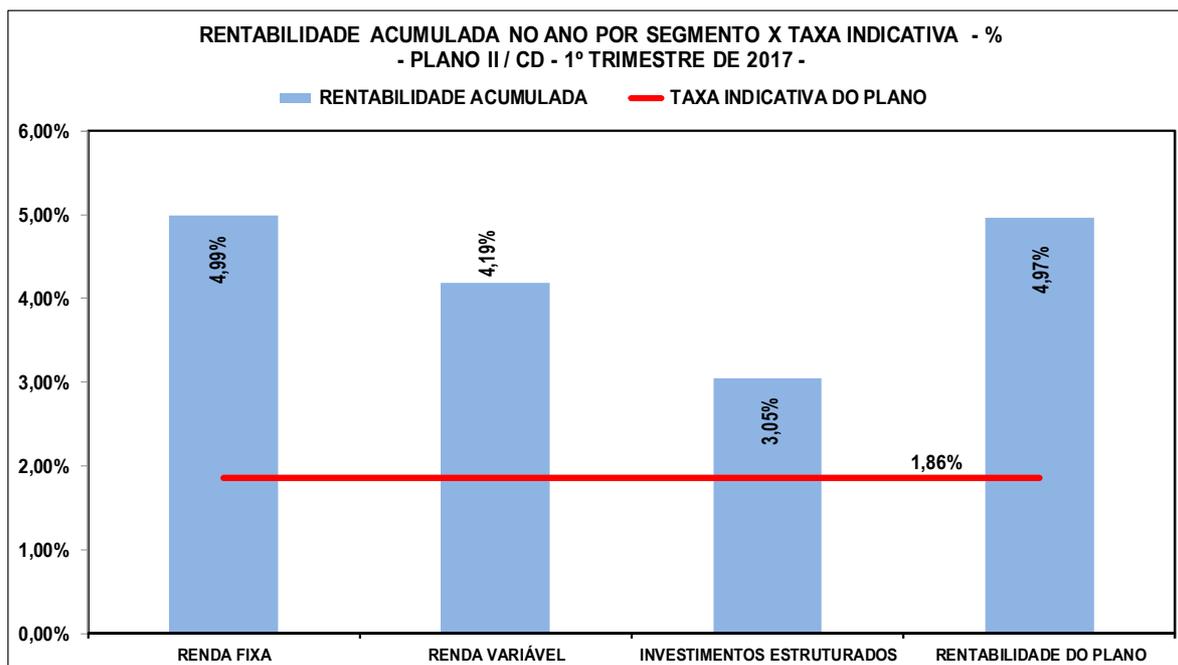


TABELA 28. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO II/CD - CODEPREV - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 1º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	1,49%	4,99%	4,99%	15,50%
RENDA VARIÁVEL	(1,42%)	4,19%	4,19%	2,57%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,05%	3,05%	3,05%	13,70%
RENTABILIDADE DO PLANO	1,38%	4,97%	4,97%	15,15%
TAXA INDICATIVA DO PLANO (*)	0,61%	1,86%	1,86%	8,23%
DIVERGÊNCIA S/TAXA INDICATIVA	0,77%	3,11%	3,11%	6,92%

(*) - TAXA INDICATIVA DO PLANO : INPC + 3,50% a.a.

3.2.2 Operações Coursadas

A tabela abaixo explora os procedimentos operacionais da área financeira na gestão da carteira própria, apresentando como ocorreram as operações realizadas envolvendo a **Compra e Venda de NTN's**. As operações de arbitragem no decorrer do 1º trimestre de 2017 agregaram ganhos e, são operações táticas, dentro da manutenção da estratégia contida na Política de Investimento 2017/2021. As operações realizadas no decorrer do ano consistiram em dar continuidade concentração em investimentos de papéis mais curtos e de médio prazo, face às taxas de juros para vencimentos de longo prazo não apresentarem prêmios em relação às primeiras.

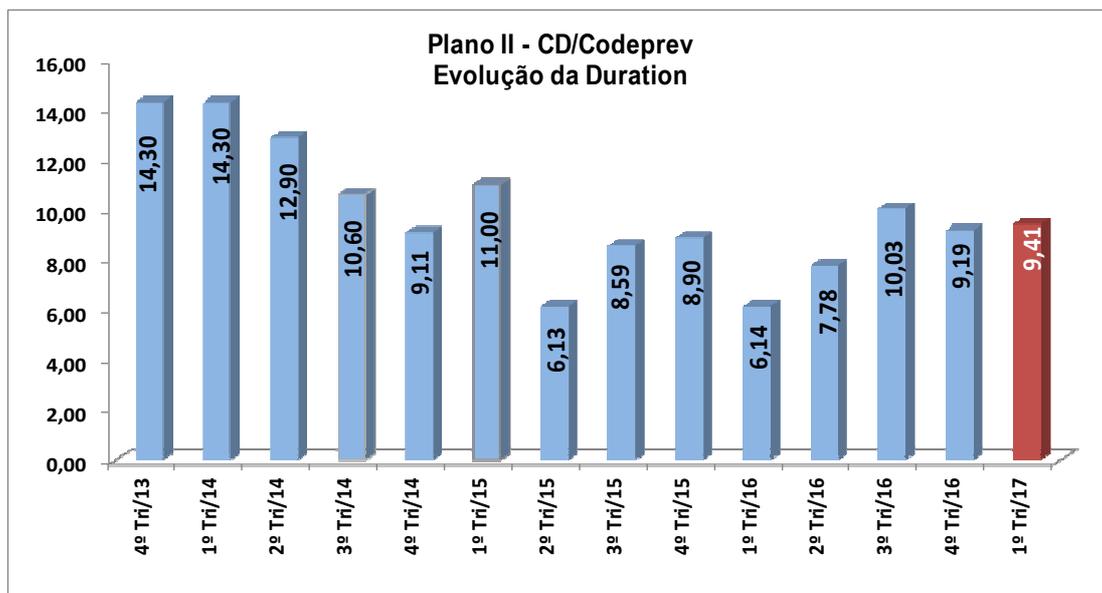
Cumprindo legislação vigente, a Resolução CGPC nº 21 de 25/09/2007, apresenta-se abaixo o quadro das Operações Coursadas em Títulos Públicos Federais - NTN/B no decorrer do 1º Trimestre de 2017, as quais se antecipam, tiveram suas taxas de aquisição respeitando o intervalo indicativo contido no relatório disponibilizado pela ANBIMA - “Mercado Secundário de Títulos Públicos”.

TABELA 29. OPERAÇÕES CURSADAS EM 2017

OPERAÇÕES CURSADAS - TÍTULOS PÚBLICOS - EXERCÍCIO DE 2017						
PLANO II - CD / CODEPREV						
VENDAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2050	5,3854	5,7503	6,0713	5,8000	489.535,96
15/03/2017	NTN-B 2019	4,7038	5,0846	5,5199	5,2200	1.666.732,69
TOTAL.....						2.156.268,65
COMPRAS						
Data	Título	Tx. Mínima	Tx. Indicativa	Tx. Máxima	Tx. Operação	Volume - R\$ -
05/01/2017	NTN-B 2026	5,4611	5,7985	6,1598	5,7100	1.751.600,03
02/02/2017	NTN-B 2022	5,4881	5,8300	6,1814	5,7200	958.215,15
16/02/2017	NTN-F 2027	9,6926	10,4376	10,9469	10,2000	540.979,00
15/03/2017	NTN-B 2026	5,0118	5,3255	5,6828	5,3300	1.666.797,49
TOTAL.....						4.917.591,67

3.2.3 Duration

GRÁFICO 60. EVOLUÇÃO DA DURATION



A evolução da “Duration” do Plano II/CD-Codeprev no encerramento do 1º trimestre de 2017 alcançou 9,41 anos contra 6,14 anos no mesmo período de 2016. O aumento observado deve-se a realização de operações de arbitragem entre os vencimentos curtos e longos, além de compra líquida dos vencimentos longos.

3.2.4 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 30. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO – RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	410.003,45	363.206,84	112,88%	1.673.385,87	1.310.687,20	127,67%	1.673.385,87	4.728.609,12	35,39%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	410.003,45	363.206,84	112,88%	1.673.385,87	1.310.687,20	127,67%	1.673.385,87	4.728.609,12	35,39%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	410.003,45	363.206,84	112,88%	1.673.385,87	1.310.687,20	127,67%	1.673.385,87	4.728.609,12	35,39%
RENDA VARIÁVEL	-32.631,53	20.817,89	É DESPESA	51.607,11	56.380,87	91,53%	51.607,11	234.107,67	22,04%
AÇÕES DE EMISSÃO DE COMPANHIAS ABERTAS	-32.631,53	20.817,89	É DESPESA	51.607,11	56.380,87	91,53%	51.607,11	234.107,67	22,04%
FUNDOS DE AÇÕES	-32.631,53	20.817,89	É DESPESA	51.607,11	56.380,87	91,53%	51.607,11	234.107,67	22,04%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	506,79	22.728,24	2,23%	2.354,28	33.393,21	7,05%	2.354,28	701.611,79	0,34%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	506,79	22.728,24	2,23%	2.354,28	33.393,21	7,05%	2.354,28	701.611,79	0,34%
COBERTURA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-65.837,55	-96.756,34	68,04%	-152.591,77	-269.306,68	56,66%	-152.591,77	-1.024.143,57	14,90%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	312.041,16	309.996,63	100,66%	1.574.755,49	1.131.154,60	139,22%	1.574.755,49	4.640.185,01	33,94%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em Valor Orçado aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como Valor Realizado. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 1º trimestre de 2017 fechou com Valor realizado de R\$ 1.574.755,49 contra o Valor Orçado de R\$ 1.131.154,60, maior em 139,22%. Contribuiu para este resultado final, a queda dos juros dos Títulos Públicos Federais que compõem o portfólio de Renda Fixa, fundamentalmente a queda dos juros das NTN-B's, precificadas a "Mercado", responsáveis por gerarem R\$ 1,673 milhões de receita quando o esperado era de R\$ 1,310 milhões, logo, variação de 127,67% acima do projetado. O custeio administrativo dos investimentos atingiu R\$ 152 mil contra a expectativa orçamentária de R\$ 269 mil, o que é auspicioso, dado ser o custeio um gasto do investimento, contribuindo por isso mesmo com maior ganho aos cotistas (participantes do plano). No geral o valor realizado deveria estar próximo de 25% do previsto para todo o ano, entretanto, o resultado é de 33,94%, ou seja, o ganho está superior ao projetado em 8,94%.

3.3 CONTÁBIL
QUADRO 6. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Março/2017	Período Março/2016	PASSIVO	Período Março/2017	Período Março/2016
DISPONÍVEL	25.278,55	18.842,05	EXIGÍVEL OPERACIONAL	94.239,16	79.847,62
REALIZÁVEL	42.303.318,52	26.598.586,84	Gestão Previdencial	28.401,61	24.076,53
Gestão Previdencial	946.726,76	802.545,28	Investimentos	65.837,55	55.771,09
Investimentos	41.356.591,76	25.796.041,56	PATRIMÔNIO SOCIAL	42.234.357,91	26.537.581,27
Títulos Públicos	38.852.309,52	25.795.574,19	Patrimônio de Cobertura do Plano	38.335.783,13	23.966.369,68
Fundos de Investimento	2.504.282,24	467,37	Provisões Matemáticas	38.335.783,13	23.966.369,68
			Benefícios Concedidos	37.383,56	-
			Benefícios a Conceder	38.298.399,57	23.966.369,68
			Fundos	3.898.574,78	2.571.211,59
			Fundos Previdenciais	3.898.574,78	2.571.211,59
TOTAL DO ATIVO	42.328.597,07	26.617.428,89	TOTAL DO PASSIVO	42.328.597,07	26.617.428,89

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

No ativo podemos destacar os investimentos em Títulos Públicos, o valor investido das contribuições teve um crescimento de 50%, outro fato que também chama a atenção é o aumento dos investimentos em créditos privados que ficou em 535.724%, fato gerado devido ao investimento em ações.

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 18%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

Já no patrimônio social o aumento de 59% acompanha o percentual de elevação do acumulo de recursos para pagamentos de benefícios.

QUADRO 7. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	37.812.013,24	22.374.861,23	68,99
1. Adições	4.512.183,38	4.240.495,64	6,41
(+) Contribuições	2.937.427,89	2.590.466,58	13,39
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.574.755,49	1.650.029,06	(4,56)
2. Destinações	(89.838,71)	(77.775,60)	15,51
(-) Benefícios	(1.692,05)	(12,13)	13.849,30
(-) Custeio Administrativo	(88.146,66)	(77.763,47)	13,35
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.422.344,67	4.162.720,04	6,24
(+/-) Provisões Matemáticas	4.047.725,50	3.764.432,45	7,53
(+/-) Fundos Previdenciais	374.619,17	398.287,59	(5,94)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	42.234.357,91	26.537.581,27	59,15

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido apresenta o fluxo financeiro das Adições e Destinações e Acréscimos/Decréscimo no Ativo Líquido. É um importante demonstrativo, uma vez que permite entender os efeitos das movimentações de recursos, identificando de onde vieram e a que foram destinados.

No demonstrativo acima o resultado positivo líquido dos investimentos variou negativamente 4%.

Nas destinações o acréscimo de 13.849% advém do início do pagamento de benefícios do plano.

QUADRO 8. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
1. Ativos	42.328.597,07	26.617.428,89	59,03
Disponível	25.278,55	18.842,05	34,16
Recebível	946.726,76	802.545,28	17,97
Investimento	41.356.591,76	25.796.041,56	60,32
Títulos Públicos	38.852.309,52	25.795.574,19	50,62
Fundos de Investimento	2.504.282,24	467,37	535.724,34
2. Obrigações	94.239,16	79.847,62	18,02
Operacional	94.239,16	79.847,62	18,02
5. Ativo Líquido (1-2)	42.234.357,91	26.537.581,27	59,15
Provisões Matemáticas	38.335.783,13	23.966.369,68	59,96
Fundos Previdenciais	3.898.574,78	2.571.211,59	51,62

▪ Ativos
Recebível:

Constituída por provisões de contribuições a receber:

- a) Patrocinador – R\$ 467 mil;
- b) Participantes – R\$ 478 mil.

As provisões citadas acima foram constituídas no mês de março/2017 para serem liquidadas no mês de abril/2017, as quais respeitam o regime de competência.

Gestão de Investimentos:

Do quadro acima, destaca-se em relação ao total do Programa de Investimentos, os Títulos Públicos Federais - NTN/B, representando 93% dos investimentos do plano.

▪ Obrigações e Ativo líquido

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 18%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

Já no patrimônio social o aumento de 59% acompanha o percentual de elevação do acúmulo de recursos para pagamentos de benefícios.

QUADRO 9. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3)	42.328.597,07	26.617.428,89	59,03
1. Provisões Matemáticas	38.335.783,13	23.966.369,68	59,96
1.1. Benefício Concedidos	37.383,56	-	-
Contribuição Definida	37.383,56	-	-
Saldo de Contas dos Assistidos	37.383,56	-	-
1.2. Benefício a Conceder	38.298.399,57	23.966.369,68	59,80
Contribuição Definida	38.298.399,57	23.966.369,68	59,80
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	18.943.555,08	11.832.736,81	60,09
Saldo de Contas - parcela participantes	19.354.844,49	12.133.632,87	59,51
2. Fundos	3.898.574,78	2.571.211,59	51,62
2.1. Fundos Previdenciais	3.898.574,78	2.571.211,59	51,62
3. Exigível Operacional	94.239,16	79.847,62	18,02
3.1. Gestão Previdencial	28.401,61	24.076,53	17,96
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	65.837,55	55.771,09	18,05

Instrumento destinado a apresentar as Provisões Matemáticas, a Reserva de Contingência, as Operações com Fundos e os Exigíveis Operacional e Contingencial.

Com o aumento das contribuições, o volume de benefícios a conceder elevou-se em 59%, junto com os fundos coletivo de risco e não comprometido que subiram 51%.

Nas obrigações o exigível operacional teve um aumento de 18%, fato motivado principalmente pela mudança no percentual de custeio dos investimentos do plano.

QUADRO 10. APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CODEPREV			
DEFINIÇÃO	mar/17	mar/16	%
A) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.523.955,61	2.172.924,00	62%
1- CONTRIBUIÇÕES	R\$ 2.849.281,23	R\$ 2.512.703,11	13%
(+) Patrocinadores	R\$ 1.448.531,90	R\$ 1.282.218,72	13%
(+) Participantes Ativos	R\$ 1.486.580,89	R\$ 1.307.025,44	14%
(+) Autopatrocinados	R\$ 2.315,10	R\$ 1.222,42	89%
(-) Custeio	-R\$ 88.146,66	-R\$ 77.763,47	13%
2- DESTINAÇÕES	-R\$ 1.692,05	-R\$ 12,13	13849%
(-) Benefícios	-R\$ 1.692,05	-R\$ 12,13	13849%
2- INVESTIMENTOS	R\$ 1.574.755,49	R\$ 1.650.029,06	-5%
(+) Renda Fixa	R\$ 1.673.385,87	R\$ 1.761.706,81	-5%
(+) Renda Variável	R\$ 53.961,39	R\$ 2.697,77	1900%
(-) Custeio	-R\$ 152.591,77	-R\$ 114.375,52	33%
3- FORMAÇÕES DE RESERVAS	R\$ 4.047.725,50	R\$ 3.764.432,45	8%
(+) Benefícios a Conceder	R\$ 4.047.527,50	R\$ 3.764.432,45	8%
(+) Benefícios Concedidos	R\$ 198,00	R\$ -	100%
B) CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO FUNDOS (1+2-3)	374.619,17	398.287,59	-6%
C) RESULTADO ACUMULADO EXERCÍCIO ATUAL (A+B)	3.898.574,78	2.571.211,59	52%

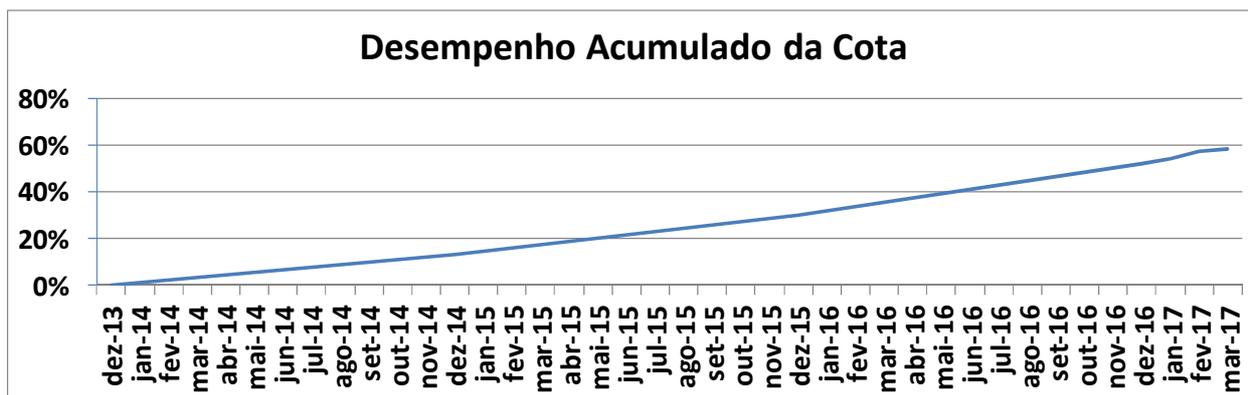
Instrumento destinado a apresentar de maneira clara a apuração do resultado do exercício de forma estática, acima destacamos que a letra A, refere-se ao resultado registrado em dezembro do ano anterior, os números de 1 a 3 demonstram o saldo das contas nos planos e na letra C, o resultado acumulado até o mês atual.

No quadro acima destaca-se na letra A o aumento da constituição do ano de 2016 em 62%, nos Investimentos houve decréscimo do seguimento de Renda Fixa em 5% e o aumento do seguimento de Renda Variável em 1.900%.

TABELA 31. EVOLUÇÃO DA COTA

EVOLUÇÃO DA COTA			
MÊS	VALOR	VARIAÇÃO % MENSAL	VARIAÇÃO % ACUMULADA
dez/13	1,01	1,12	0,00%
dez/14	1,14	-2,14	13,05%
dez/15	1,32	1,48	30,11%
dez/16	1,54	1,11	52,12%
jan/17	1,56	1,37	54,21%
fev/17	1,59	1,86	57,08%
mar/17	1,60	0,76	58,28%

GRÁFICO 61. DESEMPENHO ACUMULADO DA COTA



A cota no período de dezembro de 2013 a março de 2017 apresentou uma variação positiva de 58,28%, esse indicador reflete uma estratégia acertada nos ativos adquiridos.

4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

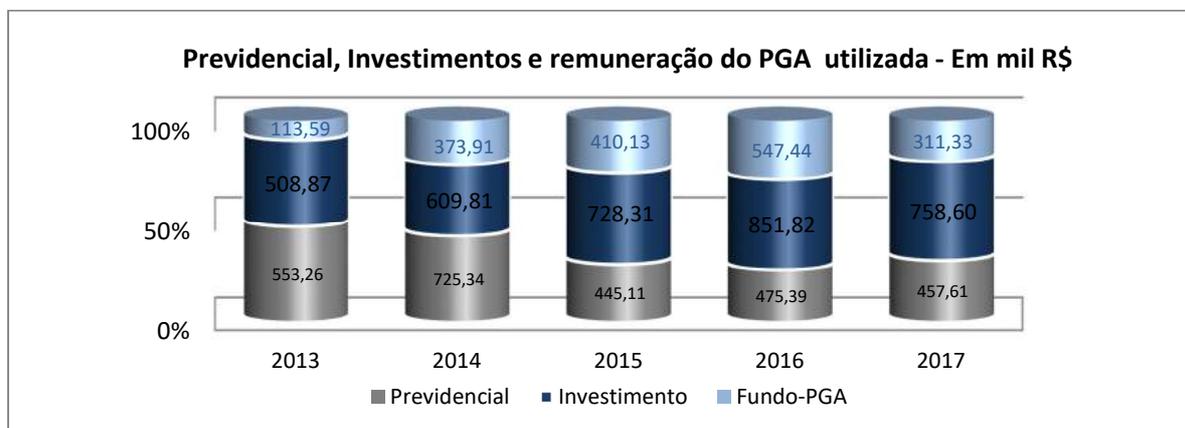
4.1 ADMINISTRAÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA da São Francisco tem por finalidade a gestão de planos de benefícios previdenciais, com a prestação de serviços na gestão administrativa previdencial e administrativa de investimento.

GRÁFICO 62. RECURSOS RECEBIDOS



GRÁFICO 63. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DAS RECEITAS



As receitas do PGA são compostas exclusivamente por recursos procedentes das fontes definidas em seu Regulamento: taxas de carregamento incidente sobre as contribuições aos Planos I e II, conforme definidas nos respectivos Planos de Custeio; reembolso das despesas com a gestão dos investimentos; taxa de administração de Empréstimos a Participantes e remuneração dos recursos do próprio PGA.

As despesas com a gestão administrativa dos investimentos, objeto de reembolsos ao PGA pelos planos, encontram-se registradas na conta contábil 4.2.2. A sua formação advém da sistemática de rateio dos gastos administrativos apropriados conforme definido na Diretriz Orçamentária, com base no funcionograma da entidade, entre gestão administrativa previdencial e a gestão administrativa de investimentos.

A remuneração do Fundo Administrativo é proveniente dos recursos investidos pelo próprio PGA que estão contabilizados no seu realizável. Até o momento, os recursos nele existente foram constituídos integralmente pelo Plano I, tendo em vista que o Plano II encontra-se em fase inicial de acumulação de reservas e não há sobras para a formação de fundo específico.

GRÁFICO 64. DESPESAS REALIZADAS

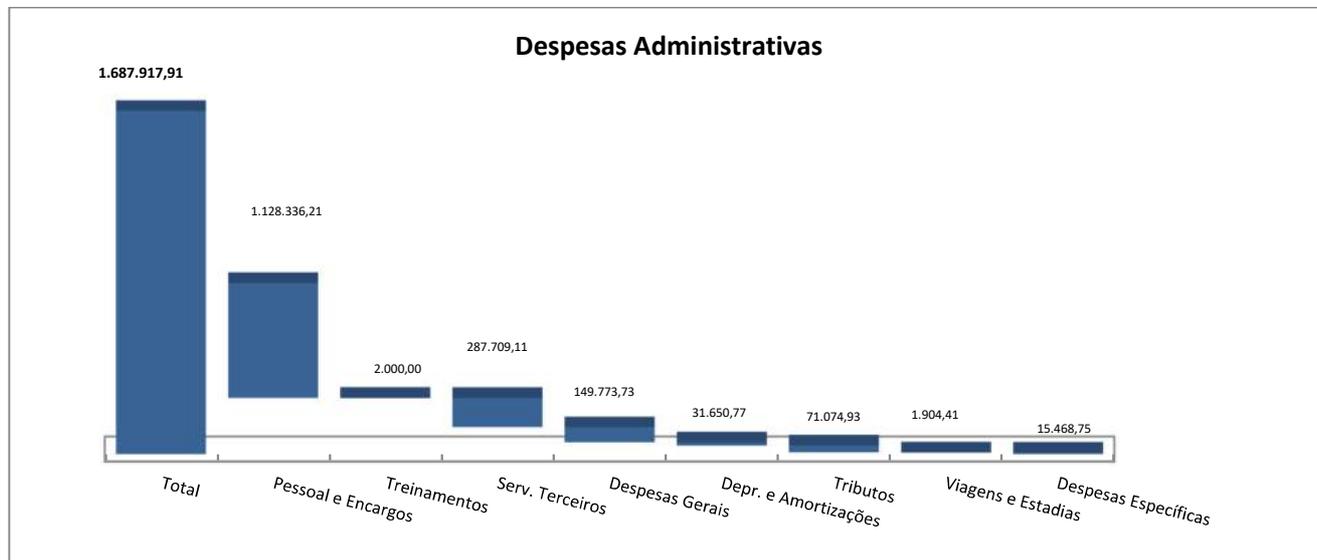
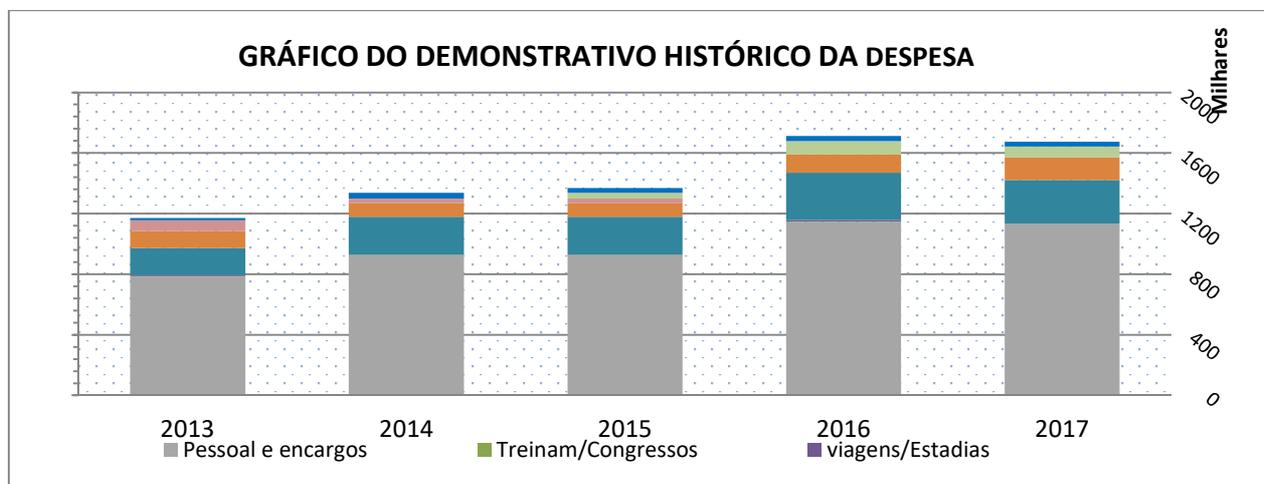


GRÁFICO 65. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO DA DESPESA



QUADRO 11. ACOMPANHAMENTO DO CUSTEIO

DESCRIÇÃO	ADM PREVIDENCIAL	%	ADM INVESTIMENTOS	%	RESULTADO APLICAÇÃO	%	TOTAL	%
Receita	464.562,06	30,27	758.601,47	49,44	311.329,29	20,29	1.534.492,82	100
Despesa	929.316,44	55,06	758.601,47	44,94			1.687.917,91	100
Diferença	-464.754,38	(27,53)	0,00	(0,00)	311.329,29		-153.425,09	(10,00)

A soma da receita arrecadada mais os rendimentos obtidos nas aplicações financeiras não cobriram todos os gastos, sendo, portanto, obrigatório a reversão de parte do fundo visando a cobertura total das despesas.

As intercorrências no mercado financeiro resultaram no baixo rendimento das aplicações do PGA e refletiram-se na relação receita X despesa, e assim fechando o período com as despesas em valores maiores que as receitas em 10%. Comparando-se com o mesmo período do exercício anterior, os resultados líquidos dos investimentos do trimestre são inferiores aqueles em 52,70%.

O IDG II – Indicadores de Desempenho de Gestão

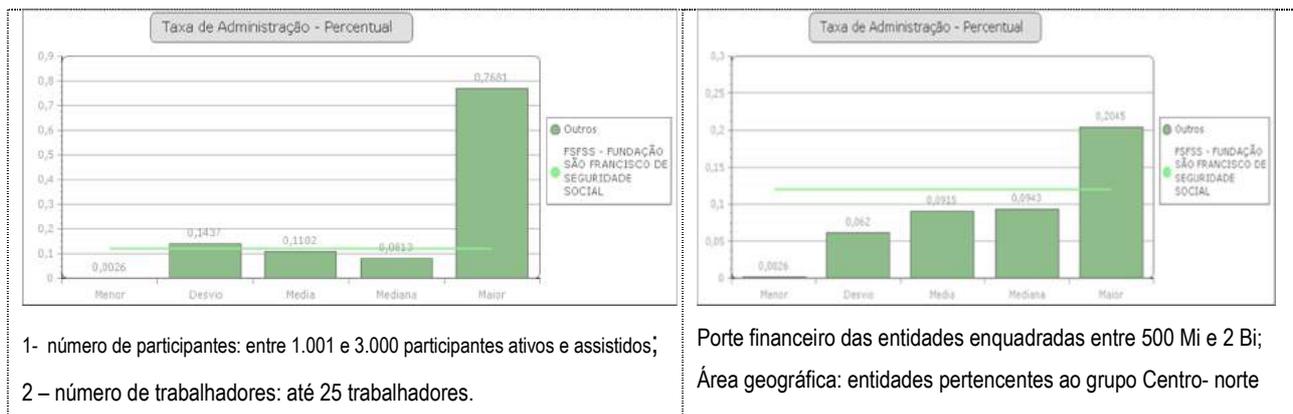
Apresenta-se os resultados coletados do IDG II para a mitigação do desempenho da São Francisco por indicadores, com confronto dos mesmos com aqueles gerados pelas demais entidades do segmento de previdência complementar fechada.

O IDG é composto de ferramenta que viabiliza a apuração e a comparação com a indústria, por concepção da Abrapp, se constitui em importante instrumento de comparação permitindo a análise de cada entidade frente as suas congêneres, utilizando-se de algumas técnicas estatísticas. Os dados em sua maioria são provenientes de alimentação via arquivos contábeis no padrão estabelecido pela PREVIC.

Os resultados coletados entre as entidades filiadas a Abrapp no ano de 2017, só foram concluídos no mês de maio, e disponibilizados somente no início de junho, relativamente ao encerramento do terceiro trimestre.

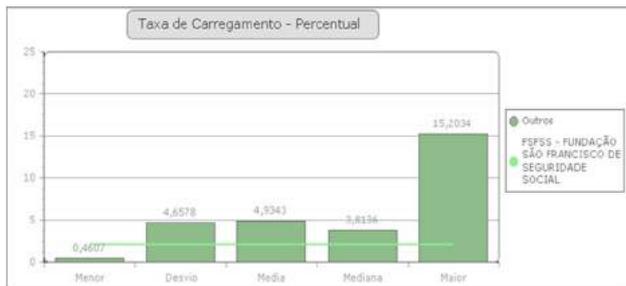
Para evidenciar a posição da Fundação entre as demais entidades do sistema, pede-se ao leitor que atente aos filtros aplicados a cada indicador, dessa forma, por exemplo, a taxa de administração foi obtida comparando-se somente as entidades que possuíssem número de participantes entre 1001 e 3000, mais, que o número de colaboradores se situasse em até 25 membros. Os filtros estão destacados no rodapé de cada gráfico. Como última informação, os gráficos não permitem a manipulação por parte dos usuários do IDG, sendo a expressão fiel do que foi gerado diretamente pela ferramenta.

GRÁFICO 66. INDICADORES DE TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO

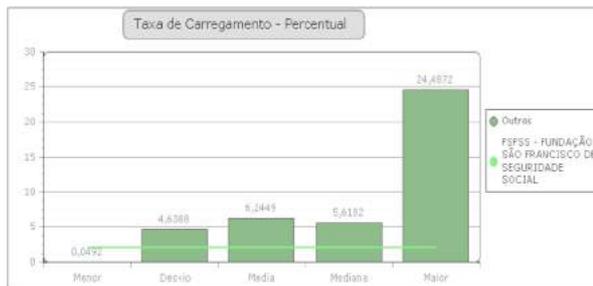


No gráfico da esquerda, a despesa da São Francisco se situou na média entre as entidades selecionadas pelo filtro exposto no próprio gráfico. Utilizando-se a mesma ideia, porém, aplicando-se outro filtro, o resultado é um pouco acima da média, no entanto, esse resultado é pouco expressivo, haja vista que a amostra pelo seu tamanho (10 entidades) é pouco representativa do universo.

GRÁFICO 67. TAXA DE CARREGAMENTO



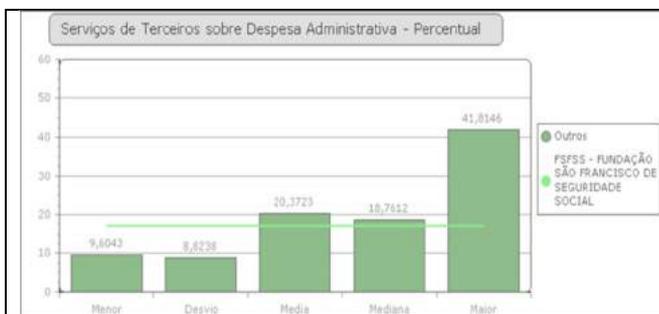
1 - Porte financeiro das entidades enquadradas entre 500 Mi e 2 Bi;
2 - Por Área geográfica: entidades pertencentes ao grupo Centro-norte(AL,BA,CE,PB,RN E SE).



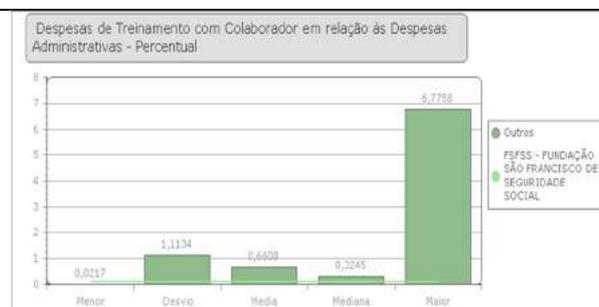
1 - numero de participantes: entre 1.001 e 3.000 participantes ativos e assistidos; 2 - Quantidade de empregados(Força de trabalho): até 25 trabalhadores.

A São Francisco, independente do filtro aplicado, se apresenta bem abaixo da média de suas congêneres, ou seja, a entidade é a que menor impacto gera, quando da incidência de sobrecarga administrativa, sobre as contribuições dos participantes.

GRÁFICO 68. OUTROS INDICADORES



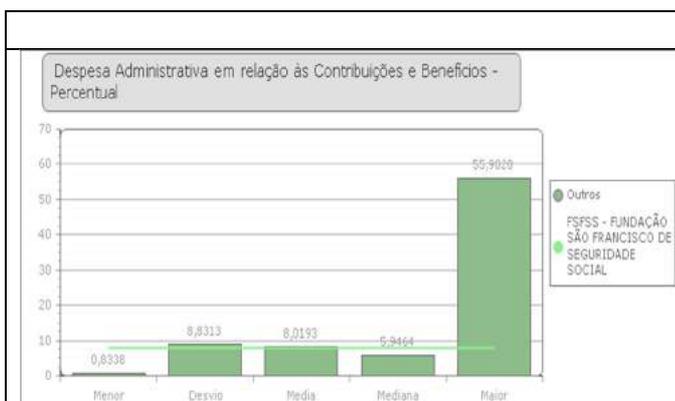
1 - Porte financeiro das entidades enquadradas entre 500 Mi e 2 Bi;
2 - Por Área geográfica: entidades pertencentes ao grupo Centro-norte(AL,BA,CE,PB,RN E SE).



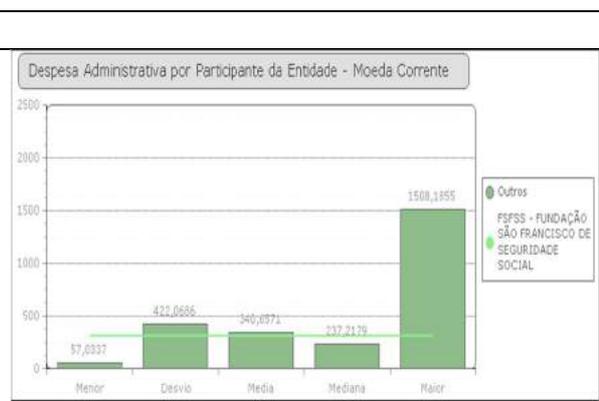
1 - Porte financeiro das entidades enquadradas entre 500 Mi e 2 Bi;

A despesa com serviços de terceiros ficou abaixo da média e abaixo da mediana. Uma boa posição entre as entidades que menos gastaram nessa item.

Despesas com treinamento foi a que menos recursos usou em relação ao mercado.

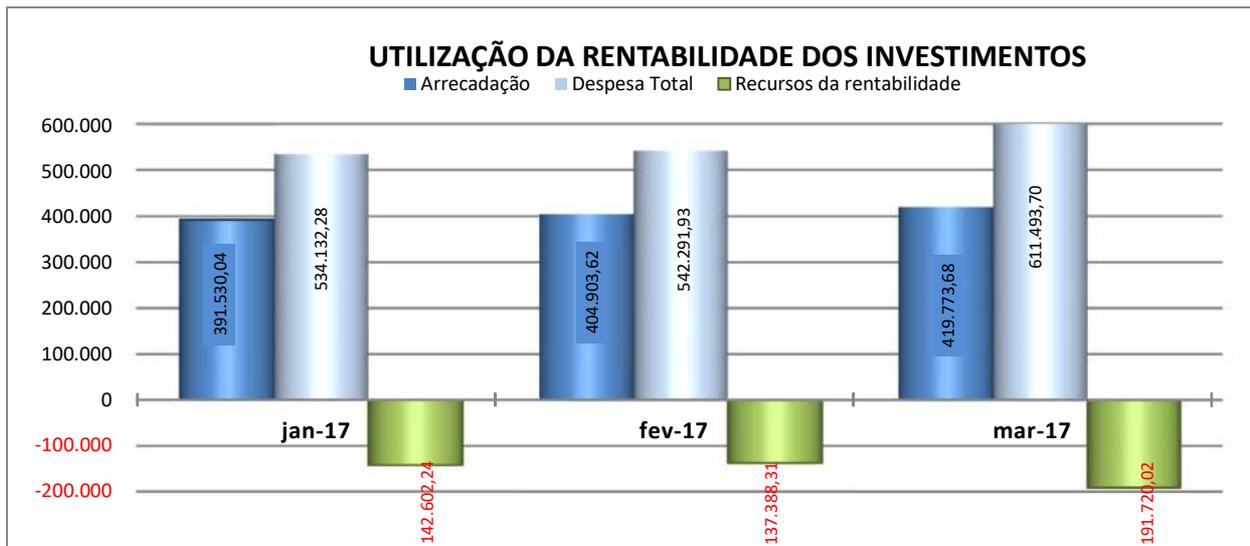


1 - Porte financeiro das entidades enquadradas entre 500 Mi e 2 Bi;
2 - Por Área geográfica: entidades pertencentes ao grupo Centro-norte(AL,BA,CE,PB,RN E SE).



1 - Quantidade de empregados(Força de trabalho): até 25 trabalhadores
2 - Por Área geográfica: entidades pertencentes ao grupo Centro-norte(AL,BA,CE,PB,RN E SE).

GRÁFICO 69. PARTICIPAÇÃO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS



Conforme demonstrado no gráfico, houve necessidade de utilização de recursos provenientes dos rendimentos das aplicações para fazer face à cobertura do total dos gastos. Esses valores estão representados pelas colunas situadas abaixo de zero.

No primeiro trimestre de 2017, o total dos gastos administrativos foi executado dentro das estimativas orçamentárias, registrando alterações relevantes em duas ocasiões, a saber;

- i) Em janeiro, as despesas com honorários advocatícios referentes a processo judicial com pagamento de sucumbência no valor de R\$ 21.287,75 e despesas de consultoria para o saldamento dos benefícios do Plano I (BD) no valor de R\$ 21.206,43, são os responsáveis pela superação das estimativas orçamentárias em R\$ 15.925,23. Contudo, como se trata de ocorrências episódicas, não deverão trazer grande impacto ao final do exercício.

QUADRO 12. CUSTEIO – BASE DE CÁLCULO E LIMITES LEGAIS

DADOS DOS PLANOS PARA O CUSTEIO ADMINISTRATIVO		LIMITE DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO (RES/CGPC 29/2009)	VALOR LIMITE
Soma das contribuições e dos benefícios	R\$ 22.718.943	9%	R\$ 2.044.704,88
Montante dos recursos garantidores	R\$ 656.383.061	1%	R\$ 6.563.830,61
TRANSFERÊNCIA P/O CUSTEIO 1º SEMESTRE			
Valor transferido para o custeio administrativo p/fins de controle do limite	1.216.207,34	5,35	
(Soma das receitas previdenciais e de investimentos)		0,19	

O limite para o custeio administrativo, previsto na Resolução CGPC/Nº 29/2009, corresponde a 9% do somatório das despesas e receitas previdenciárias (taxa de carregamento) ou 1% do ativo total (taxa de administração). Assim, no primeiro trimestre de 2017, como demonstrado no quadro acima, o custeio atendeu a ambos os limites, sendo que, no entanto, esses limites devem ser avaliados no encerramento do exercício. Essa avaliação trimestral é efetuada apenas para fins de acompanhamento da sua evolução de forma que a Entidade possa adotar ações preventivas, se for o caso.

QUADRO 13. ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO

DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESAS	ORÇADO		REALIZADO		DIREFERENÇA	
	(R\$)	%	(R\$)	%	(R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	1.178.777,03	67,58	1.128.336,21	66,85	50.440,82	4,47
DIRIGENTES	363.487,65	20,84	308.785,29	18,29	54.702,36	17,72
PESSOAL PRÓPRIO	815.289,38	46,74	819.550,92	48,55	(4.261,54)	-0,52
TREINAMENTOS/CONGRESSOS	7.908,72	0,45	2.000,00	0,12	5.908,72	295,44
VIAGENS E ESTADIAS	15.226,32	0,87	1.904,41	0,11	13.321,91	699,53
SERVIÇOS DE TERCEIROS	280.027,02	16,05	287.709,11	17,05	(7.682,09)	-2,67
DESPESAS GERAIS	164.328,02	9,42	149.773,73	8,87	14.554,29	9,72
TAFIC - PLANO I	-	-	15.000,00	0,89	(15.000,00)	-100,00
TAFIC - PLANO II	16.218,72	0,93	468,75	0,03	15.749,97	3359,99
TRIBUTOS	82.077,30	4,71	71.074,93	4,21	11.002,37	15,48
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	27.297,39	1,56	31.650,77	1,88	(4.353,38)	-13,75
T O T A L	1.744.254,66	101	1.687.917,91	96	56.336,75	3,23

O orçamento do primeiro trimestre de 2017 foi projetado com base nos gastos incorridos até o mês de outubro de 2016, último mês fechado contabilmente antes da elaboração do orçamento.

A execução orçamentária demonstrada no quadro acima mostra que neste trimestre o total da despesa situou-se abaixo da previsão orçamentária em 3,23%. As contas orçamentárias que tiveram maior participação nesse resultado estão ilustradas no Gráfico 5-Participação Do Rendimento Dos Investimentos.

Conclui-se que a projeção orçamentária se manteve aderente à despesa, encerrando o trimestre abaixo dos valores orçados.

4.2 INVESTIMENTO

4.2.1 Enquadramento

O Plano de Gestão Administrativa - PGA objetiva a cobertura dos gastos com a administração da **Fundação São Francisco de Seguridade Social - SÃO FRANCISCO**, necessários às gestões dos Planos de Benefícios.

TABELA 32. ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO / INCISO (RESOLUÇÃO 3.792)	SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	VALORES ATUAIS INVESTIDOS CARTEIRA PRÓPRIA	VALORES RELATIVOS EM % SOBRE			LIMITES % DEFINIDOS NA POLITICA			DURATION	RATING	RENTABILIDADE								
			ALOCAÇÃO SEGMENTO	TOTAL	VALOR DA EMISSÃO	MINIMO	MÁXIMO	ALVO			jan/17	fev/17	mar/17	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES	ANO		
																	S/CDI	S/REFERÊNCIA *	S/TAXA INDICATIVA
Art. 18	RENDA FIXA	10.857.705,68	100,00%	95,05%		100%	100%	100%	15,71		0,95%	0,83%	0,92%	2,72%	2,72%	14,43%	-0,30%	0,44%	0,87%
I	Dívida Pública Mobiliária Federal	10.857.705,68	100,00%	95,05%		100,00%	100,00%	100,00%	15,71		0,95%	0,83%	0,92%	2,72%	2,72%	14,43%	-0,30%	0,44%	0,87%
	NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	10.857.705,68	100,00%	95,05%		-	-	-	15,71	Soberano	0,95%	0,83%	0,92%	2,72%	2,72%	14,43%	-0,30%	0,44%	0,87%
Art. 20	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	565.695,55	100,00%	4,95%		0%	20%	20%	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,79%	0,03%	0,76%	1,19%
IV	Fundos de Investimento Multimercado	565.695,55	100,00%	4,95%		0,00%	10,00%	10,00%	-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,79%	0,03%	0,76%	1,19%
	SAGA SNAKE FIM	565.695,55	100,00%	4,95%					-		1,10%	0,87%	1,05%	3,05%	3,05%	13,79%	0,03%	0,76%	1,19%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		11.423.401,23		100,00%					15,71		0,96%	0,83%	0,93%	2,74%	2,74%	14,51%	-0,28%	0,46%	0,89%

O Enquadramento corresponde diretamente às decisões estratégicas e táticas de investimentos, as quais objetivaram alcançar rentabilidade compatível com a “Taxa de Referência do Plano” (INPC+5,26%), assim como os riscos compatíveis com os compromissos de cobertura dos gastos administrativos. A estrutura de investimento está concentrada nos “Segmentos de Renda Fixa” e “Investimentos Estruturados”, encontrando-se no encerramento do 1º Trimestre de 2017, em conformidade com os limites da sua Política de Investimento 2017/2021, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Os Investimentos acumularam no 1º Trimestre 2017 o valor total de R\$ 11.423.401,23 contra R\$ 11.607.950,69 em dezembro de 2016, registrando uma queda no período de 1,59%.

GRÁFICO 70. ENQUADRAMENTO LEGAL

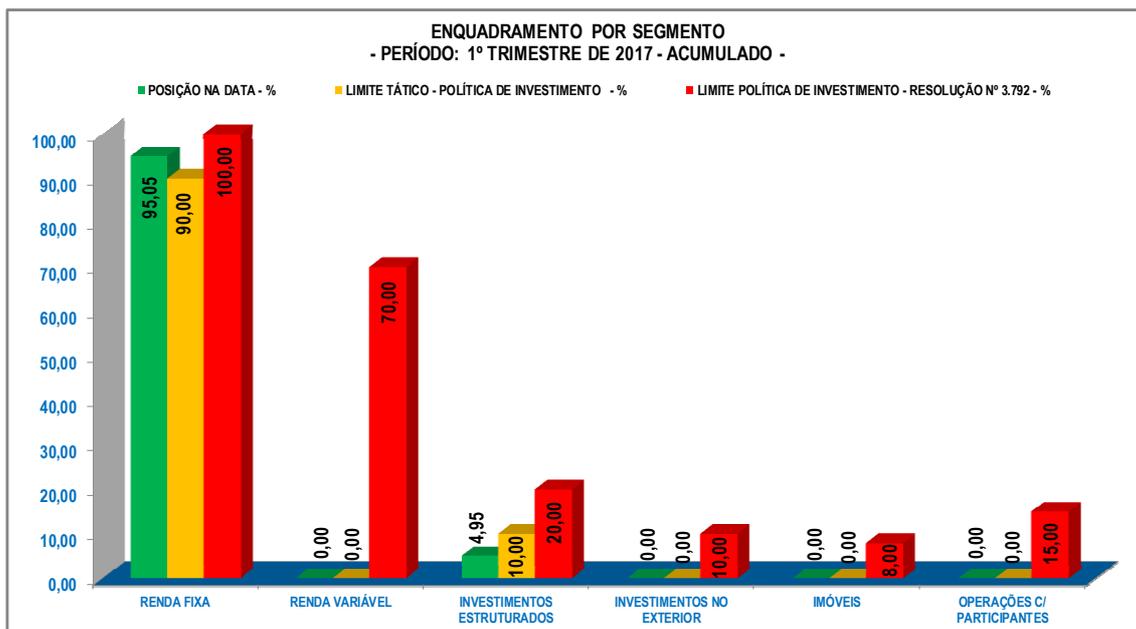


TABELA 33. ENQUADRAMENTO LEGAL

ENQUADRAMENTO ACUMULADO DOS INVESTIMENTOS - % - 2016 x 2017 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA							
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	31.12.2016		31.03.2017		LIMITES TÁTICOS NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %	LIMITE LEGAL RESOLUÇÃO Nº 3.792 - CMN MÁXIMO - %	LIMITE SUPERIOR POLÍTICA DE INVESTIMENTO MÁXIMO - %
	VALOR	% DE ALOCAÇÃO	VALOR	% DE ALOCAÇÃO			
	- R\$ -		- R\$ -				
RENTA FIXA	10.768.176,62	92,77	10.857.705,68	95,05	90,00	100,00	100,00
RENTA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70,00	0,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	839.774,07	7,23	565.695,55	4,95	10,00	20,00	10,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00
OPERAÇÕES C/ PARTICIPANTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	11.607.950,69	100,00	11.423.401,23	100,00	-	-	-
(+) Disponível - Conta 11	14.200,79	↑ -1,59%	14.038,85				
(-) Exigível de Investimentos	0,00		0,00				
ATIVOS DE INVESTIMENTOS	11.622.151,48		11.437.440,08				

Comentários:

Destaca-se por oportuno a elevada concentração no Segmento de Renda Fixa, alocado em Títulos Públicos Federais - NTN/B, com 95,05% dos ativos de investimentos e a baixa concentração no Segmento de Investimentos Estruturados, este último, com 4,95% dos ativos de investimentos alocados em Fundo Multimercado, cuja finalidade é tão somente dar liquidez para pagamento das Despesas Administrativas. Dessa forma, é desprezível o desempenho obtido por esse veículo.

4.2.2 Rentabilidade

A rentabilidade nominal do **Plano de Gestão Administrativa - PGA**, relativa ao 1º trimestre de 2017 foi de 2,74%. Descontada a **Taxa de Referência (INPC sem defasagem + 5,50% a.a.)**, que atingiu **2,29%**, o desempenho dos investimentos do Plano ficou acima da Taxa de Referência em 0,45%.

GRÁFICO 71. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

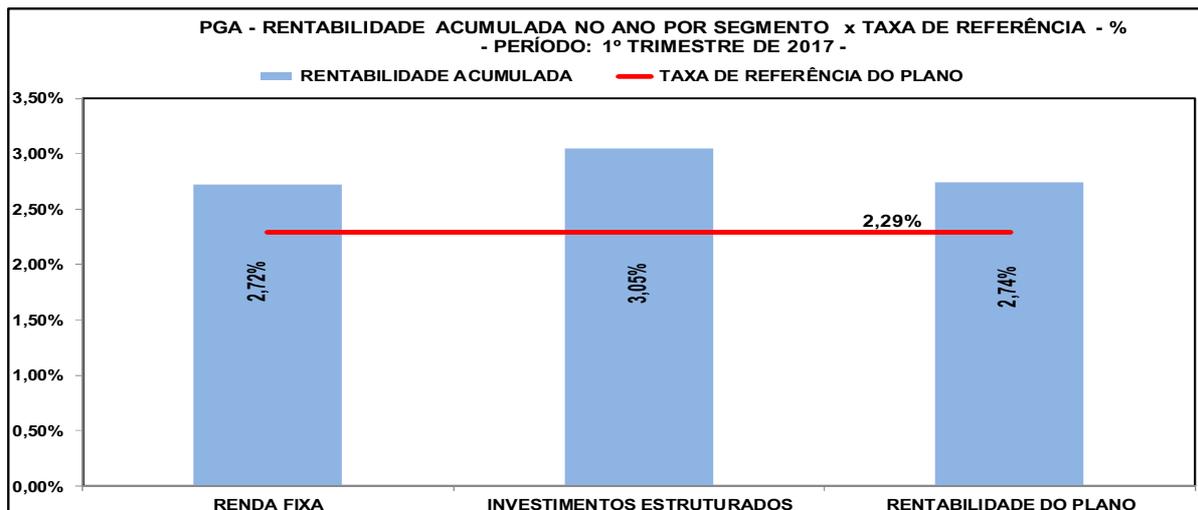


TABELA 34. RENTABILIDADE POR SEGMENTO

RENTABILIDADE DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA - ACUMULADA - % -				
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	PERÍODO: 1º TRIMESTRE 2017			
	NO MÊS	NO TRIMESTRE	NO ANO	EM 12 MESES
RENDA FIXA	0,92%	2,72%	2,72%	14,43%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1,05%	3,05%	3,05%	13,79%
RENTABILIDADE DO PLANO	0,93%	2,74%	2,74%	14,51%
TAXA DE REFERÊNCIA	0,75%	2,29%	2,29%	10,30%
DIVERGÊNCIA S/TAXA DE REFERÊNCIA	0,18%	0,45%	0,45%	4,21%

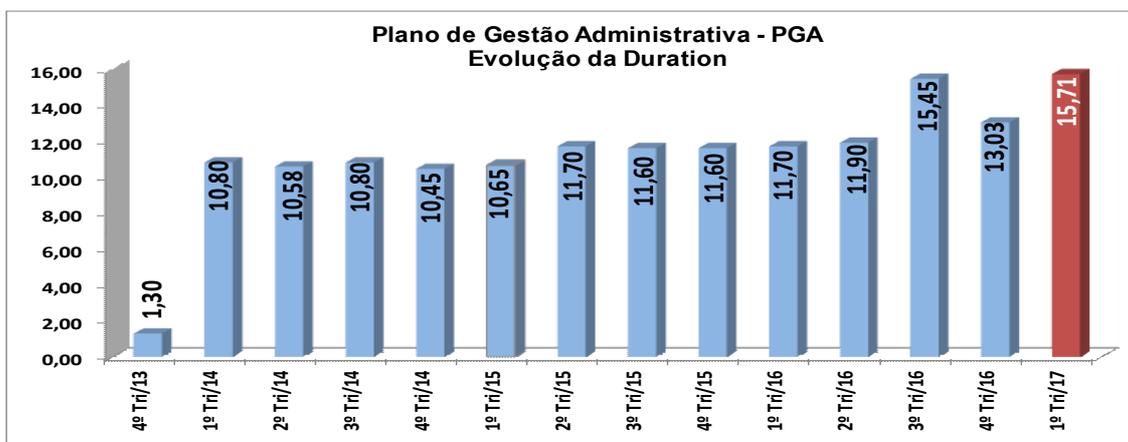
(*) - TAXA DE REFERÊNCIA : INPC + 5,26% a.a.

4.2.3 Operações Kursadas

- “Não houve no decorrer do período operações na Carteira do PGA”

4.2.4 Duration

GRÁFICO 72. EVOLUÇÃO DA DURATION



No encerramento do 1º trimestre de 2017 o “Duration” alcançou 15,71 anos contra 11,70 anos alcançados no mesmo período de 2016, aumento motivado pelo do vencimento final de títulos públicos existentes na carteira e alocação em títulos mais longos.

4.2.5 Acompanhamento Orçamentário

TABELA 35. RECEITAS DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS DOS INVESTIMENTOS	NO MÊS			ATÉ O MÊS			NO ANO		
	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%	REALIZADO	PROJETADO	%
RENDA FIXA	98.925,73	116.926,49	84,61%	291.407,81	313.481,02	92,96%	291.407,81	1.357.509,39	21,47%
DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	98.925,73	116.926,49	84,61%	291.407,81	313.481,02	92,96%	291.407,81	1.357.509,39	21,47%
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN-B	98.925,73	116.926,49	84,61%	291.407,81	313.481,02	92,96%	291.407,81	1.357.509,39	21,47%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	6.353,72	12.694,15	50,05%	19.921,48	33.954,46	58,67%	19.921,48	125.033,50	15,93%
FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	6.353,72	12.694,15	50,05%	19.921,48	33.954,46	58,67%	19.921,48	125.033,50	15,93%
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	105.279,45	129.620,64	81,22%	311.329,29	347.435,48	89,61%	311.329,29	1.482.542,89	21,00%
(i) NO MÊS: é a posição relativa ao último mês do trimestre de referência.									
(ii) ATÉ O MÊS: é a posição acumulada no ano até o último mês do trimestre de referência.									

As receitas de investimentos projetadas para o exercício de 2017 registradas em “Valor Orçado” aparecem confrontadas com as efetivamente apuradas, registradas como “Valor Realizado”. O Fluxo dos Investimentos no encerramento do 1º trimestre de 2017 fechou com valor realizado de R\$ 311.329,29 - contra o “Valor Orçado” de R\$ 347.435,48 - menor em 10,39%.

4.3 CONTÁBIL

4.3.1 Enquadramento

QUADRO 14. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Período Março/2017	Período Março/2016	PASSIVO	Período Março/2017	Período Março/2016
DISPONÍVEL	14.038,85	14.192,54	EXIGÍVEL OPERACIONAL	627.034,89	633.391,51
			Gestão Administrativa	627.034,89	633.391,51
REALIZÁVEL	15.700.274,44	15.465.570,93			
Gestão Administrativa	4.276.873,21	3.851.762,38			
Investimentos	11.423.401,23	11.613.808,55	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.057.017,42	4.774.495,91
Títulos Públicos	10.857.705,68	11.454.140,82	Gestão Administrativa	5.057.017,42	4.774.495,91
Fundos de Investimento	565.695,55	159.667,73			
			PATRIMÔNIO SOCIAL	13.110.917,68	13.231.025,16
PERMANENTE	3.080.656,70	3.159.149,11	FUNDOS	13.110.917,68	13.231.025,16
Imobilizado	3.058.200,97	3.128.101,93	Fundos Administrativos	13.110.917,68	13.231.025,16
Diferido	22.455,73	31.047,18			
TOTAL DO ATIVO	18.794.969,99	18.638.912,58	TOTAL DO PASSIVO	18.794.969,99	18.638.912,58

A Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial apresenta o Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Social e tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial da Entidade em determinada data. Representa, portanto, a posição estática.

▪ **Realizável**

Gestão Administrativa:

- a) Contribuição p/ Custeio do PGA – R\$ 131 mil;
- b) Adiantamento a Empregados/Empréstimos Férias/Férias – R\$ 137 mil;
- c) Custeio p/ gastos com administração dos Investimentos – R\$ 269 mil;
- d) Depósitos Judiciais e Recursais – R\$ 3.689 mil.

Na letra “a” os registros correspondem ao repasse da taxa de carregamento incidente sobre as contribuições realizadas no mês de março/2017, as quais serão liquidas no mês de abril.

A letra “b” refere-se à provisão de empréstimo férias paga aos empregados da Fundação. Os valores são pagos em até 10 prestações, descontadas mensalmente na folha dos empregados.

A letra “c” refere-se à apropriação do repasse oriunda do Plano de Benefícios a ser realizado no mês de março/2017, item 2.2 letra “c”.

A letra “d” corresponde aos depósitos de PIS, COFINS, IR e Ações Trabalhistas depositados em juízo. Destaque para o PIS e COFINS com os valores de R\$ 461 mil e R\$ 3.171 mil, respectivamente.

Gestão de Investimentos:

Os investimentos do Programa de Gestão Administrativa - PGA estão distribuídos em 95% em Títulos Públicos e o restante em Fundos de Investimentos Multimercado. No demonstrativo acima destaca-se também a redução de recursos nesses fundos de 5%.

▪ Exigível Operacional
Gestão Administrativa:

- a) Contas a Pagar/ Fornecedores/ Serviços de Terceiros – R\$ 627 mil;
- b) Retenções a Recolher (valores retidos de fornecedores e prestadores de serviço a serem repassados fundamentalmente ao governo) – R\$ 23 mil;
- c) Provisão de Férias/INSS/FGTS – R\$ 299 mil.

Os valores correspondem a provisões na competência relativamente ao mês de março/2017, as quais serão liquidadas em abril/2017.

▪ Exigível Contingencial
Gestão Administrativa:

- a) Provisão de PIS – R\$ 461 mil;
- b) Provisão de COFINS – R\$ 3.171 mil;
- c) Provisão de IR – R\$ 56 mil;
- d) Provisão de CSLL – R\$ 1.367 mil.

Os valores especificados nas letras “a”, “b”, “c” e “d”, correspondem a depósitos judiciais registrados no item 1.1. - Gestão Administrativa letra “d”.

Com relação à Provisão de CLSS, o registro foi realizado em função da reclassificação deste, antes existente no Plano de Benefícios em 2012.

QUADRO 15. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA BD

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.264.342,77	13.067.492,82	1,51
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.293.754,39	1.720.130,77	(24,79)
1.1. Receitas	1.293.754,39	1.720.130,77	(24,79)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	369.459,21	421.426,69	(12,33)
Custeio Administrativo dos Investimentos	606.009,70	737.444,30	(17,82)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.956,19	13.819,00	(49,66)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	311.329,29	547.440,78	(43,13)
2. Despesas Administrativas	1.447.179,48	1.556.598,43	(7,03)
2.1. Administração Previdencial	788.996,40	805.335,13	(2,03)
Pessoal e encargos	577.726,08	536.696,58	7,64
Treinamentos/congressos e seminários	1.131,00	1.164,60	(2,89)
Viagens e estadias	512,21	2.936,15	(82,56)
Serviços de terceiros	116.760,20	136.272,18	(14,32)
Despesas gerais	52.894,90	61.229,94	(13,61)
Depreciações e amortizações	11.381,98	15.934,81	(28,57)
Tributos	28.590,03	51.100,87	(44,05)
2.2. Administração dos Investimentos	658.183,08	751.263,30	(12,39)
Pessoal e encargos	406.776,22	481.398,80	(15,50)
Treinamentos/congressos e seminários	609,00	776,40	(21,56)
Viagens e estadias	1.162,24	6.589,24	(82,36)
Serviços de terceiros	124.964,03	144.089,51	(13,27)
Despesas gerais	68.451,84	53.695,20	27,48
Depreciações e amortizações	11.995,75	15.770,33	(23,93)
Tributos	29.224,00	33.943,82	(13,90)
Despesas Específicas - TAFIC	15.000,00	15.000,00	-
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(153.425,09)	163.532,34	(193,82)
5. Substituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(153.425,09)	163.532,34	(193,82)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.110.917,68	13.231.025,16	(0,91)

QUADRO 16. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CODEPREV

DESCRIÇÃO	Período Março/2017	Período Março/2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	240.738,43	168.343,59	43,00
1.1. Receitas	240.738,43	168.343,59	43,00
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	88.146,66	53.968,08	63,33
Custeio Administrativo dos Investimentos	152.591,77	114.375,51	33,41
2. Despesas Administrativas	240.738,43	168.343,59	43,00
2.1. Administração Previdencial	140.320,04	138.013,87	1,67
Pessoal e encargos	78.541,42	105.451,79	(25,52)
Treinamentos/congressos e seminários	169,00	395,40	(57,26)
Viagens e estadias	78,87	788,67	(90,00)
Serviços de terceiros	35.546,85	26.642,85	33,42
Despesas gerais	14.040,27	2.541,52	452,44
Depreciações e amortizações	4.264,95	545,22	682,24
Tributos	7.209,93	1.179,67	511,18
Despesas Específicas - TAFIC	468,75	468,75	-
2.2. Administração dos Investimentos	100.418,39	30.329,72	231,09
Pessoal e encargos	65.292,49	20.435,56	219,50
Treinamentos/congressos e seminários	91,00	63,60	43,08
Viagens e estadias	151,09	203,79	(25,86)
Serviços de terceiros	10.438,03	4.580,75	127,87
Despesas gerais	14.386,72	1.704,90	743,85
Depreciações e amortizações	4.008,09	425,66	841,62
Tributos	6.050,97	2.915,46	107,55
3. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	-	-	-
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	-	-	-